UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O Povo e a Guerra

Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Salvador-BA

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O Povo e a Guerra

Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Lina Maria Brandão de Aras

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Salvador-BA
2004

a Jó e Sérgio,
a Eugênia Lúcia (em memória) e Ignácio,
a João Ubaldo Ribeiro.

SUMÁRIO:

	P.
INTRODUÇÃO	**7**
CAPÍTULO I	
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: A GUERRA DENTRO DA GUERRA	**10**
1.1. Contando os mortos	**10**
1.2. A Narrativa da Guerra	**16**
1.3. A Independência do Brasil e da Bahia: um breve apanhado historiográfico	**26**
1.4. Caminhos metodológicos	**36**
CAPÍTULO II	
"POVO", CAMADAS E CLASSES POPULARES	**38**
2.1. Hierarquia social na Bahia – primeira metade do século XIX	**40**
2.2. Povo: "uma porção de ninguém"	**45**
2.3. O termo "povo" na documentação	**52**
2.4. Os historiadores da Independência e o termo "Povo"	**54**
2.5. O "Povo" e a Independência	**57**
2.6. Considerações preliminares sobre o Povo	**63**
CAPÍTULO III	
"ELITE" E "POVO": TENSÕES SOCIAIS E A GUERRA	**65**
3.1. Elite e o Registro da Guerra	**66**
3.2. A Manutenção da Ordem e a Desarticulação do Povo	**67**
3.3. O Conselho e o General: o Debate sobre o recrutamento de escravos	**88**
CAPÍTULO IV	
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA	**95**
4.1. O Povo Fora do Exército	**98**
4.2. O Povo no Exército	**101**
4.3. Índios	**115**
4.4. 1824: a Guerra depois da Guerra	**120**
CONSIDERAÇÕES FINAIS	**128**
FONTES	**133**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	**134**
ANEXOS	

RESUMO

O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia pretende avaliar a participação popular na Guerra de Independência ocorrida na Bahia, entre junho de 1822 e julho de 1823. A Guerra pretendia a expulsão das tropas portuguesas que encontravam-se estacionadas na Cidade do Salvador desde fevereiro de 1822, no intuito de preservar a posse colonial desta porção da América para os lusitanos, o que desagradava tanto aos grandes proprietários – interessados nas pretensas vantagens do livre comércio – quanto as classes populares – que viam, no domínio colonial, uma fonte de opressão. A Guerra teve, além da dimensão militar e anticolonial, um aspecto que só há poucos anos vem sendo investigado: as tensões entre as diferentes classes sociais, principalmente entre os polos representados, de um lado, pelas "elites", de outro, pelo "povo". É objetivo, ainda, investigar este povo; quem era, como e com que intenção participou da campanha de libertação da Bahia. Esta participação, que é inegável, ultrapassou os limites da mera presença no *front* e nas tarefas de apoio às batalhas, tendo sido registrados, com grande freqüência, "desordens", motins e deserções, enfim: rebeldia popular, na população em geral ou nas fileiras do Exército Libertador, sinalizando, no mínimo, discordância com os caminhos que a "Independência Conservadora", capitaneada pelos grades proprietários, apontava.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, apesar de monográfico, é o resultado do esforço e da vontade de muitas pessoas. Com o coração apertado pela possibilidade de, aqui, esquecer ou injustiçar alguém, registro minha dívida e agradecimentos aos que passo a citar.

A Antonio Olavo, grande incentivador e amigo, que me ensinou a ser um "Historiador Popular" e que me deu em mãos o primeiro documento que conheci sobre o tema. A Zezé Andrade, a generosidade em pessoa, que, entre tantos afazeres e compromissos com a História e com a Educação, achou (ou inventou?) tempo para ler, reler, ler de novo e criticar meus primeiros textos.

A Lina Aras, orientadora e guardiã, que, apesar dos sustos pelos meus surtos de radicalidade conceitual e teórica, sempre apostou no meu trabalho. Espero, sinceramente, com este trabalho, ser digno da sua dedicação e confiança.

Aos professores do Programa de pós-Graduação em História da UFBa, Waldemir Zamparoni, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Mary Ann Mahony, Antônio Fernando Guerreiro e Ubiratan Castro de Araújo que sugeriram textos, leram partes do trabalho e contribuíram qualitativamente com este texto. A István Jancsó, que de São Paulo e nos poucos momentos em que pudemos nos encontrar, deu-me sugestões decisivas. A João Reis, que, participando da minha banca de qualificação, lendo e criticando meu projeto e em conversas marcantes, contribuiu decisivamente para os rumos desta dissertação. Afonso Florence fez uma leitura de uma primeira versão e certamente contribuiu com esta versão final.

A Marina, sempre pronta a ajudar, frente à biblioteca do mestrado. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado. A Maria Augusta Cardozo, bibliotecária do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, e Eduardo Fróes, museólogo do Palácio Rio Branco, pelo acesso aos quadros que vão fotografados nos anexos.

A Renata Soraya (grande incentivadora, aturando-me a indisponibilidade com carinho e paciência, dando-me a alegria de compartilhar comigo os meses finais do curso) e Emileidy Neves, assistentes de pesquisa, que aturaram minha falta de tempo e minhas atrapalhadas, e que possibilitaram materialmente esta pesquisa como ninguém. A Ângeli Araújo, pelas traduções que necessitei. Aos meus irmãos que, apesar das intempéries típicas de quem divide o mesmo teto, ajudaram digitando um documento aqui, procurando um livro ali... As fotos que trago no anexo são do João Guerra.

Aos meus colegas do mestrado Ju, Neidinha, Terezinha, Bel, Jairão, Rick, Andréa, Zeneide, Denílson, Adriana, Jackson, Lara, Pati e Jorge, além dos "emprestados" doutorandos Dilton Araújo (que, aliás, contribuiu, no exame de qualificação e além dele, de maneira inestimável, lendo, criticando e sugerindo) e Graça Teixeira, e da "mestranda postiça" Tati Gómez, que enriqueceram o curso com debates de altíssimo nível e o tornaram, com certeza, mais agradável, com encontros alegres e sua amizade.

INTRODUÇÃO

> "A Bahia tem a personalidade de um país e o Dois de Julho é seu principal mito de origem."[1]

O Dois de Julho – ou a "Independência da Bahia" – é um dos temas mais visitados da história baiana, seja pela historiografia ou pela literatura. O Caboclo, a Cabocla, Maria Quitéria, Joana Angélica, João das Botas, Labatut, Lima e Silva e Daniel Lisboa são personagens que ainda hoje habitam o imaginário popular, dão nome a ruas e praças de Salvador e cidades baianas e são lembrados anualmente no feriado estadual do Dois de Julho. Um desfile realizado todo ano a este dia conta com mais gente e é mais festivo e mais demorado do que o de Sete de Setembro – feriado nacional pela Independência do Brasil –, o que indica a importância que esta data tem para os baianos.

A pretexto de elaborar um pequeno artigo para jornal[2], manuseei o primeiro documento sobre a independência na Bahia, que era um relatório de 25 de junho de 1823 do então presidente do Conselho Interino de Governo, Miguel Calmon du Pin e Almeida, escrito às vésperas do fim da guerra, que, àquela altura, já completava um ano desde o seu começo. Naquele documento, que será analisado mais adiante, Almeida deixou transparecer uma demasiada preocupação com inquietações populares, o que me instigou. Para ele, expulsar os portugueses era uma mera questão de tempo, mais havia um trabalho maior a fazer: dar conta de um povo agitado e rebelde.

Fui aos documentos e o que encontrei foi uma profusão de correspondências, relatórios e decretos que contam, lamentam e tomam providências para aplacar esta parcela da população e anular qualquer possibilidade real de suas reivindicações virem a se concretizar. Revisitei alguns textos sobre o tema, busquei outros, conversei com estudiosos e percebi que poucos, veremos no Capítulo I estas exceções, tinham se dedicado a visitar a participação popular durante a Guerra de Independência do Brasil na Bahia, que não fosse para considerá-los como uma massa homogênea e manobrável, sem cara e sem cor, sem vontade política ou condição de se fazer ouvir.

---

[1] REIS, João J. *O Jogo Duro do Dois de Julho: O "Partido Negro" na Independência da Bahia In:* REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79.

Este trabalho busca preencher algumas dessas lacunas, a partir das seguintes perguntas: Quem é este povo em luta? Quais as suas esferas de participação, em prol ou em prejuízo da Independência? Como pôde, em relação às elites, imprimir seus anseios e suas demandas políticas no Estado que se gestava? Em que medida construiu identidades coletivas, fossem de classe, nacionais ou étnicas, durante estes episódios?

Farei no Capítulo I uma apresentação dos principais argumentos de que este trabalho se utiliza, como o de que a guerra tem uma dimensão política e social que suplanta o seu aspecto estritamente militar, ao tempo em que realizarei uma breve narrativa da Guerra com seus principais lances que balizarão o texto. Além disso, farei um apanhado do que se tem escrito sobre a Independência do Brasil e da Bahia, inserindo este trabalho entre as tendências historiográficas que abordam o tema.

No segundo capítulo da dissertação será tratado o "povo". Deverão ser analisadas a construção do conceito de "povo" no período de "Bahia Rebelde" e a sua apropriação pelo discurso político das camadas populares nos documentos, onde foi possível identificá-lo. Passando pela utilização do termo "povo" pelos historiadores que trataram do tema, analisarei também a presença do termo na documentação da época da Independência. É necessária também a compreensão do processo histórico que constitui a formação, ou pelo menos o esboço, de um "povo" na Bahia e a respectiva participação deste contingente popular na Guerra de Independência[3].

Em outro capítulo, o terceiro, tratarei de analisar as relações de antagonismo que envolviam as camadas populares e as mais abastadas. A partir da noção relacional de "classe" defendida por Thompson, e concordando com Hobsbawm[4] que, se há os "de baixo", estes se relacionam com alguém "de cima", seguiremos por investigar como as elites viram o povo e sua movimentação e como se relacionaram com este, mediada pelo seu projeto conservador de independência. Para Carlos Guilherme Mota, "também pela contra-revolução se pode avaliar a revolução".[5] Acreditamos ser viável aqui e analogamente, perceber a movimentação das classes populares a partir da movimentação por parte das elites.

---

[2] GUERRA FILHO, Sérgio. "A Participação Popular no Dois de Julho". In: *Jornal 2 de Julho*. Salvador: Editora 2 de Julho, agosto de 2001.

[3] SCHWARTZ, Stuart. *"Gente da terra brasiliense da nasção". Pensando o Brasil:a construção de um Povo. In:* MOTA, Carlos G. (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

[4] HOBSBVAWN, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulo VI, p. 83 a 105.

É claro que não é possível esperar-se disso uma ação reflexa, mas uma outra ótica que possibilite uma melhor visualização do panorama político em questão. Cartas particulares da época, como as da família França, correspondências oficiais e relatórios, como o do Conselho Interino escrito por Miguel Calmon du Pin e Almeida deverão ser aqui trabalhadas para esboçarmos as impressões de diferentes classes sociais diante da movimentação popular com relação aos conturbados fatos que se deram na Bahia no período da guerra.

No quarto capítulo, pretendo analisar mais detidamente alguns eventos em que os homens livres e pobres, o povo mecânico e os pequenos proprietários tenham se envolvido, procurando identificar os possíveis espaços de manifestação popular e tentativas de construção política dos seus ideais de sociedade.[6] Visitarei, ainda, episódios de participação e manifestação populares durante o período estudado enquanto movimentos de massa e multidão, seja em aclamações e manifestações de apoio às decisões dos poderosos líderes do lado baiano, ou causando o que estes denominavam "desordem" e "anarquia" em manifestações anônimas de desagrado; ou em momentos onde é possível personificar "ações que implicam opiniões"[7].

A grafia das fontes primárias foi atualizada para uma leitura mais fluente, sem, contudo, alterar a ordem e o sentido dos trechos aqui transcritos. As poucas exceções ficam por conta de termos políticos como "anarchia" ou "Sancta Cauza", que estarão aqui como nos originais.

---

[5] MOTA, Carlos Guilherme. *A Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Ática, 1996 (4ª edição).

[6] Sobre a inserção política do povo mecânico nos movimentos sociais na Bahia em finais do século XVIII e início do XIX, ver: ARAÚJO, Ubiratan Castro de. "*A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência"*. In: Revista Clio nº 19. Recife, 2001, pp. 7-27 e JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

[7] MOTA, Carlos Guilherme. *Op. cit.* p. 50 e ss.

CAPÍTULO I
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: A GUERRA DENTRO DA GUERRA

> "Coisas opostas, a glória em vida e a glória na morte, somente esta parece perseguir a alma sempre encarnante do alferes. Do contrário, não estaria ele ali, naquele dia e naquele lugar, podendo ter ido a outra parte qualquer do Recôncavo onde o povo se reunisse para beber e para aclamar o Regente e Imortal Príncipe Dão Pedro, Defensor Perpétuo do Hemisfério Austral. (...)
> A botica foi quase demolida, houve grandes prejuízos, mas José Francisco, por só ter no mundo uma mãe entrevada, uma irmã nem donzela, duas galinhas, uma fisga de três pontas e um gibão de punhos agaloados, não trouxe nem representou prejuízo. Pelo contrário, legou ao povo suas palavras às gaivotas, no dia em que, montando guarda às costas da terra mais brasileira que existe, foi ceifado pela garra ímpia e sem misericórdia de Portugal, na Ponta das Baleias."[8]

1.1. Contando os mortos

As primeiras páginas do consagrado livro *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, nos apresentam uma cena enigmática e instigante: a morte solitária do sentinela José Francisco Brandão Galvão, em plena Guerra de Independência, alvejado por uma canhoneira portuguesa, enquanto patrulhava o litoral da Ilha de Itaparica. O alferes parecia estar morrendo por acaso, posto que, sua entrada no Exército, sua estadia em guarda na pacífica praia, a presença inimiga e a mira certeira do ataque contra sua pessoa, tudo poderia não estar acontecendo. Virou, o pobre soldado, um herói e as suas supostas últimas palavras balbuciadas – e por ninguém ouvidas, além de "as aves marinhas, o oceano e a indiferença dos acontecimentos naturais" – viram ode libertária contra a tirania do opressor português, "desde então sempre imitada nas salas de aula".[9]

A narrativa literária é parte do que, segundo o autor, pretende-se uma história da saga de um povo em busca da identidade e consciência de si próprio. Contém, simbolicamente, a essência desta guerra que, se merece tantas referências historiográficas e literárias, além de festivas e culturais, em muitos aspectos, parece não ter havido. Emblema disso pode ser o fato de que o desfecho da guerra – a libertação da cidade do Salvador – não tenha sido nenhuma sangrenta batalha, mas de uma retirada, talvez consentida, das

[8] RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 10-14.
[9] Idem. *Ibidem*. p. 10.

tropas portuguesas por mar. Não existiu a "batalha final". Não houve, ao menos militarmente, lado subjugado nesta guerra.

O fato é que as tropas, tanto "brasileiras" como "portuguesas" – os dois lados rivais desta guerra –, sofreram mais baixas na Guerra devido à fome, às doenças e privações, do que de tiros, balas de canhão ou pelejas diretas em confrontos corpo-a-corpo, acontecidos em raros momentos dramáticos de uma guerra praticamente imóvel. Não obstante, a historiografia tradicional e o senso comum construíram um "mito" da guerra, sinalizado por João José Reis, como o "mito de origem" de uma pretensa, ao menos culturalmente, nação baiana e que, como tal, reveste-se de cores fantásticas em uma narrativa entusiasta que, muitas vezes, beira o épico.[10]

Esta visão tem como traços conseqüentes, de um lado, uma supervalorização do fato em si, principalmente dos feitos militares da população baiana[11], tida como a parte mais fraca da luta, mas vencedora por ser mais aguerrida; de outro, um menosprezo, senão uma omissão, das tensões sociais existentes na Bahia em tempos de guerra, substituídas por uma suposta harmonia entre as diferentes classes sociais e a coincidência, não só de objetivos, mas também de razões, para lutar contra os portugueses, ocupantes da cidade do Salvador.

Até pelo menos a primeira metade do século XX, a historiografia baiana sustentou esta visão heróica da Guerra de Independência na Bahia. Alguns historiadores, de obra mais recente, já têm sinalizado o fato de que a guerra em si, batalhas e combates francos entre portugueses e o Exército Libertador – como ficou conhecido o Exército que se contrapôs às tropas portuguesas ocupantes da cidade do Salvador, constituído em uma primeira etapa de contingente exclusivamente baiano, mas logo engrossado por tropas de outras regiões do Brasil[12] – ceifaram relativamente poucas vidas para o tempo de duração, assim como referente ao contingente total das tropas.

---

[10] REIS, João J. *op. cit.*. p. 79.

[11] Merece aqui um rápido esclarecimento sobre os termos baiano e brasileiro, utilizados largamente durante o presente texto. Usaremos os termos em relação à sua origem "geográfica" no momento da guerra, estabelecendo sempre para a população civil o termo "baiano". O termo brasileiro designará as tropas já constituídas pelos reforços vindos principalmente do Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e sob o comando do General Pierre Labatut. Antes disso, utilizaremos também para as tropas o termo "baiano", acompanhando a divisão proposta por Luis Henrique Dias Tavares, entre as fases "regional" e "nacional" da guerra (ver adiante, páginas 21 e 22).

[12] Também denominado Exército Pacificador – termo predominante na documentação primária. No entanto, utilizaremos aqui o termo "Libertador", por ter sido consagrado pela maioria dos historiadores que abordaram a guerra e a instituição.

João José Reis, em seu artigo *O Jogo Duro do Dois de Julho* critica, de passagem, a supervalorização dada às batalhas, afirmando que, de "um modo geral, os combates foram de pequena monta, escaramuças em que os baianos foram favorecidos pela superioridade numérica".[13] Ubiratan Castro de Araújo afirma em *A Guerra da Bahia* que esta foi uma guerra da fome contra a doença[14]. Isto não passou desapercebido pelos contemporâneos. As autoridades baianas sentiram e registraram a situação. Sabiam que o tempo desgastava os dois exércitos e que o (des)abastecimento de comida preocupava ambos os lados. Em 7 de maio de 1823, guerra já avançada em quase um ano, José Joaquim Moniz escreve para um amigo seu, membro do Conselho Interino de Governo, afirmando que "A fome na cidade cada vez a mais me parece que breve os inimigos se renderão e na verdade he tempo de findar esta luta, que já não sei como posso manter os escravos, e estou a ponto de fazer banca a outra."[15]

Vamos aos números, contando os mortos. Na primeira "batalha" entre portugueses e baianos, em 25 de junho de 1822, descrita por Braz do Amaral, em *A Independência da Bahia*, como o ataque de uma canhoneira portuguesa que alvejara uma procissão de *Te Deum*, e passou a noite trocando tiros com a população local e, no dia seguinte, é rendida, temos apenas uma vítima, o Soldado Tambor Soledade.[16]

Percorrendo todo o livro de Braz do Amaral, o número de baixas no lado brasileiro, fruto direto dos combates em campo de batalha, não irá muito além de um total próximo de uma centena e meia. Na Batalha de Pirajá, acontecida em 8 de novembro de 1822, considerada a maior das batalhas (chegando a dar nome, ainda hoje, ao 19º Batalhão de Caçadores do Exército que tem sede em Salvador), as baixas sofridas pelo lado brasileiro foi, segundo dados de Accioli, da monta de "80 mortos e igual número de feridos".[17] Para se ter idéia da dimensão deste número, João José Reis registra que este pode ter sido o número total de mortos na Rebelião Malê de 1835, que durou apenas algumas horas, tendo envolvido muito menos gente nos conflitos.[18]

---

[13] REIS, João J. *Op cit*. p. 88.
[14] ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: UFBa/CEAO, 1998.
[15] Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial e Provincial, maço 637-4.
[16] AMARAL, Braz do. *Op. cit.* pp. 175-7. O quadro "Primeiros Passos para a Independência da Bahia", de Antônio Parreiras (1930), é uma tela de proporções enormes que tem como tema a morte do Tambor Soledade. Este quadro, que vem no anexo desta dissertação, se encontra no Palácio Rio Branco, na Praça Municipal, em Salvador.
[17] Idem. *Ibidem*. p. 275.
[18] REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês, 1835.* (Edição Revista e Ampliada) São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 155.

Em contrapartida, Braz do Amaral afirma que a percentagem de soldados enfermos durante o período de Guerra deflagrada e aberta – de 25 de junho de 1822 a 2 de julho de 1823 – girou em torno dos dez por cento (cerca de mil soldados)[19]. As deserções também eram altas. Hendrick Kraay calculou, para períodos de paz, uma taxa de aproximadamente onze por cento de desertores, montante que deve ter aumentado durante a guerra.[20] Tais números indicam que fome, doenças, deserções e, principalmente, "desordens", preocuparam mais o comando do Exército Libertador que as mortes em batalhas pela posse da Bahia. Tratarei de deserções e desordens adiante, no Capítulo IV.

A narrativa de Braz do Amaral, ao mesmo tempo em que se apresenta como importante fonte de informações e dados quantitativos, e cujos números nos remetem a reflexões sobre a dimensão da Guerra de Independência na Bahia, paradoxalmente faz uma leitura dessa Guerra como feito épico. Sugere, ainda, que o Dois de Julho deveria ser reconhecido como data de fundação não só da Bahia, mas do Brasil.

Escrevia, o autor, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, num cenário político desfavorável para o Estado da Bahia – que como capitania e província havia se constituído, através de séculos, em um importante centro de decisões e de poder e, naquele momento, frente às novas configurações políticas da República Velha, havia sido preterida. Amaral não dispensou argumentos pelo reconhecimento da independência na Bahia como fato fundamental para a História do Brasil.[21] A Guerra se desenhou, assim como uma construção ideológica, tendo sido supervalorizadas as batalhas e os conflitos armados entre portugueses e brasileiros.

A visão da guerra como grande sacrifício e feito libertário do povo baiano teve duas projeções temporais. Uma, que será analisada no Capítulo III, de um discurso construído "na" e "para" a guerra, na tentativa por parte da elite de estabelecer uma hegemonia traduzida na "ordem", anulando diferenças de interesse e discordâncias políticas. Outra dimensão será aquela construída posteriormente aos conflitos, depois de estabelecida a

---

[19] AMARAL, Braz do. *op. cit*. p. 287. Nesta página e nas seguintes, Braz do Amaral comenta das dificuldades de alimentação, higiene e saúde a que estavam legados os soldados do Exército Libertador, principalmente sobre o "impaludismo", que, segundo o autor, transformava-se, entre as tropas, em epidemia.

[20] KRAAY, Hendrick. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil(Bahia, 1790s-1840s)*.Stanford: Stanford University Press, 2001. p. 69.

[21] "No dia em que este país chegar ao estado de cultura e civilização que todos nós desejamos ele em breve atinja, terão, sem dúvida, tanto o povo, como os corpos constituintes do seu poder, uma organização mais perfeita do que a atual, pelo que hão de comemorar a data de 2 de julho de 1823 como o da formação da nossa nacionalidade, por ter sido nela que obtiveram os brasileiros a sua primeira vitória, e por ser ela a que exprime o primeiro feito nacional, pois a campanha da independência foi, não há quem possa negar, o

ordem imperial na Província da Bahia: a implementação de uma memória "das elites", voltada para a exploração do heroísmo baiano e a valorização das autoridades militares em detrimento da população pobre, foco de insatisfações e rebeldias que existiram e que saltam aos montes da documentação primária, mas permanecem apagadas da memória e da historiografia baianas. Que significado teria, portanto, uma guerra que, enquanto conflito armado, foi menor do que se costumou a contar? Qual o sentido da construção de tal "mito"? São questões que pretendo perseguir neste trabalho:

O que pretendo aqui não é negar a ocupação portuguesa e a oposição, por via de armas, da população baiana em geral, capitaneada pelos grandes proprietários que ocupavam os principais cargos do Conselho Interino, mantenedor do Exército Libertador; mas enfatizar um aspecto que só há poucas décadas vem sendo explorado pelas pesquisas históricas: as tensões internas na sociedade baiana durante a Guerra. Uma sociedade marcada pela escravidão, com sua estrutura social fortemente hierarquizada, com um vasto potencial de produção de gêneros para exportação e consumo interno, não poderia, num momento de crise institucional como o que caracterizou o da Independência, deixar de apresentar tensões e conflitos entre setores sociais com interesses e até projetos políticos antagônicos.

Na Bahia, elite e povo – aquela dividida entre os ricos senhores de diversas regiões da província, "barões" da agropecuária, comerciantes de grande porte, grandes proprietários de terras e escravos; este, por pequenos agricultores, comerciantes de pequena monta, homens pobres livres, libertos e escravos – enfrentavam um confronto latente, muitas vezes manifestado na forma direta de conflitos, revoltas e rebeliões. Naquele momento, havia diferentes "projetos", ou pelo menos interesses políticos, em jogo, referentes às diferentes classes sociais envolvidas que, quando os ânimos se acalmassem, seriam identificados como vencedores ou vencidos.

A importância de um estudo da Guerra de Independência na Bahia é, portanto, identificar como tais classes sociais, frente a um inimigo comum – os portugueses ocupantes da "Cidade da Bahia", como também era chamada Salvador – se colocaram frente à construção de um Estado que nascia. A questão do poder estava posta e não foi

---

primeiro acontecimento revelador da capacidade e vigor dos filhos desta nação..."AMARAL, Braz do. *Op. cit* 335-6.

resolvida senão em meio a tensões, e até embates, ultrapassando os limites temporais da guerra em si, como é o caso do Levante dos Periquitos, ocorrido em finais de 1824.[22]

A instabilidade e as tensões sociais estão evidenciadas na documentação primária, muito em forma de preocupação, por parte das elites, com as movimentações populares durante a guerra de independência. José Garcês, irmão de Dona Maria Bárbara, senhora de engenho e esposa do deputado brasileiro às Cortes de Lisboa, Luis Paulino d'Oliveira Pinto da França, comentou, em cartas a seu cunhado, de suas preocupações com a ordem e com a agitação daqueles "que não são nada e que querem pilhar o bom, buscam a anarquia..." E conclui: "Se faltasse a tropa, eram outros São Domingos".[23]

Interessante registrar o desprezo pelas classes populares presente nas palavras de Garcês: "aqueles que não são nada" e que "buscam a anarquia", em prejuízo e contraposição ao "bom", certamente se referindo aos grandes proprietários, aqueles que tinham algo para ser "pilhado". Esta oposição entre "elite" e "povo" é um marco da documentação que estamos analisando.

Também o Presidente do Conselho Interino de Governo, Miguel Calmon du Pin e Almeida, em relatório apresentado ao Imperador às vésperas do final da guerra, demonstrava atenção com a paz civil no Recôncavo sob controle das forças libertadoras, declarando, sobre os esforços do Conselho e do Exército Libertador, ter havido uma superação das "desordens" vistos no começo da guerra, assim descritas pelo presidente: "as cenas de anarquia, e horror mais d'uma vez representados em diferentes pontos do Recôncavo. (...) A segurança pessoal era nenhuma; e, para que digamos tudo, não havia um Poder concentrado e geral."[24]

Motins (dentro das forças armadas) e manifestações populares de insatisfação por parte de civis foram constantes e estão devidamente documentadas, apesar de, acredito,

---

[22] Sobre tais tensões sociais e políticas, alguns autores se posicionaram, ao longo do tempo, com abordagens mais ou menos explícitas no que concerne à questão acima levantada, e serão analisados no corpo deste texto. Estamos falando, principalmente, de TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; REIS, João J. *O Jogo Duro....*; ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia....*; e KRAAY, Hendrick. *Race, State, and Armed Forces...* Para o Levante dos Periquitos, ver: TAVARES, Luis H. Dias. *O Levante dos Periquitos*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Baianos, 1990. Este artigo foi recentemente imcorporado, com poucas modificações em: TAVARES, Luis H. Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBa; Campinas: Unesp Editora, 2003, principalmente o capítulo "O Levante dos Periquitos". p. 187.

[23] FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). *Cartas Baianas, 1821-1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p. 41-2.

[24] ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia:*. Salvador: Typographia Nacional, 1823. p. 3.

não terem sido ainda satisfatoriamente analisados, principalmente no que diz respeito à natureza política dos eventos de rebeldia protagonizados por elementos das classes populares. As tensões entre as camadas populares e a elite, seja dentro das tropas do Exército Libertador – onde em grande escala aconteceram – ou, de forma mais dispersa, nas ruas das vilas do Recôncavo, apontam para um privilegiado momento de "luta de classes[25], apresentando soluções diferentes para a situação colonial que encontrava ali seu crepúsculo.

O desfecho impetrado pela elite à Revolta dos Periquitos, em 1824, derrotando a parcela revoltosa das tropas, compõe a conclusão, mesmo que provisória, para os grupos dominantes de seu projeto de continuidade no poder. A partir daí e até o advento dos movimentos federalistas, já na década de 1830, a ordem, ao menos institucional, não será ameaçada por qualquer tentativa de implementação de projeto político alternativo.[26]

O sentido mais visível da guerra, portanto, é a manutenção e continuidade dos setores sociais conservadores que ocupavam o centro de poder – senhores de engenho, grandes proprietários, grandes comerciantes – contra as classes sociais não proprietárias, possuidoras de uma tradição rebelde, esporadicamente presente, pautada em reivindicações políticas que, desde 1798 com os revoltosos de Búzios, haviam sido publicadas, com desdobramentos que alcançaram o período que ora nos ocupa.

1.2. A Narrativa da Guerra

Este trabalho não pretende ser uma revisão da narrativa sobre a guerra, apesar de sugerir, pontualmente, alguma nova informação colhida na documentação primária e apresentada ao logo do texto. As sucessivas narrativas sobre o tema tiveram êxito em tratar dos fatos relacionados à guerra, uma vez que foram acrescentando dados novos à medida em que novas pesquisas assim o possibilitaram. Mesmo nos trabalhos sem pretensões inovadoras, o encadeamento dos fatos também varia pouco, cristalizando uma versão da guerra mais ou menos aceita por aqueles que trabalharam com o tema e que passarei agora a desenvolver, na medida do possível, em narrativa cronológica[27].

[25] Estou me referindo ao modelo proposto por Thompson, onde pólos do tecido social se antagonizam, e não a um esquema rígido de classe. Ver adiante, no Capítulo II, uma discussão mais aprofundada sobre o tema.
[26] Sobre os movimentos Federalistas na Bahia, ver: ARAS, Lina. *A Santa Federação Imperial:* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1995.
[27] Salvo indicação, as informações aqui prestadas são baseadas em AMARAL, Braz H. do. *Op. cit.*

Os limites temporais deste trabalho são os anos entre 1821 até 1824, a partir do momento em que os interesses portugueses e brasileiros se contrapõem, de forma ainda pouco definida, pela primeira vez, tendo em vistas a intenção das Cortes Portuguesas de recolonizar o Brasil, ocupando a Capital da Bahia com tropas comandadas pelo General Madeira de Melo; indo até o momento em que o Levante dos Periquitos acontece.

Como o conflito aberto entre as tropas portuguesas e o Exército Libertador ocorreu nos meses entre junho de 1822 a julho de 1823, foi aí que a participação popular nos conflitos foi mais visível e franca. Para construir uma pesquisa e uma análise fundamentadas, estarei, ao longo do texto, realizando uma leitura dos eventos ligados a uma tradição anticolonial, radical e rebelde, existente na Bahia e relacionada com as camadas populares baianas, que ganha força a partir de finais do século XVIII e estende-se ao menos nas primeiras quatro décadas do século XIX.[28]

* * *

Dentro do cenário mundial de finais do século XVIII e início do século XIX, quando são imperativas as crescentes contradições de um sistema colonial que ruía enquanto o avanço capitalista se mostrava inevitável, apesar de sua origem recente, desenhava-se no Brasil e, mais notadamente na Bahia, um cenário conturbado: as revoltas contra o poder colonial, isoladas e com reivindicações pontuais, dão lugar a outras mais amplas, com formulações influenciadas por ideais "franceses" e com projeto político mais consistente, inclusive propondo o fim da dominação colonial como solução para a crise estabelecida, chegando mesmo a defender o estabelecimento de uma república, como na Capitania de Minas Gerais em 1789, e incluindo a igualdade entre "pretos, pardos e brancos", como foi o caso da Revolução dos Alfaiates, também conhecido como Revolta dos Búzios, ocorrida na Bahia, em 1798.[29]

---

[28] Esta preocupação pretende acompanhar o alerta que Hobsbawm nos faz para a prática da História Social: "o valor de nosso estudo da revolução em si [ou de um fato de breve duração, como o aqui em questão] é inversamente proporcional à nossa concentração no breve momento do conflito" HOBSBAWN, Eric J. *Sobre História*... p. 102.

[29] Sobre o movimento de 1798 na Bahia, ver: REIS, Arthur César Ferreira. *A Inconfidência Baiana*. *In* HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira:Tomo I Volume 2*. São Paulo: Difel, 1973. pp. 411 a 417; RUY, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978; TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798("A Conspiração dos Alfaiates")*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975; e JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Salvador e o Recôncavo, formando uma unidade geoeconômica de produção voltada para a exportação do açúcar, mas também para o abastecimento interno, de onde a Coroa portuguesa extraía grandes riquezas, eram palco de demonstrações de insatisfação envolvendo as camadas populares e mesmo as mais abastadas.

A escravidão, a dificuldade de acesso a emprego e as constantes crises econômicas não foram vivenciadas de maneira pacífica pela população que, entre vacilos e avanços, construiu em determinados momentos diversos tipos de resistência, muitas delas tendo transformado-se em conflitos abertos de contestação colonial. A já mencionada Conjuração Baiana de 1798 é certamente o maior exemplo das lutas anticoloniais com este sentido na Bahia, envolvendo um leque diversificado de classes sociais, mas contando com um decisivo lastro popular.

Assim, ao chegar o conturbado período de 1821-1824, as classes populares baianas já haviam protagonizado episódios de rebeldia, o que nos faz imaginar, como de certo aconteceu e é aqui nosso objeto, que também tais classes tenham se manifestado politicamente, participando dos acontecimentos ligados à independência política do Brasil na Bahia.

Em 1808, quando a Família Real portuguesa se retirou de Portugal, fugindo das guerras na Europa e fazendo da colônia a sua sede, a situação do Brasil era, além de inédita, inusitada. Para manter-se e governar seu Império ultramarino, o Príncipe Regente D. João concedeu, por vias de tratados comerciais e diplomáticos, liberdades econômicas que abriam para o Brasil – mas também para seus parceiros comerciais, vide os tratados de 1810 – perspectivas animadoras.

Mais adiante, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815, apontava para a destruição dos resquícios coloniais que, por ventura, ainda pudessem existir. No entanto, tal decisão havia sido tomada mais para responder aos anseios de legitimidade frente a um conservador Congresso de Viena e logo apresentou as suas limitações para os diversos setores regionais e seus anseios. A continuidade foi o tom dado por D João VI e a nova situação de Reino Unido não impediu que o movimento de contestação de 1817 em Pernambuco acontecesse e fosse seriamente reprimido, frustrando as perspectivas autonomistas.

A Revolução Liberal do Porto de 1820 – capitaneada por uma classe mercantil lusitana, política e economicamente abandonada pela Família Real, acumulando perdas financeiras desde 1807 e com sérias intenções de restabelecer as relações coloniais com o

Brasil – trouxe à tona as contradições entre interesses portugueses e "brasileiros", latentes durante esse período, no Brasil. Segundo Mata, o principal objetivo da Revolução Liberal do Porto era "... fazer voltar o Brasil a uma situação colonial; a substituição do regime (...) era, num certo sentido, secundária."[30].

À possibilidade de reativação das relações coloniais de restrições comerciais implementada pelas Cortes, somam-se os efeitos de uma depressão econômica, dificultando sensivelmente a situação da população pobre na Bahia. Em trabalho de metodologia quantitativa, avaliando preços de gêneros alimentícios e ganhos na cidade do Salvador, Kátia Mattoso demonstra que, às vésperas da guerra, os principais gêneros de subsistência em Salvador apresentavam-se em alta de preços constante, gerada por um processo de escassez, não acompanhada pela alta dos salários, o que certamente se repetia nas vilas do entorno do Recôncavo[31].

O ambiente político na Bahia, onde a crise econômica encontrava na população pobre livre, liberta e escrava, um potencial rebelde diversas vezes experimentado, era, então, propício para que os ânimos se acirrassem contra a dominação colonial, diretamente representada pelas autoridades públicas e, principalmente, pelos comerciantes que eram, em sua maioria, portugueses. Aventar a idéia de restabelecer os laços coloniais abolidos desde 1815, em tempos de crise, levaria a uma canalização das insatisfações contra qualquer ligação com Portugal.

Neste cenário, a crise ganhou volume com disputas entre portugueses e brasileiros. Os setores pobres da população manifestaram-se politicamente, de formas diversas, mas intensas. Estas manifestações, que encontraram outros tantos espaços de atuação, estão relacionadas aos conflitos com os portugueses. Geralmente encontramos esta população pobre em relativa sintonia com os objetivos das autoridades civis e militares na Bahia, mas não poderiam deixar de estar também em sintonia com este histórico rebelde.

Ao mesmo tempo em que a presença popular, principalmente dentro do Exército Libertador e em aclamações públicas de apoio às autoridades e comandantes, foi decisiva para a expulsão das tropas portuguesas da cidade do Salvador, a sua atuação, em forma de rebeldia, foi constante. Veremos adiante episódios em que foram em direção contrária aos planos das autoridades e comandantes, tendo demonstrado discordância, ou ao menos

[30] MATA, Eugénia. VALÉRIO, Nuno. *História Econômica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Presença, 1994. p. 136.
[31] MATTOSO, Kátia M. de Q. *Sociedade e Conjuntura na Bahia nos Anos de Luta pela Independência*. Universitas, 1973.

insatisfação, seja com os rumos gerais da política implementada pelo Conselho Interino e seus representantes, ou com alguma questão específica da campanha em que estavam envolvidos.

Entre as primeiras formas de manifestação popular relacionadas à independência, estão registradas as aclamações de apoio a D. Pedro, que, se não representava realmente as possibilidades de realização plena dos seus anseios de liberdade, ao menos significava, no confuso quadro político dos primeiros anos da década de 1820, um caminho possível de rompimento com Portugal.

Antes da guerra, o ano de 1821 foi bastante conturbado. Em Salvador, podemos citar como das mais importantes manifestações populares a aclamação de apoio às Cortes, ainda em fevereiro de 1821, quando a Revolução Liberal que ocorria em Portugal parecia acenar favoravelmente ao Brasil. Estabeleceu-se uma Junta Provisória de Governo e esta se declarou subordinada às Cortes, não reconhecendo da autoridade de D João VI, ainda presente no Rio de Janeiro.

Em novembro daquele ano, ocorreu uma tentativa de deposição da Junta Governativa com a chegada à Bahia, em finais do ano, de notícias acerca do movimento vintista em Portugal, que já mostrava sua face recolonizadora. Uma tentativa desarmada e um tanto quanto atrapalhada de golpe contra o governo estabelecido terminou com as prisões dos líderes e o fortalecimento dos moderados.[32]

Em inícios de 1822 aconteceram importantes manifestações e conflitos de rua envolvendo setores populares, a partir da nomeação do General Madeira de Melo para o cargo de Governador das Armas da Bahia por parte das Cortes de Lisboa. Alguns "notáveis", encontrando eco nas tropas locais e nas ruas, esboçaram uma tentativa de não aceitar a nomeação do General Madeira de Melo com uma impugnação de seu diploma pelo senado da Câmara de Salvador.

As posições de "brasileiros" e "portugueses"[33], já se encaminhando com mais definição para campos políticos contrários desde os acontecimentos de novembro de 1821, se acirraram, tornando mais nítidos os limites entre os dois campos. A solução política de

[32] AMARAL, Braz do. *Op. Cit.* 14 e ss.; 38-39.

[33] Discutiremos mais detidamente as identidades nacionais que se construíram ou se reelaboraram politicamente ao longo do conflito que tratamos aqui no capítulo 2, mas principalmente no 3, onde discutiremos o "patriotismo" durante a guerra. Daqui em diante, escusarei-me de trazer entre aspas as indicações de nacionalidade dos personagens aqui elencados.

consenso encontrada foi a composição de uma nova Junta Governativa, na qual estariam aparentemente equilibrados.

No dia 19 de fevereiro de 1822, tropas portuguesas e baianas, estas contando com a participação de alguns civis, se chocaram nas ruas de Salvador, com vantagem para os primeiros. No entanto, a vitória militar portuguesa na capital da Bahia não foi aceita pacificamente. Os conflitos generalizaram-se e as tropas contendoras voltaram a bater-se abertamente em episódios como o que deixou morta a Sóror Joana Angélica e ferido o capelão Daniel Lisboa, no episódio da invasão do Convento da Lapa.[34]

Os dois lados da guerra iminente, já evidenciados pelas posições políticas divergentes entre o apoio às Cortes ou ao Rei D. João e que refletiam nas rusgas dentro da própria Junta Provisória, passaram, a partir daí e até junho, a se delimitar geograficamente e a se preparar para uma solução militar para as suas divergências: a cidade do Salvador, desde então território dominado por tropas portuguesas, foi deixada pela população civil e por militares brasileiros derrotados em fevereiro, os quais passaram a dirigir-se para as vilas do Recôncavo, fugindo das hostilidades cada vez maiores das tropas vencedoras naquela ocasião. Ali organizaram a resistência militar aos portugueses.

Luis Henrique Dias Tavares indica a possibilidade de os meses entre fevereiro e maio de 1822 terem sido usados para "conspiração" no Recôncavo e há registro de um significativo aumento da compra de pólvora e mantimentos nas vilas, indicativo de que a guerra era, senão já planejada, ao menos esperada, pela população do Recôncavo, aumentada pelo fluxo constante de gente vinda da capital baiana.[35]

Entre maio e junho, as diversas câmaras legislativas das principais vilas do Recôncavo baiano, contando com a presença do povo nas praças a lhes inspirar e apoiar, aclamaram D. Pedro que, após a exigida volta de D João VI a Lisboa passou a ser o Príncipe Regente do Reino do Brasil, para desgosto das Cortes, como Defensor Perpétuo do Brasil.[36]

Somente em junho se configurou o conflito aberto entre os lados português e, por enquanto apenas, baiano. Foram planejadas proclamações, em diversas vilas do

[34] TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. pp. 38 e ss.
[35] TAVARES, Luis H. D. *Op cit*, pp. 63-4. A população de Salvador e do Recôncavo acompanhavam a lógica econômica que ligava os dois locais. Era comum os senhores de engenho manterem casas na capital e para ali se mudarem em determinada época do ano, acompanhado de sua família, escravos e empregados. A Dona Maria Bárbara, por exemplo, passou para o seu engenho no Recôncavo assim que a Guerra começou. FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). *op. cit*.
[36] *Idem, ibidem*. pp. 79 e ss.

Recôncavo, ao Príncipe Regente. Não se sabe exatamente o nível de coordenação que tais proclamações tiveram, mas é certo que houve comunicação entre elas. Tais proclamações aconteceram a partir de uma "Consulta" que os deputados baianos fizeram às Cortes de Lisboa sobre de que posição deveriam propor em Portugal no que diz respeito às relações políticas entre este país e o Brasil[37]. Ao chegar em um momento em que se acirravam as posições de portugueses e baianos, tal consulta aglutinou, ao redor das Câmaras das vilas, os partidários do rompimento com Portugal, de diversas camadas sociais.

Assim, uma tentativa de proclamação de D. Pedro, marcada para Salvador a 7 do mês de junho de 1822, foi frustrada pela ausência dos vereadores – com exceção de um, o vereador Antônio Ferreira França – temerosos de uma possível represália por parte do General Madeira. Em 14 do mesmo mês, o Príncipe Regente foi proclamado Defensor Perpétuo do Brasil em Santo Amaro, provocando uma reação dos portugueses que, em resposta, para lá enviaram tropas, na tentativa de impedir qualquer manifestação contrária às Cortes e ao General.[38]

Em Cachoeira, os conflitos tomaram maiores proporções, elevando-se finalmente ao grau de "guerra". Tropas formadas por voluntários e um punhado de militares egressos da capital, reunidas na madrugada de 24 para 25 do mesmo mês de junho de 1822 em Belém, proximidades da vila, foram à Câmara de Cachoeira reunir-se aos vereadores e a "pessoas notáveis" para fazer a "consulta popular".

Aos 25 de junho de 1822, o povo aclamou D. Pedro como "Defensor Perpétuo" naquela vila e celebrou, em missa, a decisão. Após a missa, o cortejo de *Te Deum,* que comemorava os acontecimentos precedentes, foi alvejado por barcos militares portugueses que atiraram também em direção a São Félix. Ali fizeram a primeira das vítimas da guerra, o Soldado Tambor Soledade. No dia seguinte, a população local, em canoas, tomou de

[37] Pediam os Deputados Baianos às Cortes que as Câmaras se posicionassem quanto às seguintes questões na "Carta Consulta": "1º Se convinha à província da Bahia que houvesse no Brasil uma delegação do poder executivo para facilitar o recurso necessário aos povos do reino do Brasil. 2º Se convinha que houvesse duas delegações em diferentes pontos do Brasil para o mesmo fim. 3º Se convinha que o poder executivo residisse somente no rei, delegando este a cada uma das juntas governativas das províncias a parte do poder necessária para a execução das leis e o recurso dos povos, como acontecia anteriormente com os capitães e generais. 4º Se não sendo conveniente qualquer dos alvitres lembrados acima, era sugerido algum outro útil `província, ao seu bom regime e administração." AMARAL, Braz do. *op. cit*. p. 171. Para Luis Henrique Dias Tavares, a chegada da Carta Consulta "logo ganhou outro conteúdo, e logo serviu também de justificativa para as reuniões conspirativas e as posteriores decisões de junho e julho no Recôncavo e áreas do interior comercialmente ligadas às Vilas de Cachoeira e Santo Amaro". TAVARES, *A Independência do Brasil na Bahia....* p. 74-5.

[38] Sobre a relação entre as proclamações nas vilas do Recôncavo e em Salvador, ver: TAVARES, *Op. cit.*, p. 79-81.

assalto a escuna portuguesa. Estava iniciada a Guerra e, daí até o dia Dois de Julho de 1823, assim estiveram portugueses e baianos – depois, brasileiros – aqueles, sediados na cidade do Salvador, estes, nas vilas do Recôncavo.

Os primeiros movimentos de guerra por parte dos portugueses foram no intuito de garantir o abastecimento de comida para a cidade, tentando ocupar a Ilha de Itaparica, o que lhes legaria não só o suprimento das tropas e da população em Salvador, mas também o controle militar da Baia de Todos os Santos. Foram duas as batalhas pela posse da Ilha, a primeira já em 29 de julho de 1822, quando navios portugueses foram rechaçados por uma mistura de tropas milicianas e população civil.[39]

Do lado do Exército Libertador, a organização e a unidade das vilas em torno de um governo provisório apresentavam-se como um primeiro problema, fundamental para constituir-se a resistência baiana. As primeiras ações foram na direção de garantir, ainda em junho, a proclamação, em outras vilas do Recôncavo, de D. Pedro como Defensor Perpétuo. Na vila de Nazaré – grande produtora de farinha e ponto estratégico para o sustento da guerra contra os portugueses – por exemplo, apesar de já ter havido ali proclamação ao Príncipe D. Pedro, foi ocupada em 29 de junho pelas tropas vindas de Cachoeira e feita nova proclamação.

Entre julho e agosto, um grande esforço político foi levado a cabo para a organização destas demandas e do próprio Exército Libertador. Às tropas milicianas das vilas do Recôncavo e ao contingente baiano de primeira linha, juntaram-se os militares exilados de Salvador, além dos "voluntários". Este contingente de homens pobres livres, pequenos proprietários, libertos e até escravos, formou um exército numeroso(mais de dez mil homens), mas em grande medida inexperiente e, muitas vezes, insubordinado: milhares de baianos que se colocaram a disposição da luta.[40] Alguns, como em 25 de junho em Cachoeira, ou 29 de julho na batalha do Funil, apesar de não se filiarem ao Exército, usaram sua próprias armas e estiveram presentes em momentos decisivos.

A este primeiro período, onde pauta-se do lado baiano a organização da administração provisória e o Exército Libertador, e da manutenção das posições, com poucas batalhas, até o sítio quase total da cidade do Salvador, Luis Henrique Dias Tavares

[39] AMARAL, Braz do. *op. cit.* p. 240. A outra batalha, acontecida a 7 de janeiro de 1823, é considerada pelos historiadores como a última grande investida portuguesa, uma tentativa frustrada de romper o cerco que sofriam em Salvador.

[40] A participação das camadas populares nas fileiras do Exército Libertador, com seus episódios de insubordinação, será discutida mais adiante no Capítulo IV.

chama de Fase Regional, contraposta a uma Fase Nacional, quando tropas de outras regiões do Brasil, a mando de D. Pedro e sob o comando do General Pedro Labatut, se reuniram ao Exército Libertador.[41] A Labatut coube, a partir de sua chegada, o comando do dito exército, mas a sua figura não gozou de unanimidade entre os poderosos na Bahia, representados no Conselho Interino de Governo.

O fato de vir de fora para comandar e impor aos chefes militares locais suas táticas e estratégias gerou desconfiança e ciúmes entre as lideranças da elite baiana. Por outro lado, a sua rígida política disciplinar para a organização do Exército Libertador em moldes europeus (Labatut, francês, era um mercenário veterano de guerra recém-naturalizado brasileiro) descontentava, além dos comandantes, as próprias tropas, que, junto às hostilidades inerentes à guerra e das condições precárias de saúde e alimentação, tinham que se ver com as pressões de uma nova prática disciplinar marcial à qual não estavam acostumados, ou porque eram soldados de última hora, ou porque mesmo nas tropas regulares não havia, em tempos de paz, tais normas.[42]

Durante o período de setembro de 1822 até janeiro de 1823 além de esparsas trocas de tiros entre as partes contendoras, algumas batalhas mereceram destaque na historiografia e ganharam a memória da população baiana, sendo algumas, inclusive, datas comemorativas até os dias de hoje. Talvez a mais lembrada delas – e com maior número de baixas – tenha sido a Batalha de Pirajá, acontecida na localidade de mesmo nome, cercanias da cidade, aos 8 dias do mês de novembro (1822). Apesar do seu desfecho ser contado – com o devido respaldo historiográfico – de uma maneira inusitada[43], tal batalha não significou avanço nas posições brasileiras, apenas tendo consolidado as posições do sítio à cidade-fortaleza, marcando a última tentativa portuguesa de romper o cerco por terra a que estavam relegados.

---

[41] TAVARES, Luis H. D. *A Independência do Brasil na Bahia....* Ver principalmente os capítulos 4 e 5. Já Wanderley Pinho a dividirá em três períodos: "O primeiro encerra as ações iniciais, exclusivamnte baianas, e vai do conflito da Cachoeira (24 de junho de 1822) à chegada de Labatut, com reforços, para assumir a direção das operações (29 de outubro de 1822); o segundo, da chegada de Labatut até à sua prisão e destituição (21 de maio de 1823); o terceiro comporta o comando de Lima e Silva, e vai de fins de maio a 2 de julho de 1823, ou à vitória final, com a retirada de Madeira e suas forças e entrada triunfal, na Cidade, do 'Exército Pacificador'". *op. cit.* p. 259.

[42] Estes dois aspectos – a tensão entre Labatut e o Governo Interino e a organização das tropas – serão discutidos posteriormente, nos capítulos 3 e 4, respectivamente. Sobre as tropas em tempos de Independência, ver: KRAAY, Hendrick *Race, State, and Armed Forces...* pp. 106 a 140.

[43] Ao receber a ordem de dar o toque de recolher, pois as tropas do Exército Libertador, lutando morro acima, eram fustigadas pelo cansaço e pelos ataques inimigos, sofrendo sérias baixas, o Corneta Luis Lopes (aliás, português de nascimento!) resolve, por conta própria, dar o toque de "Avançar, cavalaria, e degolar!", com o que as tropas portuguesas se assustam, achando haver o Exército inimigo recebido reforços e retira-se em debandada, dando espaço para o avanço das até há pouco tempo inferiorizadas tropas brasileiras.

Outra importante batalha aconteceu a 29 de dezembro, ainda de 1822: um ataque levado a cabo pelas tropas brasileiras em várias frentes (Lapinha, Brotas e Conceição). Uma incursão lusa por mar, na tentativa de tomar posições na Ilha de Itaparica, já em 7 de janeiro de 1823[44], também merece destaque. Ao final de um dia todo em batalha, os soldados brasileiros impediram o desembarque das tropas na Ponta de São Lourenço, selando a sorte da posição portuguesa, limitada à cidade da Bahia e sem abastecimento de gêneros alimentícios.

Tendo se transformado em uma guerra imóvel a partir dos primeiros meses de 1823, as tropas portuguesas, isoladas por terra e com sérios problemas de abastecimento[45], sofreram grave e definitivo golpe com a chegada da esquadra real comandada pelo Marechal inglês Lord Cockrane que se reuniu aos barcos improvisados com artilharia que já faziam fogo às naus portuguesas, elevando para 19 o contingente naval brasileiro, destruindo definitivamente qualquer esperança de abastecimento ou envio de reforços portugueses também por mar.

Evitando uma rendição, Madeira preparou e executou uma retirada da cidade na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho, levando as tropas e alguns cidadãos portugueses com as riquezas que puderam levar para a terra pátria. Aos 2 dias do mês de Julho de 1823, as tropas do Exército Libertador entraram triunfantes em uma cidade já desocupada pelo inimigo, pondo fim a mais de um ano desta guerra. Estava libertada a Cidade do Salvador e reunida ao Império Brasileiro a província da Bahia. Restam-lhes agora, afastado o inimigo externo, as suas próprias tensões e conflitos sociais desta estrutura colonial em crise.

* * *

Das principais narrativas sobre a Guerra de Independência na Bahia, uma das constantes que ocupam todas elas é a presença das classes populares. Muitos vinham de diversas vilas baianas se alistar como voluntários, outros, soldados, passaram meses sem receber o soldo, todos colocando seu trabalho, e alguns a sua vida, à disposição da causa, que acreditavam digna de seu sacrifício. Além da causa militar estrita, outras atividades

[44] Esta data, aliás, passou a ser comemorada anualmente como "Independência de Itaparica" e consiste em feriado naquele município, acontecendo nesta data um desfile cívico e um desfile do "caboclo", com festa popular. Em *Viva o Povo Brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro narra três comemorações do 7 de Janeiro em Itaparica, desde a segunda metade do século XIX, até a segunda metade do século XX. (pp. 405, 431, 613).

foram executadas pelos baianos de forma voluntária. As obras públicas, necessárias à organização do governo independente; o atendimento a feridos nos hospitais de guerra; o suprimento de comida, farda e armas dos soldados. Tais responsabilidades foram assumidas e realizadas pela população do Recôncavo e pelos exilados da capital.

O sustento da guerra também foi fruto de doações, voluntárias ou compulsórias, uma vez que a ocupação de Salvador havia inviabilizado a estrutura fiscal da capitania. Apesar de ter sido em grande parte realizada pelos grandes proprietários baianos, que, aliás, fizeram questão de registrar suas vultosas doações, a viabilização material da guerra não pode ser referida exclusivamente como ação dos poderosos. Há registros de pequenas doações, como a que foi feita pelos pescadores de Camamu, que apontam para uma participação popular também neste sentido.[46]

O registro de aplausos, desordens, aclamações ou silêncios são importantes indícios de uma forma de participação popular pouco considerada. A população das vilas do Recôncavo e de Salvador usaram diversas vezes deste expediente para manifestar sua posição diante dos acontecimentos, fosse ela de apoio ou descontentamento. Neste trabalho, consideraremos também estas formas mais sutis, e não só as formas mais diretas como no *front*, como participação popular.

A partir destes caminhos pretendo construir este trabalho, buscando avaliar como as classes populares atuaram diante da guerra e da construção do Estado imperial na Bahia, portanto, como viveram este processo enquanto experiência política em meio ao seu próprio processo de constituição/transformação de identidades coletivas de classe, étnicas e nacionais em que estavam inevitável e sumultaneamente inseridos.

1.3. A Independência do Brasil e da Bahia: historiografia e classes populares

1.3.1. Rumos da Historiografia da Independência

O tema "Independência do Brasil" é dos mais visitados pelos historiadores, brasileiros ou brasilianistas, dentre os tantos temas recorrentes da nossa história. Não farei

[45] Em 10 de maio de 1823, o General Madeira de Melo "dispensa" da cidade do Salvador as "bocas inúteis", pela falta de alimentos. AMARAL, Braz do. *op. cit.* p. 343.
[46] Veremos mais detalhadamente este fato no Capítulo III.

aqui um levantamento de toda a historiografia da independência, pois seria alongar-nos muito sem correspondente lucro, mas apenas indicar as virtudes e lacunas do que se tem produzido de mais importante dentro nesse âmbito.

O historiador Jurandir Malerba, em um artigo intitulado *Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (desde c. 1980)*, faz um apanhado das obras sobre o tema, desde o século XIX até 2002, tendo identificado 649 títulos publicados, entre livros, artigos científicos, dissertações e teses. Depreende-se, a partir da tabela que apresenta, que existem dois grandes momentos em que a produção sobre a independência se projeta: o centenário (1922) e o sesquicentenário (1972). Neste último, a produção chega a quase a metade das obras elencadas: 300. (ver tabela em anexo)

Em contrapartida, as décadas de 1980 e 1990 são períodos de diminuição do interesse dos historiadores pelo tema. No entanto, se considerarmos apenas os anos a partir de 1996, veremos que existe uma tendência de crescente interesse na Independência. Segundo o autor:

> "Comparativamente ao *boom* historiográfico dos anos 1970, cuja qualidade merece ser ainda melhor avaliada, muito pouco foi produzido durante os anos 1980. Basta lembrar que, dentre os 72 títulos inicialmente encontrados entre 1980 e 2002, há inúmeras reedições, de modo que a bibliografia efetivamente nova contabilizada reduz-se a 59 títulos, seis dos quais publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dos 53 volumes restantes, apenas três datam da década de 1980 e apenas onze são anteriores a 1995. Ou seja, a maioria esmagadora da produção dos últimos vinte anos sobre a Independência, cerca de 80% dos títulos publicados nos últimos 20 anos, concentra-se no último lustro do período [1996-2002]."[47]

Este aumento recente de interesse pelo tema pode ser, como aparentemente o foi para os dois anteriores momentos de pico, graças a duas datas relevantes durante o período 1996-2002: o marco dos 180 anos da Independência, em 2002, e os 500 anos de Brasil, contados a partir da chegada dos portugueses, que foi pomposamente comemorado em eventos organizados pelo Governo Federal no ano de 2000. Estas datas podem ter estimulado uma espécie de "viagem às origens da nação". Sobre esta "viagem", István Jancsó indica uma outra razão para o aumento de pesquisas sobre a independência. Segundo ele:

> "Esta urgência [de se estudar a origem do Estado e da nação brasileiros] advém de que, desde o colapso do império soviético que pulverizou o precário equilíbrio do sistema mundial de Estados afanosamente construído segundo os ditames de um mundo bipolar, a questão nacional instalou-se novamente no centro dos interesses de acadêmicos e academias. (...) No Brasil, a perplexidade instaurada pelo generalizado sentimento de urgência em face ao descompasso entre o acelerado das

[47] MALERBA, Jurandir. *Esboço Crítico da Recente historiografia sobre a independência do Brasil (desde c. 1980)*. p. 9. Disponível em: <http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Malerba45.pdf> Acessado em 04/01/2004.

> mudanças e o caráter trôpego das explicações que se propunham a dar sentido ao caótico de uma ordem mundial em frangalhos explodiu, diante da já irrecusável evidência da atualidade da *questão nacional*, na multiplicação de artigos, *papers*, dissertações, teses, colóquios, seminários e congressos dedicados ao tema pelo País afora a partir de meados da década de noventa."[48]

O próprio Jancsó é peça central neste movimento de retomada de uma produção historiográfica sobre a Independência do Brasil. A obra que organizou, chamada "Brasil: a Formação do Estado e da Nação", é o resultado de um Seminário, acontecido em setembro de 2001, cujo título posteriormente deu nome ao livro. São vinte e cinco artigos[49], além da introdução "Este Livro", de autoria do próprio organizador, e de um "Balanço do Seminário", sob a responsabilidade de Norberto Luiz Guarinello, que discutem diversos aspectos relacionados ao tema-título. Muitos dos artigos ali publicados serão por mim aqui referidos.

O livro, assim como o seminário que lhe deu origem, é em grande parte o resultado de uma inquietação que Jancsó, juntamente com João Paulo G. Pimenta, havia apontado em 2000, com o artigo "Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)" no livro *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias*[50], organizado por Carlos Guilherme Mota. Sua preocupação tomara a seguinte forma:

> "São agudas as divergências de interpretação quanto à *interface* dessas duas dimensões da realidade: *Estado* e *nação*. Os estudos têm privilegiado a formação do Estado, reconhecido como brasileiro e, a partir daí (em geral por inferência), admitido como nacional. Como a inferência tem eficácia investigativa sabidamente reduzida, vale a pena dedicar mais atenção ao outro termo desta equação – a nação – para, a partir daí, avançar no entendimento da complexa relação entre ambos."[51]

Para os autores, a explicação para esta primazia do Estado em relação à Nação se explica:

> "Parece mais fácil lidar com variáveis nitidamente objetivadas (...) do que fazê-lo com dimensões da realidade confinadas (desdenhosamente) ao universo da subjetividade, do sentimento e da emoção (em algum grau partilhadas pelo próprio historiador), casos da idéia de nação ou de identidade nacional."[52]

---

[48] JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 16-17.

[49] Estes artigos não foram computados por Jurandir Malerba uma vez que foram editados em 2003. Se o fossem, deixaria mais evidente o crescimento da produção sobre a Independência do Brasil.

[50] JANCSÓ, István. & PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira", in: MOTA, Carlos G. (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. pp. 129-175.

[51] Idem. *Ibidem*. pp. 134-5.

[52] Idem. *Ibidem*. pp. 135.

Estes debates, apesar de iniciados há apenas poucos anos, têm realizado uma prolífera renovação dos estudos sobre a Independência. Ao eleger a "Nação" como principal objeto dos estudos históricos, avançou-se no conhecimento acerca da constituição das identidades políticas que permearam o conturbado tempo em que se deu o fim do período colonial brasileiro. A provisoriedade dessas identidades, seu grau de politização e particularidades regionais têm aberto possibilidades grandiosas para a pesquisa histórica do período.[53]

Dentre as pesquisas referentes às identidades políticas e a independência, gostaria de destacar o de Denis Bernardes, estudioso dos acontecimentos na capitania/província de Pernambuco. Seu trabalho traça um panorama das identidades políticas pernambucanas deste 1817 – ano do movimento revolucionário – até 1824 – Confederação do Equador. O autor, considerando as variáveis da formação de tais identidades, afirma: "Impostos podem não gerar identidade, mas sempre geram descontentamentos que, em determinadas situações políticas, podem dar lugar a expressões de identidade".[54]

Assim, a produção historiográfica sobre a independência tem se voltado para o estudo da formação da identidade nacional, considerando suas particularidades regionais e suas nuances de classe. Para Malerba, "mais pesquisa sobre a participação popular na Independência é necessária. A participação diferenciada das diversas províncias (...) merece maior atenção".[55] Sua preocupação, em certo sentido, tem sido dirimida pelos trabalhos acima citados. Este trabalho pretende contribuir para este debate.

1.3.2. Os historiadores da Independência na Bahia

O tema "Independência da Bahia" tem grande presença no imaginário popular e nas festas de rua. Não é a toa que os partidos políticos usam, hoje em dia, as festas do Dois de Julho como espaço de disputa e referem-se ao fato por todo o ano, à "luta do povo baiano". É conhecida a campanha pela volta do nome do Aeroporto de Salvador, que se chamava

---

[53] As discussões, centralizadas num Grupo de Pesquisa inscrito no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o nome de "Formação da Nação e do Estado Nacional Brasileiros", cujo líder é o próprio Jancsó, têm frutificado em uma considerável produção em forma de livros, dissertações, teses e seminários sobre o tema. Um seminário ocorrido em setembro de 2003 em São Paulo reuniu pesquisadores de todo o país. Os textos, em caráter provisório, estão disponíveis na página eletrrônica do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB – da Universidade de São Paulo <http://www.ieb.usp.br>.

[54] BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. "Pernambuco e o Império (1822-1824): Sem Constituição Soberana não há União" *in*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 230.

[55] MALERBA. Jurandir. *op. cit.* p. 34.

"Dois de Julho", e hoje homenageia um deputado falecido, tendo o nome sido modificado na oportunidade de sua morte, em 1998, à revelia da população em geral.[56]

No entanto, a produção historiográfica baiana não correspondeu, em volume, a este entusiasmo. Durante o século XX, pode-se contar com apenas duas obras (hoje considerados clássicos sobre o tema) que dedicam-se exclusivamente à Independência na Bahia – *História da Independência na Bahia* e *A Independência do Brasil na Bahia*[57], respectivamente de Braz do Amaral e Luis Henrique Dias Tavares.

A obra de Braz do Amaral, de quem voltarei a falar no Capítulo II, durante muito tempo foi, e talvez ainda hoje seja, a mais completa sobre os acontecimentos em questão. Ali, encontramos as cores de forte glorificação dos feitos ocorridos na Bahia entre 1821 e 1823. São realçadas a importância do fato para a história não só da Bahia, mas também do Brasil, e a construção da idéia de heroísmo baiano contra a tirania e crueldade portuguesas. Braz do Amaral não esconde o seu ufanismo e preferência pelos acontecimentos na Bahia, chegando a afirmar: "Tirem da Independência a campanha da Bahia e ela ficará reduzida a um arranjo familiar e muito burguês, com a intervenção de Sir Carlos Stuart".[58]

A primazia da luta pela independência na Bahia aparece como fato normal, quase inevitável. A Bahia é "Terra predestinada (...) aqui chegaram os primeiros europeus"[59]. E mais:

> "... a grande luta da liberdade política do Brasil, que teve aqui na Bahia o seu início, com o decreto de abertura dos portos ao comércio estrangeiro e que devia aqui ter aqui a sua definitiva, certa e positiva realização, com a retirada das tropas portuguesas em 2 de julho de 1823."[60]

O destino do povo baiano, a liberdade, longe de se constituir em fato simples, demanda destes esforços heróicos, sobre-humanos, pintados com estes tons por Braz:

> "Estas qualidades heróicas, no tempo da nossa emancipação política, só o povo da Bahia teve ocasião de as mostrar e as revelou, com uma superioridade, um denôdo, uma bravura (...), de modo que podemos dizer hoje (...) que para ter este país a sua liberdade, ninguém sacrificou nem lutou como os baianos."[61]

---

[56] O Aeroporto de Salvador chama-se hoje Aeroporto Internacional Deputado Luis Eduardo Magalhães. Esta não foi, aliás, a única homenagem prestada ao dito deputado, filho do atual senador da República e ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Uma avenida, um viaduto, uma praça com estátua numa das mais movimentadas avenidas da capital baiana, várias Escolas Modelo no interior do Estado e até um município recém emancipado receberam o nome do deputado nos primeiros meses que sucederam sua morte.
[57] AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*.
[58] AMARAL, Braz do. *op. cit*. p. 61.
[59] Idem. *Ibidem*. p. 60.
[60] Idem. *Ibidem*. p. 59-60.
[61] Idem. *Ibidem*. p. 61.

O feito parece maior ainda pela imagem de "grandeza" e dos inimigos que o autor constrói, muitas vezes apontados como cruéis e despóticos, além de melhor armados e preparados para a guerra. Para Braz, "Os portugueses eram em geral mais robustos, porém, os brasileiros se mostravam mais ágeis e vivos".[62] A Independência da Bahia, para Braz do Amaral, figura assim como um grande feito épico do povo baiano, que, por uma causa gloriosa – a liberdade – e contra um inimigo poderoso – o "tirano" português – conseguiu com sua bravura uma vitória que ecoou além de seu tempo e seu lugar.

Além da glorificação dos feitos baianos frente ao exército português durante a guerra, Braz do Amaral traz a idéia da injustiça sofrida pela Bahia frente aos outros Estados, que não reconheciam o sacrifício baiano – que o autor faz questão de enfatizar, foi em favor do Brasil – na luta pela independência. Para ele, a postura política de articulação entre as Províncias do Centro-sul era tirânica e mereceu de sua parte uma áspera comparação com a opressão colonial portuguesa.[63]

O sacrifício do povo baiano é por ele apresentado como um grande preço pago pela província, e este alto preço não foi só o das mortes, mas também o do atraso econômico:

> "A Bahia se sacrificou pelo Brasil, arruinando sua lavoura para manter a luta, como ainda devia acontecer quarenta anos depois, quando forneceu o maior contingente de homens para a guerra do Paraguai, desprendendo nestas duas ocasiões um capital de inestimável valor, por um altruísmo e sentimento de generosidade patriótica que o Brasil não compreendeu e não reconheceu."[64]

A argumentação do autor pretende justificar o "atraso" baiano frente o desenvolvimento do centro-sul do Brasil, construído ao longo do século XIX e consolidado nas primeiras décadas do século XX, quando a obra de Braz do Amaral foi escrita. O autor comenta:

> "No dia em que este país chegar ao estado de cultura e civilização que todos nós desejamos ele em breve atinja, terão, sem dúvida, tanto o povo, como os corpos constituintes do seu poder, uma organização mais perfeita do que a atual, pelo que hão de comemorar a data de 2 de julho de 1823 como o da formação da nossa nacionalidade, por ter sido nela que obtiveram os brasileiros a sua primeira vitória, e por ser ela a que exprime o primeiro feito nacional, pois a campanha da independência foi, não há quem possa negar, o primeiro acontecimento revelador da capacidade e vigor dos filhos desta nação..."[65]

Valorizando os feitos na Bahia, desfaz dos fatos paralelos ocorridos no Rio de Janeiro e que tiveram eco imediato nas províncias do sul. Os acontecimentos na Bahia têm,

---

[62] Idem. *Ibidem*. p. 41.
[63] Idem. *Ibidem*. p. 16.
[64] Idem. *Ibidem*. p. 285.
[65] Idem. *Ibidem*. pp. 335-6. Interessante notar que Amaral confunde, como era comum para sua época, a inauguração do Estado brasileiro com a "formação da nossa nacionalidade".

segundo o autor, primazia diante dos outros (principalmente os no Rio de Janeiro) pela existência de conflitos armados entre brasileiros e portugueses, e, fundamentalmente, pela participação maciça do povo nesta luta. De forma ácida, Amaral chega a afirmar:

> "Não foi ela [a Independência] conseguida aqui por meio de abraços, como disseram o ano passado no sul (...) comparando o que se passou na Bahia ao que se deu no Sul, não é possível deixar de notar, com altivez, que entre nós a independência foi ganha com muito trabalho e não feita pelo governo, conquistada nobremente, nas batalhas dadas à luz do sol, sobre as terras e as águas."[66]

Quem vai quebrar esta lógica do consenso, do qual Braz do Amaral foi o maior representante, apontando tensões e conflitos entre diferentes camadas sociais ou mesmo dentro delas, é Luis Henrique Dias Tavares. O livro *A Independência do Brasil na Bahia*, foi escrito cerca de cinqüenta anos depois da obra de Amaral, que já contava então com algumas reedições, havendo se tornado uma espécie de versão oficial dos acontecimentos relacionados à Independência na Bahia. A grande contribuição de Tavares em sua leitura e interpretação dos fatos não é uma nova versão dos acontecimentos, mas sim um novo enfoque no trato do episódio.

Diferente de Braz do Amaral, Tavares não se propõe a fazer uma narração factual. Caminha na direção de compreender o sentido da Guerra da Bahia para a Independência do Brasil. Critica e propõe a superação de uma visão que chamou de "ufanismo baiano"[67] que pretendia ver na Guerra de Independência na Bahia um feito épico, heróico e único.

Fortemente influenciado pela História Social, o autor procura em sua análise as tramas e tensões entre os grupos sociais por trás dos fatos políticos. Não dá ênfase aos "heróis" da Independência, apenas fazendo as referências inevitáveis. Ao referir-se a Joana Angélica – famosa heroína e mártir da independência, vítima da invasão de soldados portugueses ao Convento da Lapa, quando procuravam rebeldes do conflito de fevereiro de 1822 – traduz a importância do episódio de sua morte para a compreensão da trama em curso[68]; Labatut aparece como mais uma peça no tabuleiro da Independência e a Maria Quitéria não restou nem breve referência.

---

[66] Idem. *Ibidem*. pp. 463-4. A primeira edição deste livro foi de 1923. Braz do Amaral se refere às comemorações pelo Centenário da Independência ocorridas no Rio de Janeiro.

[67] Palestra ministrada em 20/03/2002 na FFCH – UFBa. Tavares afirmou, ainda, que a inclusão do termo "do Brasil" no título da sua obra foi uma tentativa no sentido de superar este "ufanismo" e evidenciar a "costura política" que uniu a Bahia ao Império.

[68] Para ter noção do prestígio de Joana Angélica, ela dá nome à Avenida mais importante do tradicional bairro de Nazaré, em Salvador. "Parecerá de menor importância analisar esses detalhes [dia e hora da morte da Sóror Joana Angélica]. Alguns dirão: 'não é relevante'. É todavia justificável, pois o incidente no convento da Lapa está ligado ao ataque dos soldados da Legião Constitucional e da Cavalaria ao quartel da Mouraria (...)". TAVARES, Luis H. D. *op. cit.* p. 45.

O que Tavares propõe é a compreensão de que a Guerra de Independência na Bahia não está alheia ao cenário nacional, fazendo parte de uma "costura" política que envolve as elites das diversas regiões do Brasil e que tem como centro de convergência a figura de D. Pedro I[69]. As elites baianas, conservadoras por essência, negociam o apoio ao Imperador no intuito de garantir uma transição moderada para o Estado que se formava. Para ele, os ricos proprietários tinham receio...

> "de 'excessos anárquicos' – receios continuadamente repetidos pelos que representavam as forças sociais realmente decisivas no Recôncavo, a dos produtores, senhores de engenho, e a dos lavradores proprietários, senhores das plantações de cana, fumo, algodão, mandioca e banana. (...) São conservadores. São homens que receiam os 'anarquicos' e os escravos...".[70]

Outra dimensão que Tavares sugere é a existência de tensões, não só entre grupos sociais antagônicos, mas também dentro de tais grupos, mais notadamente das elites baianas. Sobre a instalação do Conselho Interino de Governo, instituído depois de uma relativamente longa vacilação, comenta: "um governo com tais propósitos não poderia se formar sem divergências. É inegável que existiram e que eram ponderáveis, como demonstra inclusive o fato de só conseguir instalar-se em setembro 6."[71]

Ao superar as limitações da obra de Braz do Amaral (o ufanismo que, dirimindo conflitos, apresenta a luta pela independência como uma espécie de consenso), Luis Henrique Dias Tavares abriu espaço para novas perspectivas de pesquisa e abordagem dos acontecimentos ligados aos conflitos pela Independência na Bahia, principalmente no que diz respeito ao campo popular, considerando as contradições próprias do processo, entre diferentes classes sociais e mesmo internamente em cada uma delas.

Outros historiadores também abordaram o tema, através de artigos, capítulos de teses e de livros, alguns ainda sem possuir tradução e ou publicação no Brasil. Dentre eles, quatro interessam mais diretamente à nossa análise sobre a participação popular durante os conflitos pela Independência do Brasil na Bahia. É o caso de F. W. O. Morton, Ubiratan Castro de Araújo, João José Reis e Hendrik Kraay.

Anterior ao trabalho de Tavares, a obra de Morton já tocava em aspectos da tensão entre classes antagônicas durante os acontecimentos pela Independência na Bahia. Não tendo sido publicada, a importância da tese de Morton deve-se mais pela influência que causou numa posterior geração de historiadores baianos do que pela difusão, para o grande

---

[69] Luis Henrique Dias Tavares irá desenvolver mais detalhadamente esta idéia no artigo *A Independência como Decisão da Unidade do Brasil*. *in* Revista de Cultura nº 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
[70] TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. p. 96.

público, das idéias de sua tese central: a de que a Independência da Bahia foi uma "Revolução Conservadora", capitaneada pelas elites em seu propósito de manutenção de privilégios. Morton é o primeiro que vai chamar a atenção para o fato de que, para além da preocupação com a ocupação pelas tropas portuguesas, as elites estavam extremamente preocupadas com as "desordens e anarchias", ou seja, com a movimentação de rebeldia das camadas populares e sua possível articulação política.[72]

Mais recentemente, outros autores, influenciados pela obra de Tavares, mas principalmente por Morton, têm caminhado por estas possibilidades. Exemplo disso são os estudos de Ubiratan Castro de Araújo sobre a participação das camadas pobres nos movimentos políticos entre fins da época colonial e início do Império. *A Guerra da Bahia* e o artigo *A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência* trazem amplas possibilidades para a apreensão da atuação das classes populares, notadamente escravos e libertos[73].

Araújo apresenta as camadas populares como inquietas e tendentes à rebeldia, o que preocupava as elites permanentemente, enquanto organizavam a oposição às propostas recolonizadoras dos liberais portugueses e o posterior cerco a Salvador[74]. Além disso, os soldados, homens pobres livres, em sua maioria de cor, tornavam-se uma fonte de instabilidade, talvez por não se sentirem política e socialmente incluídos no projeto de Estado que a elite implementava no decorrer da guerra.

O período compreendido entre 1798 – ano da revolta dos Búzios – e 1838 – ano da derrota do movimento federalista da Sabinada – constitui, para o autor, em um "tempo de Bahia Rebelde", quando as classes populares, baseadas na pauta de reivindicações inaugurada naquele primeiro movimento, chegam a constituir um programa político popular como alternativa para a "crise urbana" que se estabeleceu junto à crise do sistema colonial e do Antigo Regime como um todo. A partir a tese de Morton, que já havia mapeado a atuação das elites, Araújo complementa o jogo político deste período, trazendo para o campo de disputa os personagens "de cor" no cenário efervescente da Bahia.

---

[71] Idem. *Ibidem*. p. 103.
[72] MORTON, F. W. O. *The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. Oxford University, 1974 (tese de doutorado).
[73] ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*.
[74] "Para as camadas inferiores da população urbana, não foi feito qualquer aceno de participação neste movimento [de formação da Junta Provisória]. Para acalmar os soldados negros e mulatos, a Junta providenciou o imediato pagamento dos soldos e etapas em atraso e (...) decretou o aumento geral de todos os soldos. Promoções também foram generalizadas." ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Op. cit*. p. 21.

Já João José Reis, com o seu artigo *O Jogo Duro do Dois de Julho: O "Partido Negro" na Independência*, discute, como o título indica, a presença de um "partido negro" formado por escravos e libertos nos anos da Guerra. Reis apresenta as falas e as demandas políticas de escravos, principalmente os nascidos no Brasil, frente ao projeto de Estado brasileiro que ora se estabelecia.

Segundo Reis, durante os conflitos de 1822-1823, os escravos vislumbraram a possibilidade de sua própria liberdade e tentaram, frente à temporária fraqueza dos senhores, tensionar o regime a que estavam submetidos, ou por via de rebeldia, ou por argumentação mais sutil, como alguns escravos nascidos no Brasil que, segundo Reis, "Sentiam-se brasileiros, eram brasileiros, e por isso achavam natural que pudessem se libertar junto com o país".[75]

Um aspecto importante analisado pelo autor é a visão, construída ideolgicamente, por parte das elites, deste pretenso partido. O tal "partido negro" não chegou a constituir-se como ameaça real ao poder branco, mas, apareceu como tal aos olhos de uma elite preocupada com o que se chamou de "haitianismo". Reis discute as ações e articulações políticas na tentativa de anular qualquer possibilidade de acesso negro ao poder. Ele afirma: "Durante o conflito armado, os senhores da região, que dirigiram a luta, procuraram reduzir a ameaça potencial desse 'partido negro'".[76]

Hendrik Kraay é outro autor que contribuiu para a historiografia recente da Independência. Apesar de sua maior obra – *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil (Bahia, 1790s-1840s)* – extrapolar o tempo estrito da guerra, Kraay contribuiu também com artigos específicos para o estudo da independência. Dentre eles, considero os mais importantes: *"Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra de Independência na Bahia*; e o mais recente: *Identidade Racial na Política, Bahia, 1790-1840: O Caso dos Henriques*[77], nos quais, propondo-se a fazer um estudo das transformações da estrutura militar desde o período colonial até o imperial, o autor acaba conduzindo o leitor a reflexões sobre as tensões sociais e étnicas envolvendo a instituição e a inserção desta na sociedade.

---

[75] REIS, João J. *O Jogo Duro...* p. 93.
[76] Idem. *Ibidem*. p. 90.
[77] KRAAY, Hendrick. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra de Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 109-126, 2002. e "Identidade Racial na Política, Bahia, 1790-1840: O Caso dos Henriques". *in* JANCSÓ, Istvan (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 521-546.

A partir deste caminho, apontado pelos autores citados, pretendo alcançar o povo e sua movimentação política dentro da guerra de Independência na Bahia. Dialogando com o que já foi feito até aqui, o objetivo é analisar como, no momento da Guerra, engendrados numa rede de identidades coletivas – de classe, étnicas e nacionais – que se formavam e se transformavam (ou eram "empurradas" a isto) os participantes das camadas populares, alijados quase que totalmente da participação nas instituições oficiais, puderam (se é que puderam) fazer política, isto é, como estabeleceram seus ideais de liberdade e fizeram-nos audíveis, mesmo que para serem evitados, por aqueles com quem antagonizavam, as elites.

1.4. Caminhos metodológicos

Pretendendo uma História Social que abranja as camadas populares, entendo que a contribuição dos debates acerca da "História Vista de Baixo" nos é muito cara. A documentação para uma história com estas pretensões não cabe em uma série específica. Desde relatórios de autoridades até cartas particulares são fontes a partir das quais poderei apreender o objeto, o que faz com que a massa documental seja bastante extensa e diversificada.

Para o tratamento de tais fontes, são importantes as contribuições de Mattoso, Sharpe e Hobsbawn ao reconhecer as possibilidades e limitações de tal documentação. A primeira, ao considerar as relações entre as fontes de importância quantitativas e as que valem mais pelo aspecto qualitativo; o outro, analisando as potencialidades das diversas fontes de que a História Social pode se valer.[78] Também Hobsbawm chama a atenção para o cuidado com o trato das fontes para uma história social "de Baixo para Cima", por estas formarem uma massa documental extensa e a necessária construção do que chama de "quebra-cabeças", a partir da complementação das evidências com o maior espectro possível de fontes[79].

No caso deste trabalho, concentramos a pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia, que nos possibilitou, complementada por fontes impressas e publicadas, matéria

[78] MATTOSO, Kátia M. de Q. *Para uma História Crítica da Cidade do Salvador no séc XIX: os Testamentos e Inventário como Fonte de Estudo da Estrutura social e de mentalidade*. In *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia v.* 42. Salvador: APEB, 1973. e SHARPE, Jim. "*A História Vista de Baixo*". *In* BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. Sao Paulo: EDUNESP, 1992.
[79] HOBSBVAWN, Eric J. *Sobre História*. p. 98.

suficiente para a escrita desta dissertação. A massa documental referente à Independência que ali se encontra consistiu em quase quarenta maços, tendo sido consultados mais de mil documentos. Destes, cerca de quatrocentos foram transcritos e perto de sessenta estão aqui citados. São, em sua maioria, documentos avulsos, poucos estão encadernados e ainda há muitos em que o maço não possui numeração das folhas dos documentos (desses, indicaremos, portanto, apenas o maço em que se encontram). A condição de leitura da maioria dos documentos é de razoável a boa, mas não faltaram aqueles prejudicados pelas traças, pelo tempo ou pelo mau uso, além de alguns poucos que não foram consultados por estarem em processo de restauração.

Estes documentos são em sua maioria correspondências endereçadas ao Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, ou deste endereçadas às autoridades civis e militares espalhadas pelo Recôncavo baiano. No entanto, não se limitam a correspondências oficiais – apesar de que estas muitas vezes extrapolam a sua estrita condição oficial, contendo comentários, confissões, apontamentos pessoais e impressões daqueles que as escreveram – constituindo uma diversidade considerável, tendo sido encontrado, inclusive, um atestado médico, o qual será citado adiante, no Capítulo IV.

Acredito que essa documentação possibilitou um diálogo rico com a historiografia, resultando daí as reflexões presentes neste trabalho.

CAPÍTULO II
"POVO", CAMADAS E CLASSES POPULARES

> "... mas povo é povo, senhor é senhor! Senhor é povo? Vai perguntar a um se ele é povo! Se fosse povo não era senhor..."[80]

O visitante que chegar à Cidade do Salvador no começo do mês de julho vai se deparar com uma grande festa: o Desfile do Dois de Julho. Comemorada anualmente desde 1824, a festa rememora a libertação da cidade naquela data, no ano de 1823, pelas tropas do Exército Libertador, depois de longo sítio, retomando-a das tropas portuguesas ali estabelecidas. O desfile conta com a participação de pessoas das mais variadas classes, autoridades e membros do poder público, políticos de diversos partidos e correntes ideológicas, muitos vindos de outras cidades, e pode sugerir, numa visão mais superficial, uma harmonia em prol de um objetivo maior: ontem, a expulsão dos portugueses; hoje, a exaltação da Bahia livre[81].

As interpretações historiográficas mais conservadoras também trabalharam com a idéia de harmonia, apresentando a Guerra de Independência como um momento de consenso entre diferentes classes sociais frente a um inimigo comum: o "invasor" português.[82] Em pleno processo de criação de um Estado de pretensões nacionais – enquanto território e discurso – haverá, como não poderia deixar de ser, e para além do embate entre portugueses e brasileiros na Bahia, forte tensão e disputa entre projetos ou interesses políticos de origens sociais diversas. Estes projetos, aliás, já vinham se enfrentando desde finais do século XVIII, o que pode ser considerado como o mais inequívoco sinal de crise do sistema colonial no Brasil.[83]

---

[80] RIBEIRO, João Ubaldo. *Op. cit*. p. 373.

[81] A Independência na Bahia é comemorada em diversas cidades do Recôncavo Baiano, em outras datas além do 2 de julho, que aliás é feriado estadual. Itaparica, 7 de janeiro; Santo Amaro, 14 de junho; Cachoeira, 25 de junho, dentre outras. Sobre as festividades do Dois de Julho em Salvador, sugerindo que as festividades encerram disputas de "herança" entre os diferentes setores, ver: KRAAY, Hendrick. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. *Afro*-Ásia, n° 23, 2000, pp. 49-87. Para o período republicano, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

[82] Ver: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957 e PINHO, Wanderley. *A Bahia, 1808-1856*. *In* HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.

[83] Ver: RUY, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. São Paulo: Nacional, 1978, TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798("A Conspiração dos Alfaiates")*. São Paulo: Pioneira, 1975. e JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Os fatos que agora passaremos a analisar sugerem que, na Independência, assim como ao longo do tempo de Bahia Rebelde, as classes populares identificaram seus "inimigos" nas elites – constituída, principalmente, por grandes proprietários rurais e grandes comerciantes – e buscaram contrapor seu projeto conservador, numa relação de antagonismo, como episódio de uma "luta de classes" em andamento, como sugeriu Thompson:

> "las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (...) experimentan la explotacion (o la necessidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónicos, comienzan a luchar por estas custiones y en processo de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase e la conciencia de clase son siempre las ultimas, e no las primeras, fases del proceso real historico."[84]

... do que decorre que a luta de classes é anterior e necessária para a formação de uma classe, e que, desta luta podem ocorrer a classe e a consciência de classe, mas como possibilidade, e não como inevitabilidade, posto que "ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la 'verdadera' formación de clase en una determina a 'etapa' del proceso".[85]

Desta forma, a pretensão é contribuir para a análise dos possíveis projetos políticos de que as classes populares eram possuidoras, e como estas, no decorrer da guerra, puderam fazer "política", na tentativa de estabelecer cores populares ao Estado que ali nascia. Para tanto, utilizaram sua experiência de luta, resistência e negociação na contraposição às elites baianas que, se não começa com o movimento de 1798, tem nele o marco da formulação e publicação de um projeto de cunho popular e mesmo "democrático".[86]

A Guerra pela Independência na Bahia tem características que a fazem um fato privilegiado para a compreensão da natureza do Estado brasileiro que ora se construía. Isso porque, com a tomada da capital pelos portugueses e a implementação de uma política de recolonização, um conflito se instalou, mobilizando para tanto, toda a população do Recôncavo baiano e envolvendo decisivamente a vida das demais partes da capitania/província.

---

[84] THOMPSON, E. P. "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿Lucha de Clases sin Clases?". *in* Thompson, E. P.. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 37.

[85] Em outro texto, Thompson fala em "becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores", como objetos tão dignos de estudos quanto as experiências que deram certo, ou seja, que resultaram em formação de uma classe e sua consciência. THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1*. p. 13.

O aflorar dos combates expôs as tensões sociais latentes, apesar das tentativas de minimizá-las ou acobertá-las, em uma sociedade desigual e dividida entre ricos membros de uma elite que se encontravam com a urgência de conduzir a criação do nascente Estado sob sua direção, camadas médias da população – muito significativas em Salvador, mas também presente no Recôncavo – e um contingente populacional pobre pressionado pela escravidão e pela miséria.

Para estudar a participação das camadas populares durante a guerra pela independência na Bahia, faz-se necessário uma breve noção da hierarquização social baiana para o período, buscando explicitar as relações sociais e políticas entre "elite" e "povo" ao longo do processo de formação do Estado brasileiro. Considerando que a história social se faz a partir das relações entre os diferentes classes sociais[87], aqui é proposta uma análise da construção destes antagonismos de classe, a partir da experiência histórica que "explorados" experimentaram frente aos planos conservadores dos "exploradores" na Bahia, em plena Guerra de Independência.

2.1. Hierarquia social na Bahia – primeira metade do século XIX

Muito já se descreveu a sociedade baiana como uma sociedade bastante complexa neste turbulento período de finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Para além da limitada e maniqueísta visão, que reduz a sociedade colonial à oposição senhor-escravo, muitos historiadores, os quais serão analisados adiante, têm apontado para a existência de uma complexa malha social com diversos arranjos hierárquicos envolvendo graduações de riqueza e de propriedade, étnicas, profissionais, dentre outras.

A versão de uma historiografia tradicional estabelece um cenário estático e monolítico para a economia da Bahia, em especial do Recôncavo, definida *a priori* como uma região de agro-exportação de açúcar, com base na mão de obra escrava e no latifúndio, suprimindo a importância dos segmentos intermediários de trabalhadores livres, de pequenos proprietários de terras, apresentando os grandes senhores de terras e de

[86] Sobre a utilização dos termos "democracia" e "democrático", utilizaremos, como Araújo (ver, adiante, nota n° 136 neste capítulo), aqui não o seu sentido "doutrinário" clássico, mas no sentido geral da ampliação de direitos e participação populares nas instâncias políticas.

[87] "classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais como horizontais (...) A pesquisa sobre classe deve portanto envolver o resto da sociedade da qual ela é parte (...) Portanto, os estudos sobre classe (...) são análises da sociedade. HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. p. 99.

escravos – os senhores de engenho principalmente – como uma classe homogênea, e qualquer outra atividade econômica que não seja a produção e exportação do açúcar como complementar ou secundária.[88] Essas leituras sobre a sociedade baiana das primeiras décadas do século XIX – período onde está compreendido o tempo da Guerra de Independência – já foram superadas, ao menos na historiografia baiana, cuja produção tem afirmado a complexidade social que caracteriza a Bahia em vésperas da Guerra.

Kátia M. de Queiroz Mattoso, em artigo publicado nos anos 1970 intitulado "Sociedade e Conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência" elabora cinco estratificações superpostas para definir papéis e posições sociais, quais sejam, a jurídica, a social, a econômica, a de poder e a ideológica, propondo um modelo de estratificação social complexo e extremamente hierarquizado.

João José Reis, em seu trabalho intitulado *A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais, Bahia: 1824-1840*[89], discorre sobre a impossibilidade de aplicar o conceito clássico de classe em qualquer camada social do período, apesar de dividi-los em escravos, camadas livres e libertas da população e a elite. Anos mais tarde, Reis retomou o debate sobre hierarquia social na Bahia, de forma indireta, em seus livros *A Morte é uma Festa* e no recentemente reeditado *Rebelião Escrava no Brasil*.[90] Apesar de incorporar contribuições de Morton e de Mattoso, Reis apresenta um modelo que dá importância aos aspectos de riqueza e pobreza, miséria, além da relação entre posição social e etnia e as possibilidades de mobilidade social.

Em seu estudo sobre o Recôncavo baiano, Stuart Schwartz fez uma análise da economia açucareira baiana desde sua implementação, a partir do século XVI[91]. No entanto, a ênfase de seu trabalho diz respeito à atividade açucareira, e não à diversidade da produção agrícola da região, deixando de lado o fumo, a mandioca, o gado, dentre outros, pois o contingente de médias e pequenas propriedades existentes nas diversas paróquias da região, muitas delas sem escravos ou com poucos, não é foco desta sua obra. Acaba dedicando-se a um cenário econômico representado pelo trinômio escravidão-latifúndio-agroexportação, justificando sua escolha pelo fato de que, apesar de outras atividades, "o

---

[88] Ver: PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Especialmente os capítulos 4 e 5. pp. 31 a 46.

[89] REIS, João J. *A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais, Bahia: 1824-1840*. Revista de História nº 108. São Paulo, 1976.

[90] Idem. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (edição revista e ampliada) e *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Sáculo XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira"[92].

Mais recentemente, o estudo de Bert J. Barickman, apesar de não se referir diretamente aos fatos políticos que aqui trabalhamos, contribui para a análise histórica da economia e sociedade baiana na época das lutas pela independência. Seu livro *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860,*[93] é um mergulho neste mundo além do açúcar que envolvia o recôncavo baiano "açucareiro" baseado em ampla pesquisa documental, mostrando uma pujante produção de mandioca e tabaco que não pode ser considerada, como quis Prado Jr., meramente "acessória".[94]

No que diz respeito à noção de uma complexa estratificação social, Barickman enfatiza uma dinâmica rural que incluía setores intermediários, ligados principalmente à lavoura de pequeno e médio porte, indo além do convencional latifúndio, tido como padrão de propriedade para o Recôncavo Baiano.

A diversidade produtiva, que incluía principalmente, mas não somente, o fumo e a mandioca para a fabricação de farinha, gerava diferentes interesses e inserções sociais e políticas dos proprietários também no espaço rural. O padrão de trabalho nessas terras também variava de acordo com a cultura em questão e o tamanho da propriedade, indo desde os grandes latifúndios com grandes plantéis de escravos, até as pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, tornando mais rica e complexa a realidade social em questão[95].

Apesar da constatação de uma complexa malha social no meio rural, foi nas vilas do Recôncavo, e, mais especificamente em Salvador, onde tivemos uma maior diversidade, já que, segundo Kátia Mattoso, "as camadas intermediárias já formavam uma classe média

---

[91] SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos:*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
[92] Idem, *ibidem*. p. 209.
[93] BARICKMAN, Bert J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
[94] PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil* São Paulo: Brasiliense, 1995. Caio Prado reserva o capítulo 4, denominado "Início da Agricultura", ao cultivo da cana para a produção de exportação do açúcar em latifúndios escravistas. Depois, apresenta um capítulo, o de número 5, intitulado "Atividades Acessórias", para discorrer sobre a produção de outros gêneros e a pecuária. pp. 31 a 46.
[95] Ver: OLIVEIRA: Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terras, homens, poder e economia*. Salvador: Uneb, 2003. Para um período um pouco posterior, mas com referências ao período aqui estudado, MOREIRA, Virlene Cardoso. *A Freguesia de São Félix: transporte e dinâmica comercial (1857-1889)*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBa, 2002.

que englobava todos os que conseguiam ganhar a vida pelo exercício de um ofício ou do comércio".[96]

As mais variadas profissões eram necessárias nas vilas do Recôncavo e em Salvador, umas ligadas diretamente ao comércio, como carregadores, caixeiros, e marinheiros, outras, ao ramo de serviços e manufatureiros, como barbeiros e alfaiates, além das tropas de linha e milicianas, as quais absorviam um significativo contingente da população pobre livre, muitos egressos da escravidão, alguns, com atividades manuais, denominados de "povo mecânico", outros, sem atividade fixa.

Os historiadores que trataram de desenhar a estratificação social da Bahia em finais do XVIII e inícios do XIX são unânimes em apontar dois traços característicos da hierarquia social em questão. O primeiro é a extrema desigualdade social que marcava a Bahia em começo do século XIX; o outro, a grave situação de pobreza e exclusão a que estava relegada a maioria absoluta da população baiana, especialmente a de Salvador. Para Mattoso, a Bahia "era uma sociedade em que o fosso entre ricos e pobres se alargava cada vez mais, fazendo dos primeiros uma minoria, em contraste com a grande massa indigente."[97]

A marca da escravidão também era outro fator onipresente no tecer das relações sociais da Bahia oitocentista, mesmo entre os não-escravos. Os libertos não possuíam os mesmos direitos que os livres de nascença e a cor da pele, que para negros e mestiços indicava uma ascendência escrava, era um grave obstáculo, apesar de não um impedimento absoluto, à mobilidade social e a sua aceitação em rodas aristocráticas e mesmo em cargos públicos[98].

O conjunto de elementos tensionadores – a desigualdade, a miséria, a escravidão – levava a uma experiência de exploração e exclusão que, apesar das diferenças mais visíveis, era, no geral, compartilhada por homens pobres livres e escravos, os quais, espremidos entre a miséria e a exclusão, acabaram por criar um cenário potencial de

[96] MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. p. 599.
[97]. Idem. *Ibidem* p. 601.
[98] Idem. *Ibidem*. pp. 579 a 601. Ver ainda PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos: Políticos e Rebeldes baianos*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBa, 2000.

rebeldia, não só nas classes menos abastadas, mas também entre um contingente "radical" das camadas intermediárias.[99]

Uma população que, segundo Reis, em 1836 – ano da Cemiterada – fazia-se "um povo já acostumado à rebeldia",[100] a qual havia-se experimentado intensamente em tempos de grande inquietação social no período que vai de 1798 a 1838, incluídos aí episódios ocorridos durante a Guerra de Independência.

Tomando emprestada de Thompson a noção de classe como fenômeno histórico resultante da experiência e consciência de fazer-se[101], legando a estes sujeitos históricos, não lugares fixos de onde possam ser apreendidos, mas um conjunto de relações que se dão e transformam-se no decorrer do tempo, devemos considerar o começo do século XIX na Bahia como um momento privilegiado de múltiplas experiências destes sujeitos históricos. De uma forma ou de outra, é certo que tal complexidade social só pode ser fruto de uma correspondente complexidade verificada no âmbito das relações econômicas e de trabalho, através de uma lógica de produção material e cultural que extrapole o reducionismo senhor-escravo de um lado, e açúcar-latifúndio-escravidão-exportação de outro.

A experiência de exploração e de exclusão levou tais camadas a um acúmulo político que culminou na construção de uma espécie de "pauta popular". O mais importante aqui é a constatação de uma marcante camada social intermediária, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, cujas especificidades vivenciadas levavam-na à expectativa e experiência políticas próprias; como também a extrema heterogeneidade dos diversos grupos, pois que, mesmo os grupos considerados extremos na sociedade baiana em tempos de independência – senhores e escravos – guardavam tensões e divisões internas.

Portanto, é compreensível que tenhamos, além do "projeto vencedor", outros "projetos" (ou pelo menos anseios) políticos que vinham, desde finais do século XVIII se constituindo e que se confrontaram no processo de criação do Estado brasileiro. Um destes projetos – herdeiro direto das demandas publicadas em 1798 – certamente encontrava abrigo no povo, o qual, durante a guerra, pressionou as autoridades do Conselho Interino de Governo e os comandantes do Exército Libertador como lhe foi possível, a partir de

---

[99] Mas não necessariamente pelos mesmos motivos. ver: ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Rebeldias da População Livre na Primeira Metade do Século XIX: Historiografia e Perspectivas para uma Análise Futura.* Salvador: UFBa. (Trabalho para a Disciplina História Social – inédito), s.d..

[100] REIS, João J. *A Morte é uma Festa*. p. 46.

[101] THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1. - A Árvore da Liberdade*. Prefácio. pp. 9 a 14.

pautas e reivindicações que contestaram a condução conservadora e excludente que aqueles deram ao processo de independência na Bahia. Como exemplo disso, veremos mais adiante que elementos do povo desobedeceram ordens superiores quando imaginaram-nas injustas, questionaram a autoridade de representantes que não reconheciam como legítimos e usaram de motins e sublevações quando se viram oprimidos.

2.2. Povo: "uma porção de ninguém"[102]

O conceito de povo é um daqueles conceitos que carecem de cuidados na sua utilização, principalmente em história. Em primeiro lugar, pelo fato de que é utilizado de formas variadas e que possui parca, quase nenhuma, teorização ou mesmo definição, seja no campo da história, da ciência política ou da sociologia. Mais ainda, no caso, pelo fato de que é um termo que aparece nos documentos e no vocabulário dos personagens de que tratamos, pertencentes a classes sociais distintas. É um termo, portanto, que tem uma historicidade e que muda de sentido na medida em que se incorpora à experiência dos que o utilizaram para se autodenominar ou a outrem.

A mesma dificuldade encontramos na utilização de um termo talvez mais difundido e bastante próximo ao anterior: elite. A mais elaborada, porém já bastante defasada, tentativa de definição do que seja "elite" é do sociólogo estadunidense C. Wrigth Mills. Para ele, a "elite do poder" está dividida em três círculos: o político (burocratas), o econômico (homens de negócios), e o militar. São "elite" porque têm a prerrogativa e a capacidade de, com suas decisões, influenciar a vida de uma grande quantidade de pessoas.[103]

O *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio[104], em verbete de sua própria autoria, traz, não a definição pura, mas um histórico do termo e da "teoria das elites", desde Gaetano Mosca e Vilfredo Paretto, passando pelo próprio Mills, dentre outros. Ali, a definição de elite parece não mudar de um autor para os outros, mas sim o

[102] Segundo o Professor Luis Henrique Dias Tavares, esta definição inusitada é de autoria do governador da Bahia, J. J. Seabra (1855-1942), tendo tido dois mandatos: 1912-16 e 1920-24.
[103] MILLS, C. Wright. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1956, especialmente os capítulos I e XII.
[104] BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUALINO, Gianfranco. *Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 1992*. pp. 385-91.

seu modo de abordagem e utilização. Em geral, elite está definida como sendo "uma minoria que detém o poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada"[105], ao que segue, analisando os prós e contras desta teoria, além de elencar as principais críticas de marxistas e liberais a ela.

No âmbito nacional e no campo da história, o autor que trabalhou a definição de "elite" de forma mais apurada foi José Murilo de Carvalho. Em seu livro *A Constrtução da Ordem: A Elite política Imperial*,[106] Carvalho estuda as elites no processo de formação e consolidação do Império e parte, para a consecução do seu estudo, da seguinte premissa:

> "A adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte conseqüência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa."[107]

Carvalho acaba concluindo que tal intento deveu-se a uma unidade entre a elite política viabilizada por uma rara homogeneidade ideológica e de treinamento, além de secundariamente, por uma mesma origem social. Mas esta elite trabalhada por Carvalho é uma "elite política", composta por aqueles que ocupavam as posições de poder, referida pelo autor como "ilha de letrados" e com uma relação um tanto quanto ambígua com o que o próprio autor denominou de "classe dos proprietários". Ainda sobre a obra de Carvalho, podemos evidenciar que as relações entre as diferentes realidades regionais foram minimizadas durante a obra, dando a impressão de uma homogeneidade difícil de se constatar, uma vez que as especificidades faziam com que as elites das diferentes regiões e províncias do Brasil portassem muitas vezes interesses, pelo menos, contraditórios.

Apesar de podermos contar com este diminuto número de definições, registramos uma espécie de "consenso tácito" na utilização do termo "elite", o que leva à compreensão de queestamos nos referindo a uma parcela restrita da população que controla os principais postos de poder (elite política) e as principais fontes de renda e riqueza (elite econômica), o que se traduz na Bahia do século XIX nos grandes proprietários de terras e de escravos, membros de um punhado de famílias ligadas, principalmente, à atividade açucareira. A esta "nobreza da terra"[108] somavam-se os grandes comerciantes, muitos deles portugueses,

---

[105] Idem. *Ibidem*. p. 385.
[106] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sd.
[107] Idem. *Ibidem*. p. 21.
[108] Sobre os proprietários de terras e escravos na Bahia, ver: MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX*... pp. 588-9.Ver ainda: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*... p. 224 a 246.

que através dos grandes recursos auferidos com esta atividade, somada à sua condição de nascimento, eram guindados ao topo da sociedade colonial.

Porém, não se pode imaginar que a elite era um bloco coeso e harmônico, nem tampouco politicamente homogêneo. Entre os senhores de engenho, em sua maioria "brasileiros", e os grandes comerciantes, geralmente portugueses, registram-se tensões que se apresentavam quando das ocupações de cargos públicos e mesmo na disputa pelo acúmulo dos lucros das atividades ligadas à lógica colonial. Estas tensões, não, raro eram levadas ao campo racial, os últimos acusando os primeiros de mestiços e estes reivindicando a sua condição de patrícios.[109]

Já o termo "povo" é geralmente relacionado às classes ou camadas sociais mais pobres e ausentes dos lugares de poder. São proprietários de pequeno cabedal ou homens pobres livres, que experimentaram, em geral, uma situação de opressão social exercida pelas elites. Na Bahia oitocentista, no âmbito das maiores vilas do Recôncavo e na Capital esta camada é representada por artesãos, trabalhadores manuais, militares de baixa graduação, além de mendigos e outros sem ocupação fixa.[110]

Há uma controvérsia, ou pelo menos uma omissão, com relação ao pertencimento dos escravos à categoria de "povo". Veremos adiante que no processo de auto-denominação, marcado inicialmente pela publicação dos "boletins sediciosos", no movimento de 1798 em Salvador, o discurso e a ampla pauta política dirigida ao "povo bahiense" inclui demandas dos escravos ao lado das dos libertos e livres pobres. De outro lado, militares mais graduados e funcionários do governo, profissionais liberais e comerciantes de capital limitado poderiam também, a depender da circunstância, ser alocados nesta categoria.[111]

Elite e povo são, para o período em que os encontramos, resultado de um processo histórico que os levará, em relação de tensão, a constituírem-se em dois pólos antagônicos de uma sociedade desigual e em crise. Iniciada a década de 1820, a Bahia, tornara-se um palco privilegiado deste antagonismo.

Além das obras de história ou de ciências afins podemos, com algum exercício hermenêutico, alcançar definições de "povo" a partir de obras literárias. Provavelmente a primeira tentativa teórica de definição do que seja "povo" foi do escritor francês Jules

---

[109] REIS, João J. *O Jogo Duro...* p. 86.
[110] MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX...* pp. 597 a 599.
[111] Ver a noção de "plebe em movimento" desenvolvida em: REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil...* p. 46.

Michelet, em seu livro de título sugestivo: *O Povo*[112]. Ali, o autor, que em nenhum momento define expressamente o conceito em questão, faz um "mapa" deste segmento social para a França de seu tempo, apontando entre os elementos constituintes, o camponês e o proletário.

Vale a pena esclarecer que Michelet foi, além de um renomado historiador de sua época, um militante nacionalista e fez das suas obras um incontestável veículo das suas idéias. O que o autor pretendia construir era uma "radiografia" histórico-antropológica do povo, formador, no caso, da pátria e da nacionalidade francesa.

Dono de uma escrita emotiva e sentimental, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, política e acadêmica, Michelet acaba identificando o povo com as "classes trabalhadoras". Chega ainda a defini-la em relação de antagonismo às "classes ricas", as quais, segundo o autor "imaginam que nada têm a ver com o instinto do povo, que lhes basta a ciência dos livros".[113] Adiante, completa: "O erro do povo quando escreve é abandonar seu coração, onde reside sua força, para tomar emprestadas às classes superiores as abstrações e generalidades".[114] Michelet finaliza apresentando o povo como uma classe antagônica às "classes superiores".

Na seara brasileira, dois escritores baianos, em romances históricos, também usam o tema: *O Dia em que o Povo Ganhou*[115], de Joel Rufino dos Santos, e *Viva o Povo Brasileiro*[116], premiada obra de João Ubaldo Ribeiro, são construídos em torno do "povo". Rufino faz questão de definir, ainda na introdução, o que seria, para ele, o povo. Num texto em que o próprio autor deixa à vontade o leitor para a classificação da sua obra, seja em qualquer dos gêneros – romance, história ou romance histórico – repetidas vezes, identifica o povo como composto por "proletários e marginalizados".[117]

O autor ainda vai mais longe, defendendo a hipótese de que, durante o processo da independência na Bahia, lideranças populares e democráticas teriam atuado e sido preteridas, em seu percurso político, pela elite. Neste sentido, Rufino chega a afirmar:

> "Havia entre os patriotas baianos, que lideravam o povo naquela guerra, muitas pessoas de posição. Estavam do lado do povo, mas não deixavam de ser "pessoas gradas". Quanto a estas, os documentos não são reticentes nem injuriosos – na maioria dos casos, os seus nomes vêm citados, bem como as ações que executaram. Foi porém a outra liderança, a popular e democrática, que desempenhou o papel decisivo nos conflitos urbanos de fevereiro, bem como na agitação das vilas

[112] MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
[113] Idem, *Ibidem*. p. 121.
[114] Idem, *Ibidem*. p. 125.
[115] SANTOS, Joel Rufino dos. *O Dia em que o Povo Ganhou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
[116] RIBEIRO, João Ubaldo. *Op. cit.*
[117] SANTOS, Joel Rufino dos. *Op. cit.* pp. 80-2

> do Recôncavo em março e junho de 1822 e, ainda, nos combates de 1823. Era liderança popular porque representava o que de mais progressista apresentava o quadro político brasileiro de então; e democrática porque se esforçou, desesperadamente, por imprimir um cunho democrático ao processo da Independência"[118].

Para Rufino, existem os "do povo" e os "de posição", que até estavam "do lado do povo", mas não perderam de vista sua posição de classe durante a guerra. Aliás, para Rufino, há mesmo um antagonismo, identificado pelas elites durante o jogo da independência:

> "A ação progressista (mas, no geral, antidemocrática) dos líderes da Independência foi inteiramente condicionada pela pressão de centenas de milhares de pessoas anônimas e humildes de toda colônia – o povo brasileiro, em suma. Para este, não interessava um país independente e monárquico, independente, mas econômica e socialmente colonial, com escravos, comércio monopolizado por estrangeiros, sem oportunidades de emprego e sem perspectivas de vida melhor. Objetivamente, não interessava. A liderança dessas camadas humildes e anônimas formulou com toda clareza, em mais de uma ocasião, as suas reivindicações democráticas, no terreno político; e reformistas nos terrenos social e econômico. (...) A liderança conservadora do processo da Independência, que preparou e executou, no Rio e em São Paulo, a proclamação de setembro de 1822, descartou esses interesses populares. E os descartou conscientemente. A presença popular assumiu, como se conclui, a forma de uma alternativa. O povo está presente no processo de Independência, quando mais não seja como um caminho que não foi seguido – um caminho deliberadamente evitado."[119]

Já João Ubaldo Ribeiro fala por seus personagens. Alguns deles são categóricos e afirmam, cada qual a sua maneira, o que pensam sobre o que constitui o "povo", cada qual a partir da sua vivência e história de vida. Um deles, Amleto Ferreira-Dutton, um mestiço que, por seu talento e desonestidade, ascende socialmente. Fazendo de tudo para esconder sua ancestralidade africana, torna-se um bem sucedido proprietário de um vasto patrimônio, que compreende desde terras e escravos a uma casa bancária, "a maior da Bahia". Para o personagem, liberal e elitista, quem é o povo? Amleto Ferreira-Dutton, responde ao seu compadre, o Major Francisco Gomes Magalhães e ao Monsenhor Bibiano Lucas Pimentel, no batizado do seu filho, Patrício Macário:

> "– Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade. Mesmo depuradas, como prevejo, as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados? (...) Que somos hoje? Alguns poucos civilizados, uma horda medonha de negros, pardos e bugres. Como alicerce da civilização, somos muito poucos, daí a magnitude de nosso labor. Mas, no que depender de mim, e tenho certeza de que dos senhores também, o Brasil jamais se tornará um país de negros pardos e bugres, não se transformará num valhacouto de

[118] Idem, *Ibidem*. p. 90.
[119] Idem, *Ibidem*. p. 81.

> inferiores, desprezível e desprezado pelas verdadeiras civilizações, pois aqui também medrará, mercê de Deus, uma dessas civilizações."[120]

Ao negar às massas populares o status de povo, Amleto acaba trazendo uma noção de exclusão política, social e cultural para afirmar que povo são apenas aqueles capazes de portar e proteger a civilização, os brancos, e não as classes trabalhadoras, mestiças e rudes. "A isso não se pode chamar um povo", afirma.

Já para Nego Leléo, um dos personagens chave do romance, povo é um conceito excludente, mas por uma outra perspectiva. Diz ele a sua neta, Maria Dafé, ainda uma menina:

> "– Disseste bem, disseste muito bem: nós somos o povo desta terra, o povinho. É o que nós somos, o povinho. Então te lembra disto, bota isto bem dentro da cabeça: nós somos o povinho! E povinho não é nada, povinho não é coisa nenhuma, me diz onde é que tu já viu povinho ter importância? Ainda mais preto? Olha a realidade, veja a realidade! Esta terra é dos donos, dos senhores, dos ricos, dos poderosos, e o que a gente tem de fazer é se dar bem com eles, é tirar o proveito que puder, é se torcer pra lá e pra cá. é trabalhar e ser sabido, é compreender que certas coisas que não parecem trabalho são trabalho, essa é que é a vida do pobre, minha filha, não te iluda. E, com sorte e muito trabalho, a pessoa sobe na vida, melhora um pouco de situação, mas povo é povo, senhor é senhor! Senhor é povo? Vai perguntar a um se ele é povo! Se fosse povo não era senhor."[121]

Na "sociologia" do velho Leléo, o mundo se divide entre senhores e povo. Na sua cosmovisão de africano que tinha conseguido uma certa posição social, posses e negócios relativamente estáveis, mas que, para manter-se, entrava em redes de dependência com autoridades e proprietários brancos; a função de uns era mandar, a dos outros, esgueirar-se entre suas garras e viver de migalhas pelas brechas de tal sistema, afinal de contas, "povo é povo, senhor é senhor!".

No entanto, se foi competente em se "arruamar" na vida pelos caminhos que acreditava serem os certos, Nego Leléo não foi feliz em passar seus ensinamentos para sua neta de criação. Maria Dafé não se convenceu de que o papel do "povinho" era se conformar, como queria Leléo. Ela tornou-se uma espécie de "justiceira", tendo feito carreira defendendo o "povo" contra a opressão dos senhores e poderosos, passando a ser perseguida pelas forças da ordem. Suas idéias, tributárias da secular e secreta Irmandade da Casa da Farinha, legavam ao povo um papel político na história do país, um papel de luta contra a opressão e a injustiça. Para ela, o Exército, por exemplo, deveria ser a "arma do povo":

> "(...) O Exército, que é de gente do povo, tem sido sempre a pior arma contra o povo, mais do que polícia, mais do que inquisição. (...) Talvez agora o Exército compreenda, depois de sacrificar-se

[120] RIBEIRO, João Ubaldo. *Op. cit*. p. 245.
[121] Idem, *ibidem*. p. 373.

> pelos que ficarão em casa engordando, criticando suas ações e lhes enviando ordens impossíveis de cumprir, talvez agora compreenda que não pertence aos senhores, mas ao povo, não é a Guarda Nacional, mas a Guarda do Povo, não é arma contra o povo, mas a arma para o povo. Talvez agora compreenda que o lado dele é o nosso lado, não o lado daqueles a quem serve, nem sequer a troco de migalhas, quanto mais da honra se servir seu próprio povo. (...) E tenhamos a esperança de que passem a ser como devem ser, passem a ser o Exército do Povo."[122]

Com estas palavras, Maria Dafé apresenta uma visão diferente das anteriores, por delegar ao povo um papel histórico e político no processo de formação da nação brasileira. Apesar de discordar tanto de Amleto quanto de seu próprio avô, Maria Dafé acaba cristalizando a oposição entre "povo" e "elite". O Exército, por ser composto por homens do povo, deveria estar do "nosso lado, não o lado daqueles a quem serve". Outra importante referência feita por Dafé é o papel que lega ao Exército: "a arma para o povo", como se coubesse à instituição militar o papel de defender os interesses das classes populares, ou mesmo de conduzi-los ao poder político, graças ao poder que possuíam, sendo um contingente armado e organizado.

Enfim, na construção das conceituações sócio-histórico-literárias por parte dos autores, prevalece a noção de povo enquanto classe trabalhadora (mesmo que, em algum sentido, a ela esteja intrinsecamente ligada a um contingente "desocupado"), desprivilegiada, sem propriedades e sem inserção política, explorada e oprimida, pelos outros: os capitalistas, os proprietários, os senhores. Esta noção deve ser adiante aprofundada em suas especificidades e apropriada para a época em voga, mas deverá prevalecer a relação de antagonismo entre o povo e o que chamaremos aqui de "elites".

No campo de pretensões mais acadêmicas, a referência mais acessível de um conceito de "povo", ao menos atualmente, é registrada no *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Ali, o verbete "povo", escrito por Paolo Colliva, aparece no seu caminho histórico, desde Roma até os dias atuais, como uma instância política. Colliva explica a transição do Povo dos quadros do Antigo Regime para a Idade Moderna:

> "O Povo tornou a ser [frente à aristocracia senhorial] deste modo uma mera designação social, fundamentalmente excluída da gestão do poder (...) presente tão só como massa manobrável, e em momentos esporádicos e infrutíferos de rebelião. (...) Foi só com a redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito de vida política."[123]

---

[122] Idem. *Ibidem*. p. 431.
[123] BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUALINO, Gianfranco. *Op. cit*. pp. 986-7.

A interseção de identidades coletivas de classe e nacionais, a ser desenvolvida no decorrer deste trabalho, é um dos elementos que aqui destacamos. O outro, mais óbvio, é o de exclusão política e social do povo enquanto grupo social. Na Bahia dos tempos de independência, uma parcela da população desprivilegiada, em pleno processo de formação das identidades que se esboçavam como nacionais, percebeu-se em campo oposto ao dos poderosos. Percebeu-se alijada de poder político e tencionou em busca de um espaço em que pudessem atuar. Usou para isso, sua "pauta" reivindicatória e sua esparsa, mas eventualmente presente, experiência rebelde, tendo como referência as suas demandas políticas de democratização e fim de preconceitos de cor e privilégios de classe.

2.3. O termo "povo" na documentação

Como já foi aqui dito, a definição de povo não tem uma fácil resposta. Isto vale para as ciências humanas como um todo e, especificamente, para a história. Na nossa seara, é fato que qualquer ambigüidade que o conceito possua se avoluma com o fato de que a idéia de povo e a sua correspondente expressão escrita, possuíam, no momento em que estudamos, uma carga histórica diferente da atual, além de ser empregada, ao mesmo tempo, com sentidos diversos. O significado de "povo" dependia de quem escrevia e apresentava, não raro em um mesmo texto, mais de um sentido. Outras vezes, também freqüentes, aparece o sentido de "povo", mas não a palavra.

Aqui, iremos aos documentos, evidenciar as formas de sua utilização e os significados que estão presentes na documentação que utilizei para este trabalho, investigando suas possíveis relações com as tensões sociais vividas na época. A politização do termo a partir das experiências rebeldes que as classes populares – o povo – vivenciavam então, levou, decerto, a uma transformação e mesmo reconfiguração dos possíveis significados que tal palavra viesse a ter.

Uma das formas em que se apresentava a palavra "povo" nos documentos contemporâneos à guerra, principalmente no período anterior e inicial dos conflitos, é conjugado com as forças militares, geralmente milicianas, na fórmula "O Povo e Tropa". Assim, quando os chefes de tropas requereram frente ao Conselho Interino a substituição de um seu comandante, o fizeram em nome do "Povo e Tropa" (ver, adiante, ainda neste capítulo). Importante a identificação e proximidade que este termo, comum já antes da

guerra, fazia entre civis e militares que não formavam o grupo dos "homens bons". Povo e tropa eram relacionados juntos e isso se devia por ser no primeiro elemento da expressão que se recrutavam os soldados que formavam o segundo.

Em alguns documentos, o povo é representado por outros termos, em geral aqueles que diminuem ou desclassificam os que a ele pertenciam ou que a ele queriam que pertencessem. Encontramos, por exemplo, acusações de inquietações entre a "ínfima plebe", o que vai ser abordado no Capítulo IV. Nestes casos a fala das autoridades pode misturar pobres livres, libertos e escravos no mesmo rol. A ata de eleição do representante da vila d'Rio de Contas para o Conselho Interino de Governo, relaciona que o pleito foi realizado na presença de uma "segunda classe de povo",[124] o qual provavelmente deveria contar em suas fileiras com libertos e, talvez, escravos, além dos livres pobres.

Na maioria das vezes, o termo "povo" tem o seu registro sozinho na documentação. Quando a palavra vem isolada (algumas vezes em documentos onde já apareceu adjetivada ou acompanhada da "tropa") em quase todos os exemplos o autor se referia aos homens pobres livres e pequenos proprietários, podendo, eventualmente, expandir seu sentido, como vimos. No entanto, em grande medida, o uso da palavra "povo" aparece nos documentos com duas funções. A primeira, quando o autor da correspondência ou relatório quer referendar a sua versão dos fatos. Neste intento, o remetente diz-se apoiado pelo povo, ou em favor dele ter tomado alguma atitude.

Foi assim, em 16 de maio de 1823, Manoel José Gonçalves Pereira, autodenominado "Vigário Comandante" de Saubara, quando escreveu ao Conselho Interino de Governo explicando a sua atitude perante dois portugueses, presos pelo dito vigário como inimigos da Causa e remetidos presos para a Ilha de Itaparica, dali retornando para Saubara e causando agitação entre a população local. Ele explica que, "como pois os denunciantes, e povo reclamasse de novo a prizão do mencionado Vieira, (...), remetti prezo aquelle ao Quartel General"[125]

Em outras situações, a palavra "povo" faz referência a um contingente da população que, por qualquer razão, pode se levantar contra alguma atitude por parte das autoridades que seja contrária à sua vontade, ou, ainda, por incitação de alguma liderança. Nesses casos, o povo seria uma massa sem cara, sem cor, irracional e suscetível de ser inflamada por outros, mas não por suas próprias razões. Como exemplo disso, temos uma

[124] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 636.
[125] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-6.

escaramuça entre autoridades civis e oficiais no baixo sul da província, a ser desenvolvido no Capítulo III, Antônio José de Mello afirmou, sobre as dificuldades em anular seu opositor: "Temo prende-lo para não haver algum levante entre Povo", muito pelo fato de que ele havia se apropriado do arsenal da vila e "repartiu pelo Povo".[126]

De uma ou de outra maneira, fica patente que a documentação traz, na época da guerra de independência, um sentido para o termo "povo" que refletia as suas constantes inquietações e rebeldias. O povo, para autoridades e comandantes, ao mesmo tempo em que representava uma instância de legitimação, aparecia também aos seus olhos e ouvidos, atentos e preocupados com a consecução de seus planos conservadores, como algo a ser temido. Decerto que o temor em relação ao povo não foi um advento da guerra – e poderíamos aqui relembrar o 1798 – mas através dela reforçava-se.

2.4. Os historiadores da Independência e o termo "Povo"

Já tratei, no Capítulo I, as obras de Braz do Amaral e Luis Henrique Dias Tavares dedicaram à independência.[127] Apesar de os autores, em outras obras, estudarem também o episódio da Guerra de Independência, é nos dois livros comentados que encontramos suas "versões" mais completas para os acontecimentos. Os dois autores tratam, no decorrer dos seus textos, das classes populares e do "povo". É a sua abordagem e a utilização do termo que passarei a analisar.

O texto de Braz do Amaral é uma narrativa minuciosa dos fatos ocorridos na Bahia entre 1820 e 1823, com grande apoio em documentos, em sua maioria relatórios e correspondências oficiais, alguns de origem portuguesa, muitos deles publicados na íntegra ao final dos capítulos. Durante a narrativa dos fatos que levaram ao 2 de Julho de 1823 na Bahia, Amaral faz menção ao povo. Quem é esse povo? Em nenhum momento o autor define, limita ou apresenta expressamente este povo. De maneira geral, este "povo" é formado pelos setores que não participam de privilégios econômicos ou políticos, como demonstrado na passagem adiante:

---

[126] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 638-2.
[127] AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*.

> "O pensamento da independência do Brasil andava de há muito no espírito dos filhos do país, *não só dos pertencentes às classes mais abastadas, como dos nascidos do povo*, o que indica ser uma aspiração que já havia alcançado todas as classes da sociedade"[128] (grifo meu).

Povo, portanto, aparece neste contexto em oposição ao que chama de "classes mais abastadas". Isto é confirmado quando remete aos "homens do povo" a autoria da Conjuração Baiana de 1798[129]. Este "povo" participa, segundo Amaral, manifestando-se frente aos acontecimentos que iam se desenrolando, legitimando manifestações dos "homens bons", ou ainda, participando diretamente dos conflitos.

Podemos depreender da obra de Braz do Amaral que o povo, há muito, acumulava insatisfações contra a Coroa portuguesa e sua política colonial. O povo, ainda segundo esse autor, sentia-se injustiçado e oprimido, o que se materializava na sua miséria e nas humilhações que sofria por parte dos portugueses. Para ele, no momento da guerra ou pouco antes dela, apareceu a oportunidade do povo manifestar "desabafos das paixões populares, quando por muito tempo contidas, e do ressentimento do partido mais fraco que se vinga como pode de longos e sopitados sofrimentos".[130]

Para Amaral esta massa não possuía, ela própria, capacidade auto-organizativa, salvo aqueles a quem Madeira de Melo chamou de "Partido Republicano" e que "exprimia as opiniões radicais do povo brasileiro, especialmente baiano", e que já atuava desde 1798.[131] Esse autor, muitas vezes, apresenta o povo como um "bloco" passivo e homogêneo e chega a afirmar, em certa altura que, durante os momentos imediatamente anteriores à guerra, o povo constituía "a massa numerosa e dirigível [que] não sabia o que se estava armando, nem previa as conseqüências dos acontecimentos em que era principal fator".[132]

Nos momentos de tensão e contraposição entre os interesses das elites e das camadas populares, Amaral assumiu o discurso da "desordem" presente nos documentos da época, considerando as manifestações populares como um desvio do caminho glorioso da independência, conduzido pelos grupos "mais abastados". No momento da guerra, a "disciplina" e a "ordem" estavam a serviço de uma classe social específica e de seu projeto de independência e esta classe, obviamente, não era o povo.

---

[128] Idem, *bidem* p. 10.
[129] Idem. *Ibidem*. p. 11.
[130] Idem. *Ibidem*. p. 159.
[131] Idem. *Ibidem*. p. 61.
[132] Idem. *Ibidem*. p. 178.

A contribuição de Braz do Amaral é inestimável. A versão por ele defendida é referência para o estudo da Guerra de Independência, principalmente no que se refere à presença e participação populares. No entanto, paradoxalmente, o "povo" presente no texto não tem personalidade, aparecendo como uma massa homogênea, que, sentindo-se insatisfeita e oprimida pelo pacto colonial, mas sem condição de impor uma nova ordem ou mesmo traduzir esta insatisfação em projeto político, passa a ser conduzida pelos "homens bons", a elite baiana. O povo, além de "conduzido", deveria ser, muitas vezes, "domado", principalmente aquele contingente do povo que havia se alistado nas tropas do Exército Pacificador.[133]

As experiências pessoais, os interesses de cada um e dos grupos diversos que formaram o Exército Libertador ou que o apoiaram, fogem à análise e narrativa de Braz do Amaral. O povo acaba sendo uma instância de legitimação, em primeiro lugar, do discurso glorificador da Independência da Bahia, frente à do Brasil, produzido pelo autor; além do projeto político das elites baianas em acertos com D. Pedro e a aristocracia agrária do centro-sul. O povo de Amaral, portanto, não aparece como uma entidade política ou classe social com reivindicações e atitudes específicas.

Apesar de não tratar especificamente de "povo" ou das camadas populares, a abordagem de Luis Henrique Dias Tavares abre espaço para apreensão das tensões entre estas e as "elites". Tavares atribui às camadas populares não um papel omisso ou passivo nos movimentos, mas atitudes autônomas e mesmo em contradição com a liderança dos grandes proprietários, organizada via Conselho Interino de Governo e Exército Pacificador. O autor, sempre que possível, nomeia "pessoas comuns" e suas atuações em eventos ligados aos conflitos e tensões durante a Guerra. Também relaciona as atitudes de "anarchia" e "desordem" referentes à atuação das camadas populares ao processo de repressão e "disciplina", necessário à manutenção da ordem e conservação dos alicerces advindos do período colonial que tanto interessavam às elites.

Os historiadores que se dedicaram ao tema depois de Amaral e Tavares não utilizam, da maneira como estes fizeram, o termo "povo". Geralmente o empregam, como fizeram Reis e Araújo em suas já citadas obras[134], limitando-o com adjetivos como

[133] "Antes da chegada de Labatut a reunião de tantos homens armados, vindos de pontos distantes, havia produzido desordens e crimes constantes". AMARAL, Braz do. *Op. Cit*. p. 290.
[134] ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. e A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência. REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil...* Idem. *O Jogo Duro do Dois de Julho...* Idem. *A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais, Bahia: 1824-1840*. Idem. *A Morte é uma Festa*.

"urbano" ou "pobre" ou, ainda, ambos e, no geral, referindo-se aos chamados "pobres livres".

Ao longo deste trabalho, utilizarei a idéia de "povo", retomando o seu sentido substantivo, apesar de o considerarmos como um grupo sem definições precisas, e nem uma formação homogênea. Socialmente, era constituído, em seu grosso, pelos homens pobres livres e pequenos proprietários, mas também pelos libertos – formando, sem dúvidas, um contingente de cor – e, quando expandia seu discurso e sua ação, aos escravos. Politicamente, este grupo caracterizou-se pela oposição que realizou, sempre que possível, mas também como realidade potencial desta oposição, o que foi notado pelos seus antagonistas, organizada ou espontânea, à elite e seu projeto conservador de Estado que inauguravam em 1822-23.

2.5. O "Povo" e a Independência

O processo de ruptura colonial na América portuguesa gerou uma entidade política diferente: ao contrario da maioria das antigas áreas coloniais na América, no Brasil organizou-se um Estado unitário e monárquico, cujo representante maior e chefe do Poder Executivo era o herdeiro, pela linha dinástica, do trono da antiga metrópole e possuía sérias pretensões absolutistas. Além disso, manteve-se a ordem social escravista e excludente da maioria dos homens livres. Um Estado que significou um atraso, segundo Keneth Maxwell:

> "Raramente (...) consideramos um movimento de independência como uma 'coisa ruim', como uma regressão, um triunfo do 'despotismo' sobre a 'liberdade', da 'escravidão' sobre a 'liberdade', de um regime 'imposto' sobre um 'representativo', da oligarquia sobre a democracia, da reação sobre o liberalismo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, todas essas acusações podem ser imputadas ao novo regime..."[135]

A montagem deste Estado – o brasileiro – longe de ser uma fatalidade, constituiu-se na opção política das elites em seu projeto de conservação das suas bases de poder no desenrolar da crise colonial. Todavia, o seu estabelecimento não foi a simples inauguração deste "projeto vencedor", como que gestado numa sociedade homogênea e sem conflitos, ou até sem classes sociais, que pudessem disputar o espaço político baiano. Ao contrário, o

[135] MAXWELL, Keneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. *In*: MOTA, Carlos G. (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 181.

seu estabelecimento significou a derrota e a exclusão política da maioria da população livre e dos escravos, protelando em quase um século a sua entrada no cenário político da democracia formal no Brasil.

Ao chegar o tempo da guerra pela independência na Bahia, registra-se um razoável acúmulo de experiência política por parte das classes populares. Já se passavam duas décadas desde que uma proposta popular havia sido formulada e publicada com o movimento de 1798, que, para Araújo,

> "além de pensarem no próprio soldo, apresentaram ao povo da cidade do Salvador as primeiras propostas concretas de resolução de uma crise urbana crônica que, ao mesmo tempo, configuravam uma avançada política de descolonização e de democratização da Bahia".[136]

As demandas não eram novas e nem haviam sido resolvidas, apesar das modificações ocorridas no período joanino, como, por exemplo, a liberalização do comércio. No âmbito das estruturas e relações sociais e de trabalho muito pouco havia mudado. As classes populares ainda sofriam das mesmas mazelas: baixa remuneração, dificuldade de acesso a emprego, desigualdade e discriminação racial, além da escravidão, que as havia empurrado ao movimento de 1798. Por isso, ainda segundo Araújo, o povo baiano não esqueceu seus heróis de Búzios, nem sua pauta:

> "Suas propostas foram retomadas e ampliadas pelos sucessivos movimentos e rebeliões populares baianas, entre 1821 e 1837, em um tempo de Bahia rebelde, o que terminou por configurar um programa político popular, cujos eixos principais eram a República, a democracia representativa, a autonomia regional, a igualdade racial inclusive no acesso ao emprego público, a reforma econômica pela abertura de fronteira agrícola e a distribuição de sesmarias."[137]

István Jancsó, trabalhando a formação do Estado e da Nação brasileiros, indaga "quais foram os interesses sociais politicamente derrotados nos embates em meio aos quais deu-se a construção do Estado nacional brasileiro?", ao que ele mesmo propõe, em forma de hipótese, que "entre os derrotados da Independência, (...) estão aqueles homens livres habitantes das cidades que eram donos de pouca ou nenhuma propriedade, gente cujas alternativas de futuro definiram-se então em seu desfavor."[138]

---

[136] ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência. p. 25.
[137] Idem, *Ibidem*. p. 25.
[138] JANCSÓ, Istvan. *Uma hipótese para o estudo das origens do déficit democrático da identidade nacional brasileira*. (inédito), pp. 11 e 13. Sobre os escravos, afirma: "Que tenham sido os interesses dos escravos aqueles que foram então politicamente derrotados (...) também não dá conta do problema, pois os escravos não participavam diretamente das confrontações políticas objetivando a construção do Estado, ainda que sua existência e as diversas formas de sua resistência definissem os limites a serem respeitados pelos protagonistas das confrontações políticas visando a arquitetura do poder naquela esfera."

Já Reis, aponta no já comentado *O Jogo Duro do Dois de Julho*, que a elite baiana enxergou os escravos como possíveis inimigos e produziu um discurso político de justificativa ao seu medo das ações políticas da população negra e seu acesso ao poder – o haitianismo. Além da escravaria, apesar de seu incontestável potencial de revolta e da permanente preocupação da elite baiana com o seu controle, os pobres livres e libertos apareciam frente às elites como setor social capaz de construir alternativas que rivalizassem com seu projeto de Estado.

Concordo com Jancsó, na idéia de que o inimigo político do "projeto conservador" era "a massa de homens livres pobres das principais cidades do mundo luso-americano, gente que, com a crise do *ancién régime* na América, adentra o espaço de uma vida política cujos limites desde há muito tempo vinha espasmodicamente forcejando".[139] No entanto, é necessário considerar que, dentro do cenário social baiano, havia uma ampla e constante interpenetração entre pobres livres, libertos e escravos, muitos compartilhando identidades étnicas, o que fazia com que, por exemplo, um liberto e um escravo de uma mesma nação mais próximos entre si que dois libertos ou dois escravos de nações diferentes.[140]

Portanto, homens livres, pobres urbanos na Bahia oitocentista compartilhavam, em grande medida, experiências de opressão e identidades coletivas com libertos e escravos, fazendo com que não se apresentassem como camadas sociais estanques, cujos limites fossem rígidos e impermeáveis. Para Reis, a plebe urbana, quando em movimento, podia incorporar tanto "elementos dos setores sociais médios", quanto escravos, "sobretudo os nascidos no Brasil".[141]

Apesar de saber serem grandes as dificuldades próprias que caminhavam contra a formação de qualquer espécie de "consciência de classe" que unificasse escravos, libertos e livres pobres – dentre eles o próprio estatuto legal que os fazia diferentes e as identidades coletivas preexistentes – é fato que comungavam um inimigo comum nas autoridades e comandantes, o que lhes legava elementos para a formação de uma provisória e mutante identidade política chamada povo.

---

[139] JANCSÓ, Istvan. *Op. cit.*p. 3.

[140] Exemplo disso é que, em momentos de insurreição, africanos e crioulos muitas vezes se colocavam em lados opostos, apesar possuírem um mesmo *status* jurídico. Ver: REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil...* e *O Jogo Duro do Dois de Julho:..*

[141] Ver: REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil...* especialmente à página 46, onde define "plebe": "Neste livro refere-se basicamente a pessoas pobres livres: artesãos, vendedores e outros trabalhadores de rua, lavadeiras, vagabundos, prostitutas, homens e mulheres na maioria dos casos com alguma ascendência africana, mas também os relativamente minoritários brancos pobres."

O contingente popular, que, como apontam diversos historiadores[142], na Bahia constituia-se em sua maioria de homens de cor, possuía um alto teor de rebeldia, e já havia construído uma pauta popular durante o período denominado de "Bahia Rebelde". Apesar das limitações inerentes a este "programa", e as dificuldades para sua implementação, as elites baianas percebiam com clareza (e, às vezes, com algum exagero) o perigo da sua permanência nas formulações e rebeldias populares, e, ao conduzir a guerra contra os portugueses que ocupavam a capital baiana, estiveram atentos às movimentações populares, com um olho nos portugueses, outro na "anarchia" popular.

Em relatório enviado ao Imperador D. Pedro I, às vésperas do término da guerra, o Presidente do Conselho Interino, Miguel Calmon du Pin e Almeida tanto se lisonjeia, da suposta "paz" civil em que se encontra a província (ao menos na parte sob controle do Conselho Interino de Governo), como dos feitos militares já quase vencedores na campanha de expulsão dos portugueses. Aponta ele como um dos mais importantes feitos a superação de um cenário de instabilidade e tensão dentro da própria tropa, como escreveu: "Os Comandantes Militares eram independentes entre si; e a idéia de independência passando d'estes para os Chefes de pequenos Corpos, as Companhias de novo criadas, produziu a geral insubordinação, que aguardava o horror da verdadeira, e já existente anarquia militar".[143]

Durante todo o período da guerra, o Exército Libertador tinha que lidar, ao mesmo tempo e além da guerra, com insurreições civis, levantes de escravos e mesmo ataques indígenas, quando não era ele próprio, foco das desordens. As tropas baianas, formadas por homens livres e pobres, às vezes incorporados contra sua vontade, mal remuneradas e passando por maus tratos e privações de guerra, gerou, em diversas ocasiões, momentos de tensão, onde elementos do "programa popular" afloravam, demonstrando que, mesmo engajados, não esqueciam suas origens.[144]

Todavia não eram só as tropas os focos de "desordens" e "anarchias". Em diversas situações, civis manifestaram-se, no limite das suas possibilidades, algumas vezes, mas não só, ao lado das tropas. A sua participação nas batalhas contra o exército português ou

---

[142] MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX...* REIS, João. *Rebelião Escrava no Brasil...* SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos...*

[143] ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia:*. Salvador: Typographia Nacional, 1823. p. 3.

[144] "Que outra coisa estes soldados, oriundos das camadas mais pobres e humilhadas da população urbana, com armas à mão, poderiam fazer senão se transformarem em agentes da desestabilização da ordem que deveriam manter?" ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Política dos Homens de Cor.... p. 13.

mesmo nas manifestações no período imediatamente anterior à guerra (e mesmo nos movimentos "mata-maroto" pós-independência) está registrada, assim como as suas manifestações de apoio ou desagravo no decorrer dos acontecimentos[145]. Seja só com civis, estes conjuntamente com as tropas, ou apenas estas, as classes populares deixaram claro, com sua presença em vários episódios, que a "vontade do povo" nem sempre se compatibilizavam com as atitudes e os objetivos das Juntas e do comando do Exército Libertador durante a Guerra na Bahia.

Ao se dirigir, em 30 de setembro de 1822, ao Conselho Interino de Governo sobre a nomeação de um indesejado sargento mor das ordenanças, assim escreveu José Felix dos Santos Anjos:

> "Vossas Excelências muito melhor sabem que a lei consiste na vontade do povo: o da minha Companhia (...) quer exclusivamente que o Capitão Francisco da Costa Faria seja o Comandante das Ordenanças deste Distrito e para isso já o aclamaram (...) Capitão"[146]

Outros comandantes, falando em nome de "Povo e Tropa", e sempre aludindo à "vontade do povo", exigiram a substituição do Sargento nomeado por outro de sua preferência, o Capitão Francisco da Costa Farias, alegando que "O povo obstinadamente o quer por seu comandante e não reconhece por seu comandante senão ao dito Capitão". O malversado Sargento era Joaquim José de Sant'Anna Lisboa, o qual, ao chegar em Nazaré para tomar posse, achou na vila "uma absoluta rebeldia nos Oficiais do meu Terço, residentes na Povoação de Nazareth qual alucinados por vertiginosos princípios, e em um formal desprezo as Ordens desta Exma. Junta". Lisboa estranhou ainda a desautorização da população local de uma ordem da Junta, na verdade o Conselho Interino, a qual estaria inclusive legitimada naquela vila "pela existência de um seu Deputado, que na mesma reside".[147]

Tais capitães desqualificaram Lisboa, alegando que ele "nunca serviu na mínima coisa á causa abraçada", classificando-o como "inimigo do nosso sossego" e até referido-se a ele como "residente em Jaguaripe". Por outro lado, Faria figura como alguém "que tinha e tem direito por seus duplicados serviços de cidadão tão circunscrito". Entre implorações e exigências havia quem temesse a "efusão de sangue" caso o povo e a tropa de Nazaré não fossem contemplados em seu pleito.

---

[145] Ver: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. e TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*.
[146] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 417, fls. 62 a 72.
[147] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 417, fl. 62.

Mesmo com tantas manifestações contrárias, em 21 de outubro Joaquim Jozé de Santa Anna Lisboa ainda respondia pelo posto a que fora nomeado, o que não pode ser interpretado como uma vitória dele e do Conselho, posto que na correspondência desta data, relata ainda insubordinações por parte das tropas que se recusavam a aceitar ordens do dito Lisboa.

O cargo em questão, apesar da aparente insignificância por ser um cargo limitado à vila[148], ganhava importância política nos tempos da guerra. Responder pelas tropas auxiliares de uma vila produtora de um gênero como a farinha de mandioca, imprescindível para o sustento das tropas e da população em geral, ganhava maior destaque pela escassez de alimentos que acompanha a guerra. A importância estratégica destes suprimentos tinha que ser acompanhada de perto pelo Conselho Interino de Governo, que aliás, teve como uma das primeiras ações após sua constituição, a ocupação da dita vila de Nazaré para o controle da produção local de farinha[149].

O governo Provisório, neste instante, era formado por representantes de diversas vilas, inclusive Nazaré, mas amplamente dominado pelas vilas ligadas à produção agro-exportadora, as quais ocupavam os cargos mais importantes do Conselho, nas figuras de Francisco Elesbão Pires de Carvalho, por Santo Amaro, e Francisco Gomes Brandão Montezuma, por Cachoeira, respectivamente Presidente e Secretário, eleitos em 6 de setembro de 1822. O próprio Lisboa é oriundo de uma vila – Jaguaripe – que, além de mandioca, produzia açúcar, o que pode demonstrar que sua nomeação foi uma tentativa de implementar uma hegemonia política de um suposto "bloco" açucareiro dentro da coalizão de vilas que se representavam na Junta, logo rechaçada pelos habitantes de Nazaré.

O estado de "anarchia" e "desordem" que Lisboa descreveu em suas correspondências merece atenção. Primeiro, para saber dos oficiais em questão a que camadas sociais pertenciam; depois, que relação construíram com o Povo e Tropa a ponto de se manifestarem publicamente, em nome daqueles, contra Lisboa. Que soldados e populares não tenham participado de manifestações contrárias à nomeação é pouco provável, posto que o próprio Lisboa concorda neste ponto com os Capitães seus opositores. O que nos interessa aqui é perceber que significado tem esta mobilização, para além da nomeação de um ou outro comandante, quando se utiliza do conceito de "povo" para legitimar suas reivindicações, em desacordo com os planos do Conselho Interino.

---

[148] Ver: SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Nova Fronteira, 1995. pp. 97, 98 e 430.

2.6. Considerações sobre o Povo

A utilização do termo "povo" não era novidade em 1822, como também não o fora em 1798. Ele já era usado em Portugal para designar o Terceiro Estado, na construção simbólica da sociedade estratificada ao modo medieval, ao lado do Clero e da Nobreza[150]. No entanto, no Brasil "a idéia de um 'povo' orgânica e constitucionalmente vinculado ao corpo da política e ao rei estava, em larga escala, ausente".[151]

Segundo Schwartz, o termo povo sumiu do vocabulário colonial, sendo substituído pelo termo "plebe", de maneira pejorativa, na designação das classes mais pobres, desprovidas de atuação política nas instâncias coloniais. Para o autor, a formação do "povo" enquanto entidade política é uma questão de "autocriação e autodefinição", assumindo o termo um sentido de inclusão social para as camadas populares.

O grande diferencial para a utilização do termo é o caráter político nos boletins sediciosos de 1798. Ao conclamar o "povo bahiense", fazia-se oposição imediata entre estes e os que participavam dos meandros do poder. O "povo bahiense" não acumulava riquezas, não ditava as leis, não calculava o valor das taxas e dos soldos, não possuía fazendas nem casarões. Daí a necessidade de subverter a ordem posta, através de um programa político que contivesse propostas de igualdades e liberdades que só podiam privilegiar aqueles que delas eram privados: o povo mecânico, os pequenos proprietários e até os escravos, superando, em certa medida, as barreiras legais e materiais que cindiam os oprimidos entre cativos, libertos e livres, proclamando a igualdade entre "pretos, pardos e brancos".

Apesar deste contingente urbano de homens pobres e livres (em sua maioria, negros e mestiços) não ter, no período que vai de 1798 a 1822, protagonizado nenhum grande episódio organizado de tentativa de revolução pautada no programa dos Alfaiates, as demandas não foram esquecidas. Homens pobres livres e, em alguma medida, escravos, marcaram, durante a Guerra, aqui e ali, espaços de atuação política, onde o aprendizado

---

[149] TAVARES, *A Independência do Brasil na Bahia...* p. 95.
[150] MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX...* p. e ou SCHWARTZ, S. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. Capítulo 11.
[151] SCHWARTZ, S. *"Gente da terra brasiliense da nasção". Pensando o Brasil:a construção de um Povo. In:* MOTA, Carlos G. (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 111.

histórico do acúmulo da experiência de exclusão sócio-econômica e política que comungavam, levou-os a utilizar a autodenominação "povo", inaugurada em 1798.

Espremidos entre a guerra contra os portugueses e a disciplina militar a serviço da "ordem", os homens livres pobres não encontraram nem produziram o espaço necessário para o desenvolvimento e implementação de um programa político de Estado mais "democrático" e menos desigual onde coubessem, a si e aos seus sonhos. No entanto, sinalizaram, aqui e ali, de formas contundentes ou sutis, a latência destas demandas, que ainda iria aflorar em outros momentos da primeira metade do século XIX. Pressionaram como puderam os membros de uma elite concentrada na defesa de seus privilégios e optante por uma independência conservadora, fortalecendo-se através de uma entidade política com a qual buscaram se identificar: "o povo", tomando corpo e forma, acumulando experiência política, na medida em que antagonizavam com as autoridades.

Nos capítulos seguintes, buscarei analisar esta relação entre elite e povo durante a Guerra de Independência na Bahia. No Capítulo III farei uma incursão sobre a visão que as elites tiveram, durante a guerra, das movimentações populares. Veremos como se articularam e agiram para impedir qualquer possibilidade de inserção popular na construção do Estado imperial na Bahia. A seguir, no Capítulo IV, irei ao povo. Analisarei como as classes populares se movimentaram e como conseguiram – se conseguiram – manifestar seu desacordo e os ideais de Estado que possuíam.

Capítulo III

"ELITE" E "POVO": TENSÕES SOCIAIS E A GUERRA

> "– Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. (...) As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade. (...) as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados? (...) Que somos hoje? Alguns poucos civilizados, uma horda medonha de negros, pardos e bugres.(...) Mas, no que depender de mim, e tenho certeza de que dos senhores também, o Brasil jamais se tornará um país de negros, pardos e bugres, não se transformará num valhacouto de inferiores, desprezível e desprezado pelas verdadeiras civilizações, pois aqui também medrará, mercê de Deus, uma dessas civilizações."[152]

A fala do personagem Amleto Ferreira é a representação literária de uma das formas pela qual os membros da elite viam as camadas populares a partir de si próprios. Já discutimos anteriormente a noção de classe inaugurada por Thompson que traz, como um dos seus principais argumentos, a noção relacional de classe. A relação exploração/opressão que compreende qualquer sociedade de classes se dá entre polos antagônicos mas complementares, seja no campo do trabalho ou das relações sociais. Portanto, perceber como as elites puderam, de seu lugar nesta relação em que eram os privilegiados, identificar, articular e agir em relação às classes populares neste momento de transição é fundamental para a apreensão da participação popular na guerra de Independência na Bahia.

A elite baiana teve durante a guerra quase que o monopólio da produção de documentos que hoje se constituem nas fontes que aqui foram ou serão utilizadas. Alguns motivos para isso deverão ser rapidamente enumerados:

1. o nível de alfabetização era muito maior proporcionalmente entre os membros das elites que entre as classes populares;
2. tais elites controlavam as instituições oficiais e os cargos públicos que geraram a grande maioria destes documentos, e que foram, pelo Estado monárquico, depois republicano, armazenados;

[152] RIBEIRO, João Ubaldo. O*p. cit.* p. 245.

3. mesmo as correspondências particulares, algumas puderam ser guardadas pela própria família e, posteriormente, incorporadas por fundos, arquivos e centros de documentação, ou mesmo publicadas.

A visão das elites sobre as movimentações populares é um importante elemento para traçar o quadro da Independência na Bahia. É a partir de como as elites viram a movimentação das classes populares, e a partir daí agiram, que construir-se-á este terceiro capítulo.

3.1. Elite e o Registro da Guerra

A predominância das elites em registrar os fatos relacionados à guerra de independência nos indica a importância metodológica da leitura reflexa (mas não mecânica) que potencializa o estudo da participação popular a partir do registro por parte das autoridades e dos "poderosos" que tiveram a possibilidade de fazê-lo. A participação popular não é auto-registrada, mas aparece nos documentos pelas mãos de uma preocupada elite baiana. Rufino já havia afirmado que:

> "Os 'sediciosos e malvados elementos' dos documentos oficiais são a legítima liderança democrática e popular da guerra da Independência do Brasil. Desgraçadamente, só possuímos, sobre eles, documentos oficiais, depoimentos de pessoas investidas de autoridade, 'pessoas gradas'. O historiador vê-se, por isso, obrigado a identificá-los indiretamente. Os 'sediciosos e malvados elementos' não deixaram escrito o que pensavam das autoridades coloniais e dos patriotas conservadores, de quem eram aliados sob suspeita. *Scripta manent*, rezava o adágio romano."[153]

Carlos Guilherme Mota havia sinalizado que "Freqüentemente o pesquisador é obrigado a entrever as formas do pensamento revolucionário a partir da *reação* por elas provocada nas formas ajustadas ao regime."[154] A produção historiográfica já há algumas décadas que avançaram enormemente na compreensão a respeito das fontes, sua utilização e sua abrangência. Todavia, o aspecto que ora mais nos interessa é o de "quem" registra.

A elite baiana produziu fontes vastíssimas durante o período da Guerra de Independência. Nelas, chama a atenção a constante preocupação que aparece registrada com as movimentações das camadas populares. Das fontes que hoje estão à disposição, algumas estão impressas. Dentre elas, as cartas da família Pinto da França; o relatório de

[153] RUFINO, Joel. *op. cit.* pp. 89-90.
[154] MOTA, Carlos G. *op. cit.*. p.71.

Miguel Calmon du Pin e Almeida também se destaca, além das Atas de Vereação editadas pelo Arquivo Público do Estado da Bahia.

No estudo da participação do povo na guerra é importante a apreensão dos atos e pensamentos das elites frente à guerra e às camadas populares. Tais "pólos" – povo e elite – só o são se considerados em relação ao outro; também porque, muitas vezes, só a partir de seu registro é que alguns fatos são passíveis de conhecimento. Graças à preocupação das elites com a "manutenção da ordem" é que foram produzidos muitos dos documentos que nos possibilitaram escrever as próximas páginas.

3.2. A Manutenção da Ordem e a Desarticulação do Povo

O Estado brasileiro, ao se constituir, aparece como uma entidade estranha, principalmente se comparada ao resto da América. A guerra, segundo Luis Henrique Dias Tavares, representou não só a libertação da Bahia das forças portuguesas que ali haviam estacionado com o intuito de manter a antiga capitania sob seus domínios coloniais, a despeito dos acontecimentos que ora se desenrolavam ao sul da América Portuguesa, mas também e, principalmente, a decisão política que gerou a unidade territorial brasileira.[155] Esta opção política, como já dito, acertada entre as elites do centro-sul em torno de D. Pedro, constituiu, sem dúvida, uma opção conservadora.

Como único Estado monárquico da América, o Brasil destoou dos Estados vizinhos que, influenciados pela linha política que teve na Revolução Francesa e na Independência das Treze Colônias seus principais eventos, nasceram ou modificaram-se no sentido da inclusão, mesmo que não absoluta e definitiva, de camadas sociais que, até então, eram excluídos do jogo político.

O Estado inaugurado em 1822 e construído ao longo do século XIX foi instituído para a exclusão, ou seja, "contra" as classes mais pobres da população. No caso da Bahia, estamos falando de escravos, libertos e livres pobres e de populações indígenas. Tal contingente esteve envolvido, nas décadas imediatamente anteriores ao processo de Independência do Brasil, em diversos episódios de desordem, resistência, motins, rebeliões e revoltas. Durante a guerra, as elites estiveram atuando, o tempo todo, na direção da

[155] TAVARES, Luis Henrique Dias. A Independência como Decisão da Unidade do Brasil. *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 8, 1982.

manutenção da ordem para que o Estado brasileiro fosse veículo de manutenção de seus privilégios, destacando-se a escravidão.

A "manutenção da ordem" possuía dois eixos principais, quais sejam: a garantia de continuidade do sistema produtivo e agro-exportador, durante e depois da guerra, o que garantiria a continuidade das elites no poder; e a ordem político-institucional, guardando monopólio das instâncias políticas para os grandes proprietários e seus agregados, em detrimento de escravos, libertos e livres pobres.

O relatório que o Presidente da Província, Miguel Calmon du Pin e Almeida, enviou ao Imperador nos últimos dias de junho, demonstra a atenção dispensada à continuidade dos negócios da Província. O autor utiliza quatro páginas, deixando explícita a preocupação do Conselho Interino de Governo com a organização produtiva, principalmente no Recôncavo. Vejamos alguns trechos:

> "cumpria favorecer a criação, e a cultura dos viveres tanto mais, quanto progressivamente se aumentava no Recôncavo o numero de Consumidores, e se depauperava a útil Classe dos Produtores (...) Igual proteção devia o Conselho ao Comércio interno, e externo, principal veículo da riqueza pública. Quanto ao primeiro, embaraçado por mais de seis meses pelo bloqueio das Canhoneiras Lusitanas, acha-se protegido agora pela nossa Frotilha."[156]

As preocupações do Conselho também passavam pela viabilidade material do Exército, seu abastecimento logístico de equipagem e mantimentos. Está bastante documentada a preocupação das autoridades e a energia que empregaram para com as Câmaras das vilas que produziam farinha de mandioca, no recôncavo sul, e a carne do sertão, nas vilas do interior. Exemplo disso é a quantidade de correspondências trocadas entre o Conselho Interino de Governo e os comandantes do Exército Libertador, em que o abastecimento das tropas, seja com víveres, gado, milho e farinha, fardamento e até papel, é citado. Em 2 de dezembro de 1822, o Conselho escreveu ao Comandante em Chefe do Exército, o General Pedro Labatut, dando-lhe conta de que:

> "O Conselho Interino de Governo desta Província recebeu o Oficio de V. Exa. datado em 29 passado, requerendo quatro parelhas de bestas com arreios, farinha e milho, panos e papel de que sente falta. O Conselho assegura a V Exa que ficam as ordens, para se lhe remeterem as parelhas, que pede; quanto a farinha, que já adotou a medida, vista a presença das Barcas inimigas, de transportar a farinha em canoas do Porto da Encarnação para o Acupe, ou Vila de São Francisco, e daí para Cotegipe,esperando por este meio, bem que difícil, e [socorrer] a falta, que V Exa já sofre. quanto ao milho que manda remeter pelo Iguape, e daí para Cotegipe, com escala por São Francisco, a quantidade que por aqui já se acha eu deposito"[157]

---

[156] ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Op. cit.* p. 16.
[157] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 638, fl. 25 e 25v.

Um mês depois, a 4 de janeiro de 1823, o Conselho se dedica a dar mais detalhes dos esforços que tem impetrado em favor do sustento das tropas:

> "O Conselho Interino de Governo desta Província recebeu o oficio que V Exa lhe dirigiu em data de 1º do corrente, (...) e requerendo providencias, para o fornecimento de gados para o Exército. O Conselho Interino tem já comunicado ao Comissário Geral as ordens que tem expedido para a Conquista, Urubu, Morro do Chapéu, Palmar, Rio de S Francisco, Sentosé e Camizas a fim de serem remetidos desses lugares, o muito gado que há em soltos, declarando o nome dos agentes, ou encarregados dessas comissões, para inteligência do comissariado. Tem além disso posto pelo Tesouro Público quatro contos de reis a ordem do mesmo Comissário Geral, para negociar e comprar gados nas Feiras. Tem igualmente feito entrega ao referido Comissário Geral, e a um Deputado seu sete mil cruzados, para negociar a compra de Farinhas. Tem finalmente dado ao Comissariado as necessárias Instruções, recomendando ao Chefe da Repartição, que mande Comissários subalternos, e agentes seus, para os Mercados, onde possam haver facilmente, e por preços cômodos toda a carta de viveres, e donde possa [acelerar] a sua pronta remessa, para o Depósito."[158]

Gado e farinha, sendo a ração principal dos soldados, eram objeto de extrema atenção por parte das autoridades e comandantes. A ordem e o "sossego público" nas vilas do interior da província significavam a possibilidade de sustento das tropas. A doação voluntária de gado e farinha sustentou a guerra em grande medida, mas também a sua prestação compulsória foi utilizada pelo Conselho Interino para suprimento das tropas, fazendo os soldados menos arredios, garantindo o bom andamento da guerra. Isto colocava o Conselho em uma delicada situação. Se por um lado precisava gerir e viabilizar materialmente a guerra, exigindo dos proprietários baianos, doações – principalmente, mas não só, de gado e farinha – para sustento dos soldados; no outro extremo, não podia, em nome da manutenção da guerra, inviabilizar o patrimônio daqueles por vias de doações desproporcionais.

A importância dada à "útil Classe dos Produtores" e a atenção com o crescente prejuízo que a guerra trazia a eles, além das garantias dadas ao "principal veículo da riqueza pública" – o comércio interno e externo – demonstram quem o Conselho Interino representava.

Para atingir o seu intento, o Conselho produziu uma série de ações em várias frentes, buscando impedir que as classes populares tivessem poder de comando, decisão ou se articulassem minimamente de forma política. Para as elites, a manutenção da ordem, contra as "anarchias" foi efetivamente um movimento visando desarticular qualquer possibilidade de ação popular. Estiveram atentos a qualquer movimentação e se gabaram disso. Miguel Calmon du Pin e Almeida descreveu, no relatório já citado, o rigor com que

[158] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 638, fl. 40v e 41.

o Conselho Interino de Governo da Bahia tratou os levantes escravos durante o período da guerra:

> "Não he menos lisonjeiro para o Conselho o haver tomado medidas preservativas da sublevação dos escravos, (...). Repetidas denuncias, e participações d'Autoridades afirmavam a existência de quilombos, e a fuga de muitos escravos do poder dos senhores: o que junto á certeza de que alguns Portugueses derramados pelos campos, chamavam os pretos á rebelião, e de que outros nas Vilas, como catequistas os aliciavam para o mesmo [nefasto] projeto; tornava este negócio da maior transcendência, e magnitude n'aquele tempo e ainda hoje."[159]

As elites baianas não estavam interessadas apenas em manter-se no poder. Queriam manter-se através do monopólio das instituições políticas, deixando as classes populares bem afastadas delas, e nisso combinaram com as elites das demais capitanias, agora províncias reunidas no Império do Brasil.Diligências foram realizadas, não só devido à iminência de levantes ou à existência de quilombos formados pelos escravos. Ocorreram, também, para evitar insurreições civis ou motins militares que pudessem pressionar o Conselho Interino ou seus representantes.

Tais investidas tiveram como pretexto a busca de ramificações do partido da recolonização na Bahia. Seguindo decretos imperiais de 18 de setembro e 11 de novembro de 1822, as autoridades se viram respaldadas para perseguir uma série de portugueses, acusados de "crimes políticos", envolvidos ou não com escravos ou livres pobres.[160]

Assim, procedia-se à busca e prisão de tais portugueses, tanto quanto fossem considerados perigosos para a "Cauza", atuando contra ela, como fica evidenciado no documento seguinte:

> "feitas as diligências recomendadas foram presos por serem compreendidos na prova de Testemunhas, o Capitão Joaquim Simões da Silva Manoel dos Santos Ribeiro, e Fernando du [Bo]is de Castro, e o não foram sendo tão bem compreendido, o Capitão Manoel Ferreira Reis Antonio Furtado de Mendonça, e João Norberto Soares por já se acharem presos por Ordem de VV Exas, e nem Joaquim Jose Moreira por haver antes se ausentado, e feitas as diligências para ser preso não se pode descobrir o seu destino, todos estes filhos da Europa, e moradores nesta vila e seu termo, foram Apreendidos, e seqüestrados os bens dos que a tinham na forma de terminada no Decreto de 11 de Dezembro de 1822, passado, por entender-mos serem estes, estes os súbditos de Portugal incursões na perfídia contra nossa Santa Causa"[161]

---

[159] ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Op. cit.* p. 17.

[160] O primeiro decreto ordena que portugueses fossem obrigados a usar laços nacionais para indicar sua adesão à Causa, sob pena de expulsão do Brasil. Já o segundo, merece uma breve transcrição: "Tendo-se felizmente descoberto pelo brioso e leal Povo e Tropa desta Corte e pelos Procuradores da Província no dia 30 de Outubro uma facção oculta e tenebrosa (...) de furiosos demagogos e anarchistas (...) Manda (...) que os Governos e Câmaras a quem for este expedida, cuidem sem perder tempo, em vigiar e descobrir com todo o esmero e atividade quaisquer ramificações deste infernal partido..." *apud* AMARAL, Braz H. do. *op. cit*. capítulo VII, notas 1 e 4.

[161] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-7.

Perseguições a portugueses, escravos e soldados desertores ou amotinados foram realizadas durante todo o período da guerra. Os portugueses, principalmente durante a primeira parte da guerra, eram tanto mais "perigosos" quando eram identificados como fomentadores de rebeldia entre a população de cor, principalmente escravos. Daí a contraditória preocupação que autoridades tiveram com "a educação dos jovens filhos dos Portugueses, que abandonarão suas famílias para se reunir aos vândalos destacados na Bahia".[162]

Nos documentos em que "reuniões" entre portugueses e escravos são mencionadas, aparece sempre, mesmo que de forma sutil, a idéia de que estes seriam influenciados por aqueles, como se os escravos fossem incapazes de formular, eles próprios, meios de resistência contra o regime opressor a que estavam submetidos.

Assim pode ser verificado no fato registrado em correspondência de 16 de novembro de 1822, onde os membros do Conselho Interino de Governo escreveram ao General Labatut. Nela, relatam uma remessa de "trinta presos Europeus Portugueses" à vila de Inhambupe, "para serem conduzidos de Vila em Vila até Pernambuco". No entanto, ao chegar naquela vila, a ausência do capitão mor fez com que os presos ficassem sob a responsabilidade de um capitão nascido em Portugal, de nome Dionísio Vieira que, ao invés de mandá-los para Itapicuru, como seria de sua obrigação, "em desprezo das ordens deste Conselho os conserva [os presos] em Liberdade, e sem alguma segurança em sua própria casa, e na fraquíssima Cadeia da Vila".[163] E continuam a narrativa...

> "Em presença do iminente perigo de se evadirem estes presos, inimigos implacáveis da Causa do Brasil e de se derramarem pelo interior da Província, onde a sua notória imoralidade certo produzirá a verificação de seu favorito Plano da sublevação de escravos"[164]

Para o Conselho Interino, o perigo maior que os presos portugueses pudessem representar não se relacionava a qualquer possível manobra militar de combate direto às tropas brasileiras. Não pretenderiam, ainda, tomar vilas de assalto e minar a resistência no interior da província ou cortar fornecimento de gêneros alimentícios ou doações em dinheiro para o Exército Libertador. O "seu favorito plano" era o "da sublevação de escravos", tinham como certo.

Outro aspecto bastante presente na documentação é a constância da preocupação das autoridades com ações criminosas dos próprios membros das tropas libertadoras. As

[162] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 636-1, fl. 75.
[163] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 638, fl. 22v-23.
[164] Idem

altas taxas de deserção eram complementadas com incursões de assaltos às propriedades, algumas vezes utilizando-se de expedientes sofisticados, como no caso abaixo, onde soldados desertores passaram a agir contra o "sossego público" apresentando documentos falsos para ludibriar as vítimas de seu golpe. Em 18 de outubro de 1822, as autoridades comemoraram a

> "prisão de dois soldados de linha que munidos de uma falca Ordem em nome do Conselho feita por um Europeu que também fora prezo, perpetraram vários roubos no lugar da Feiras de Santa Anna, e (convindo?) muito ao sossego público á que os três sócios naqueles roubos José Alexandre, Manoel Martins digo Manoel Matheus, e Joaquim dos Santos Vieira sejam igualmente capturados"[165]

Não é por acaso que foi frisado o fato de o falsificador da ordem ser um europeu. Num momento de ruptura e formação do Estado brasileiro, as identidades nacionais passaram a se rearrumar a partir da experiência da guerra. Uma tensão se estabeleceu entre "portugueses" e "brasileiros", mas também sobre o que significava ser "brasileiro". E, nestes casos, a identidade de classe contribuiu de forma decisiva na construção da identidade nacional. É o que veremos agora.

3.2.1. O Discurso Patriótico

No caminho da desarticulação política das classes populares, as elites construíram um discurso de conotação patriótica[166] em torno do nascente Estado-nação brasileiro. Este discurso era caracterizado pela ambigüidade e possuía uma fragilidade intrínseca, pois que era necessário para a aglutinação de forças contra as tropas portuguesas estacionadas na cidade da Bahia; devendo, ainda, evitar ameaças à ordem social vigente e aos negócios da Província – o que, muitas vezes, exigiu do Conselho Interino manobras políticas complicadas.

Os portugueses, muitos deles moradores há tempos na Bahia, estavam devidamente integrados com seus negócios – principalmente ligados ao comércio – à dinâmica econômica e social baiana. Ocupavam posições e papéis sociais lado-a-lado com os grandes proprietários nascidos na Colônia, os chamados brancos da terra. Aliás, deve-se

[165] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 1618, fl. 29.
[166] Em falta de uma teorização mais elaborada, utilizaremos aqui o termo "patriótico" a partir do sentido em que se encontra nos documentos que aqui trabalhamos, em geral, querendo indicar uma posição pró-independência, em oposição àqueles que se alinhavam aos interesses metropolitanos enquanto primeiro esboço provisório de uma nacionalidade "brasileira" em ruptura com outra, "portuguesa".

relativizar, neste momento em que se inauguram muitos dos termos políticos relacionados às identidades coletivas, o que significava ser "português" ou "brasileiro".

Jancsó e Pimenta, em "Peças de um Mosaico", estabelecem o caráter provisório, fluido e contraditório com que essas e outras identidades coletivas relacionadas com as idéias de *pátria*, *país* e *nação*, passaram a se constituir no cenário convulsivo do começo da década de 1820. Eram experiências políticas que, apesar de serem acumuladas por todo o período de crise do Antigo Regime e do Sistema Colonial – e registre-se aqui a importância do movimento de 1798 para a politização e precocidade deste debate na Bahia –, exigiam novas formulações e imediatas aplicações práticas.

De *bahiense*, *americano* e *português* para *brasileiro*, tudo isso frente às onipresentes tensões internas, raciais e de classe: um processo que foi-se constituindo, e teve seu devir acelerado, diante das transformações políticas, aqui e em Portugal, no começo do século XIX. Para os autores, "na Bahia a diversidade política (...) subsistia, alimentando o antagonismo entre trajetórias contrapostas – e das identidades políticas coletivas que as sintetizavam –, cada qual encerrando projetos de Estado e de nação que se contrapunham umas a outras".[167]

Robert Rowland resume a questão de identidade-alteridade neste confuso momento: "portugueses" eram aqueles que, tendo ou não nascido em Portugal, se opuseram, em grande medida, por seus interesses socioeconômicos, ao rompimento com a metrópole; "'Brasileiros'" – continua Rowland:

> "conseqüentemente, seriam todos aqueles, nascidos no Brasil ou não, cujos interesses exigiam uma plena inserção nas novas instituições nacionais. Seriam, também, todos aqueles, homens livres brancos ou pardos, que apesar de não possuírem interesses patrimoniais que o exigissem, se identificavam com a causa da Independência e com a oposição aos 'portugueses'".[168]

Confirmando esta hipótese, lembramos que alguns dos personagens centrais da Guerra, apesar de pertencerem ao lado "brasileiro", eram naturais d'Além Mar. O Comandante João das Botas era português de nascimento, assim como o polêmico Corneta Lopes, só para citar alguns dos mais conhecidos que lutaram favoravelmente à "Cauza".

---

[167] JANCSÓ, Istvan. & PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)", in: Carlos Guilherme Mota (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 165.

[168] ROWLAND, Robert. "Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional do Brasil independente". *in:* JANCSÓ, Istvan (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.p. 372.

Muitos fizeram declarações públicas de apoio a um ou a outro lado, principalmente se fossem suspeitos por suas ações ou posição social.

Durante a Guerra, naturalidade e nacionalidade não se confundiram, ou seja, o fato de se ter nascido em Portugal ou no Brasil não significava, necessariamente, o pertencimento automático a um dos lados do conflito. Os interesses – patrimoniais e de rendas para os proprietários, e de acesso à liberdade, ao trabalho e à cidadania para as camadas não proprietárias – falaram mais alto no momento de escolher sua "nação". Assim, aqueles que, mesmo nascidos em Lisboa, Porto ou outra qualquer localidade em Portugal, puderam se integrar ao lado "brasileiro", como também os que na Bahia haviam nascido podiam ser, durante a guerra, acusados de serem do "partido europeu".

Foi o caso do Deputado baiano às Cortes de Lisboa, Luis Paulino d'Oliveira Pinto da França. Nascido em Cachoeira, o Deputado foi proibido, mesmo acabada a Guerra, de voltar ao solo baiano por suas posições políticas não tão a favor da separação quanto seus colegas de bancada.[169]

Concluída a Guerra de Independência seriam necessários à elite baiana o capital e o *know-how* portugueses no comércio estrangeiro dos gêneros de exportação da Bahia. É por isso que, muitas vezes, o discurso antilusitano gerado pelo Conselho Interino de Governo – instância política maior da guerra contra os portugueses e nicho dos grandes proprietários – precisou ser por ele próprio freado. Temia-se, portanto, a insubordinação, a "desordem" e a "anarquia". Podemos, para efeito de análise, distinguir dois "patriotismos" antagônicos, apesar de não formalmente apresentados e de não serem reconhecidamente inimigos, permeando-se constantemente na fluidez que o momento preconizava: um das elites, outro popular.

Duas atitudes relacionadas a este "patriotismo de elite" merecem aqui destaque: um a "brasilização" dos seus nomes; outro, as Listas Patrióticas, abundantes na documentação sobre a Guerra, vindas de muitas das Vilas baianas para a sede do Governo Provincial já instalado em Salvador. Nos dois casos, independente das suas especificidades, vê-se explicitamente o esforço dos membros das elites baianas em registrar seus nomes. Afinal, já havia, desde o início de setembro de 1822, a ruptura com Portugal e a formalização de um Império. O registro de seus nomes, acreditavam, serviria para ter posterior acesso às benesses do Estado nascente.

[169] FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). *op. cit.* p. XV e XVI.

O exemplo mais conhecido e proeminente de mudança de nome é, sem dúvidas, o de Francisco Gê Acayaba Montezuma, como passou a chamar-se Francisco Gomes Brandão. Segundo Frederico Edelweiss, em seu opúsculo *A Antroponímia Patriótica da Independência*, "no movimento contra o domínio português (...) o nome tomou para muitos acentuada conotação patriótica".[170]

Edelweiss cita outros casos de portugueses de nascimento que assim o fizeram. Muitos (portugueses ou brasileiros de nascimento, mas "brasileiros" por opção) declararam, na limitada imprensa da época, a mudança de seus nomes, para que seus negócios não fossem atrapalhados[171].

Assim, muitas pessoas renegaram seus nomes de família quando estes pudessem reforçar sua ascendência portuguesa, trocando-os por outros de cunho "nacionalista" brasileiro, ou mesmo incorporando mais um nome ao de sua família, como fez o polêmico Frei Bastos. Mesmo nascido em Salvador e sendo reconhecidamente um frei fora dos padrões de comportamento, poeta e boêmio, Frei Bastos fez questão de acrescentar ao seu nome monástico o sobrenome Baraúna, no calor dos acontecimentos de 1823, como nos informa Salvador de Ávila.[172]

Desta forma, Freitas, Araújos, de Melos e Bragas tornaram-se Dendês, de Itapajipes, Borboremas e Brasileiros. É certo que a mudança de nome pode ter sido apenas uma operação de retórica, ou mesmo uma manobra para se livrar – principalmente os portugueses recém-chegados – da "fúria" patriótica popular.

Podemos inferir, também, que mudar de sobrenome não deve ter sido uma atitude exclusiva dos mais ricos dentre os habitantes da Bahia. Decerto, não se pode negar que, de um lado, estes tinham com mais freqüência, nomes que remetiam a sua origem portuguesa, agora descartada como uma estratégia política de inserção na nova ordem; de outro, que foi deles, e não das camadas populares, a iniciativa de trocar seus nomes patrícios por outros que referissem sua opção de brasilidade.

As "Listas Patrióticas" estão relacionadas de forma mais contundente às classes favorecidas. Terminada a Guerra, o Governo da Província da Bahia solicitou, em 1º de setembro de 1823, em razão de portaria imperial de 30 de julho do mesmo ano, a todas as

---

[170] EDELWEISS, Frederico G. *A Antroponímia Patriótica da Independência*. Salvador, C.E.B. UFBa, 1981. p. 5.
[171] Idem. *Ibidem*. pp. 8-11. Por sentir seus negócios prejudicados, Francisco da Cunha Nabuco de Araújo desistiu, em 1824, da "patriotada" que o fizera chamar-se Francisco Cambuí de Itapajipe. p. 11.
[172] ÁVILA, Salvador de. Frei Bastos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº 86, Salvador, 1976/77. pp. 329-37.

Vilas baianas que enviassem listas onde constassem os que mais se haviam destacado na luta pela "Cauza da Independência". As Listas que chegaram não seguem um padrão específico, mas são geralmente em forma de nomes enumerados, algumas constando os feitos e doações de cada um dos referidos.

As listas foram elaboradas em sua maioria pelas Câmaras das Vilas, quando não, por autoridades como juízes de paz, capitães mores e vereadores. Vão, portanto, responder ao que para tais autoridades, em sua totalidade homens e proprietários, significava patriotismo: um patriotismo seu, informado por seus valores, visão de mundo e, certamente, por seu projeto de Estado e de Nação que ora se constituía no conturbado cenário que a independência apresentava.

Portanto, não constitui nenhuma surpresa a ausência de nomes de mulheres nas listas, assim como a ausência de referências a pessoas do "povo" também não o é. A lista da vila de Camamu se destaca por contar com dados interessantes sobre os "patriotas", como nome completo, doação, profissão e até qualidades pessoais de caráter, de quarenta habitantes da localidade (ver Anexos, Tabela nº1). Apresenta, entre os patriotas, cinco capitães (dentre eles o capitão mor da vila), três juízes, três vereadores e o procurador da Câmara.

Dos vinte relacionados cuja ocupação não está registrada no documento, dois emprestaram escravos – metade dos que assim contribuíram – e dezesseis fizeram doação em dinheiro, variando entre 10 e 600 mil réis, das vinte e uma doações em dinheiro; quatro, ainda, doaram farinha (do total de nove) e dois, gado. Apenas cinco dos listados cederam unicamente "serviços peçoaes". Desses, dois eram vereadores, um, tenente, um era juiz ordinário e os outros dois eram membros da Caixa Militar.

O maior doador em soma de dinheiro, além de farinha e serviços pessoais como membro da Caixa, o Juiz Ordinário João José Tárcio, foi alvo de manifestações populares pela sua destituição da vara em que atuava. Coincidência ou não, pode este fato indicar que tivesse sido o juiz forçado a fazer uma doação de tamanho vulto para provar seu patriotismo à população em geral e mesmo a seus pares. Voltaremos a este caso no Capítulo IV.

A Lista Patriótica de Camamu foi elaborada por ordem de tamanho das doações: as maiores foram elencadas primeiro, as menores, mais para o fim, sinalizando que os organizadores da Lista podiam acreditar que o grau de patriotismo podia ser medido pela capacidade de desprender-se de parte do seu patrimônio. As doações, que foram em

dinheiro, serviço dos seus escravos, mantimentos ou serviços pessoais, foram o diferencial entre ser ou não ser patriota.

Aqueles que doaram 800 réis, cada um, ao Vereador Antonio Feliciano Barboza, que ficara encarregado de arrecadar para o conserto de embarcações, não aparecem na lista de patriotas, posto que a menor doação em dinheiro a merecer registro foi de 9$000. Aqueles que doaram menores quantias, como as coletadas pelo dito Barboza, foram realizadas por pessoas do povo – provavelmente pescadores, pequenos proprietários ou trabalhadores pobres –, mas que posicionaram-se a favor da independência, o que não lhes bastou para serem elencados como patriotas.

O trecho final da Lista Patriótica de Camamu é ilustrativo: "Todos os mais indivíduos desta Villa e Seo Termo se prestarão na defeza da mencionada Cauza estando prontos a qualquer Rebate".[173] No entanto, só aparecem na lista dos Patriotas, proprietários, fazendeiros, pessoas capazes de doar, no mínimo, 10$000, ou dispor seu tempo em prol da "Cauza", o que dificilmente seria conseguido, por exemplo, por um lavrador de mandioca que cultivasse seu quinhão sozinho com sua família. A população pobre, não importando os serviços que havia prestado em favor da independência, foi, portanto, afastada da possibilidade de ser patriota. Em Camamu, ser patriota tinha preço...

Já na lista de Viçosa, ao invés de citar nomes, a "comissão", preferiu definir quem eram os patriotas:

> "informamos que durante o choque dos inimigos e opressores da Independência Brasileira, todos os chefes dos Governos Militares, Civis e Eclesiásticos desta dita Vila não só empenharão particulares providencias em defesa da Justa Causa, como também sacrificarão seus peitos armados em repetidas ocasiões de desconfiança de invasão dos cruéis insurgentes, acompanhados do Povo quase geral, que formaliza esta mencionada Vila dando todos visíveis demonstrações de verdadeira coragem, e Patriotismo."[174]

Os "Patriotas" eram uma coisa, o "Povo quase geral", que o acompanhara, outra. Esta diferença foi identificada pelos próprios representantes do Conselho Interino de Governo, que perceberam a necessidade de imbuir o povo do seu próprio patriotismo. As camadas populares deveriam ser patriotas, sim, mas ao modo do Conselho Interino. Foi assim que o dito Conselho sugeriu ao Capitão mor da Vila de Maragogipe, em 17 de setembro de 1822, que fizesse:

> "uma subscrição de serventes, escravos, ou livres, e Oficiais mecânicos, os quais se comprometam a servir gratuitamente nos diversos mesteres da Caixa Militar (...) por esta forma se vem a diminuir os gastos públicos, e ao mesmo tempo aguçar o patriotismo em todas as classes fazendo-os

[173] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.
[174] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

> concorrer para a causa da Regeneração da Pátria, que é geral não se fazendo preciso bulir nos dinheiros públicos que só devem servir nos últimos lances de cainheza, e penúria."[175]

Patriotas, os voluntários de "todas as classes" deveriam prestar serviços gratuitamente à Causa, imbuídos desta identidade coletiva nacional que ora se formava. No discurso que o Conselho Interino formulava, havia a clara identificação deste sentimento "nacional" com os interesses das elites: a manutenção da guerra sem abalar a ordem social. Daí a aproximação que fizeram, e está explícita no trecho acima, entre patriotismo, voluntarismo e ordem. Toda ação de obediência era, para o Conselho, uma atitude patriótica. O que não quer dizer que soldados e populares, oriundos das classes subalternas ausentes da roda política a que pertencia o Conselho Interino, não interpretassem e praticassem, à sua maneira, o sentimento nacional-patriótico durante a guerra, muitas vezes à revelia do tal Conselho.

Assim aconteceu com o Cabo de Polícia do Arraial da Purificação, Joaquim de Souza, ao realizar a prisão do europeu Antonio Magalhães de Aquino Machado. Mesmo tendo este lhe apresentado um passaporte expedido pelo Conselho Interino – necessário ao trânsito dos europeus e, em especial, os portugueses na parte "brasileira" da Província, disse o Cabo "que não lhe importava disso". O fato torna-se mais intrigante a partir da intervenção do Vigário Francisco José de Miranda, Deputado pela Vila de Água Fria, que presenciou o acontecido.

> "[O Deputado] mandara por uns homens que o acompanhavam prender, a ordem do mesmo Conselho, aquele desobediente Cabo; a cuja prisão se opusera o Padre Antonio Homem com outros que tinha junto a si, proferindo ambos, nessa ocasião alterados, a ofensivas vozes, e posto que já prezo aquele Cabo, receando com tudo o Representante algum funesto acontecimento determinou se apartassem até dar conta a este Conselho a quem pedia as necessárias providencias" [176]

A decisão do Conselho não poderia ser outra:

> "Em conseqüência, pois, do expedido, ordena o Conselho Interino de Governo, que, procedendo Vossa Mercê [o Juiz de Fora "pela Ley" da Vila da Cachoeira] as precisas averiguações, castigue nos termos da Ley ao Cabo de Policia de que se trata"[177]

Apesar da sugestão de que o Juiz de Paz procedesse "averiguações", o veredito já estava dado, posto o imperativo subseqüente: "castigue"! O portador do passaporte era, para o Conselho um "amigo da Causa", senão não teria em mãos tal documento, o que o levaria à sorte de muitos lusitanos, considerados inimigos, durante a guerra: prisão,

[175] APEB. Seção Colonial-Provincial maço 1618, fl. 7.
[176] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 1618, fl. 83v.

transferência para outras províncias onde oferecessem menos perigoso, e mesmo o confisco de seus bens para o sustento da guerra. O português Antonio, em sua posição, pesou mais frente ao Conselho que o brio antilusitano do Cabo Joaquim, cujo patriotismo não estava eqüalizado com as intenções daquele órgão.

O Cabo não reconheceu o passaporte como documento válido, pois não o levou em consideração no momento do atrito entre ele e o português Antonio. O caso representou mais que um mero desconhecimento dos procedimentos "técnicos" sobre o trânsito de portugueses de nascimento pela província. A desautorização do documento e a interferência do Deputado e de todos que o apoiaram ou foram contra a prisão do Cabo Joaquim indicam a falta de unanimidade em torno do Conselho, principalmente quanto às decisões que dissessem respeito à interpretação do que fosse patriotismo. O Cabo, seus seguidores e defensores, ao não reconhecerem legitimidade nos atos das autoridades instituídas, demonstraram que não compartilhavam com o Conselho e seus representantes de um mesmo patriotismo, e não aceitaram que lhes dissessem o que era ser patriota.

O patriotismo popular diferia do patriotismo de elite e em diversos momentos estes dois matizes se chocaram durante o período da guerra. As atitudes populares antilusitanas (e que depois da guerra se desdobrariam em movimentos de mata-marotos, pelo menos até o começo da década de 1830) tiveram, em 1822-23, um caráter de desforra e foi além dos alvos diretos, como no caso que ora analisamos. Dirigiu-se também ao Conselho Interino de Governo, através da desautorização das suas ações. O patriotismo popular estabeleceu, durante a guerra de independência na Bahia, um conflito de classe, ao qual os membros do Conselho e os comandantes do Exército Libertador estiveram atentos e agiram no intuito de anulá-lo.

A preocupação do Conselho Interino com arroubos de nacionalismo popular levou os seus membros a formularem uma proposta política de "educação patriótica" para a nação. Era necessário que as camadas populares se imbuíssem e compartilhassem do patriotismo de elite, mas sem exageros, para que esta não fosse atrapalhada na sua caminhada em direção à independência moderada que tanto planejaram. Tal proposta estabelecia princípios simbólicos, como a utilização massiva da imagem do Imperador D Pedro I[178], mas também aspectos práticos para a construção do sentimento patriótico que as

[177] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 1618, fl. 83v.
[178] Luis Henrique Dias Tavares, em seu estudo sobre a "Revolta dos Periquitos", apesar de não explorar mais detidamente o fato, registra os diversos episódios em que, durante o conturbado ano de 1824, a figura do Imperador foi exibida em situações em que era necessário afirmar simbolicamente a unidade e o poder

elites desejavam que as camadas populares comungassem. As armas, usadas por elas ou contra elas, se encarregariam de ensinar-lhes a amar sua terra.

> "Nada importa tanto como cuidar da educação de jovens, que um dia devem fazer a grandeza, e opulência do Império, e por outro lado, cumpria extremar os que devem ser entregues ao honroso exercício das armas na crise de tanto risco, e perigo, como a em que nos colocou nossa boa fé mal jurada pela fratricida ambição de Portugal: por isso ordenou o Conselho que os Párocos dessem o alardo de seus fregueses meninos e rapazes de cinco a vinte e cinco anos, declarando seus empregos, e mesteres, se vadios, e perturbadores (...) Espera o Conselho que desta forma mui fácil se lhe torne o recrutamento forçado..."[179]

Se a utilização das armas por parte dos soldados não bastasse pra despertar-lhes o espírito patriótico, não haveria nenhum escrúpulo por parte das autoridades e comandantes em usá-las como força de coerção patriótica. Vimos há pouco o fato de que o trabalho voluntário e a prestação de serviços gratuitos foram indicados como sinais de patriotismo.

O fato novo no documento apresentado acima é a relação estabelecida entre alistamento-recrutamento e patriotismo. "Vadios e perturbadores" deveriam ser alvo do recrutamento forçado; aos outros, "que um dia devem fazer a grandeza e opulência do Império", provavelmente referindo-se o autor do documento a membros das elites, ou pelo menos aqueles homens livres "ajustados ao sistema",[180] a proposta de educação bastava. Para o Conselho Interino de Governo, estavam definidos os papéis que deveriam ser ocupados por jovens de elite, de um lado, e "vadios e perturbadores" – uma alusão explícita a elementos rebeldes oriundos das classes populares –, de outro, na nova nação.

A Nação que as elites baianas montavam apresentava-se, como Pai para as camadas subalternas. Castigar e usar a força contra seus filhos era uma prerrogativa sua, quando não fosse obedecido. Na visão das elites, a pátria significava, para si, uma condição de virtude afirmativa, de ocupação dos negócios que levariam o Brasil ao progresso e à riqueza. Uma visão de mundo bem ao modo de Amleto Ferreira-Dutton...

Para as demais classes, dentro dos planos políticos das elites para o novo regime imperial, a pátria deveria significar uma condição de obediência e resignação. Para pobres livres, libertos e escravos, restava não se rebelar, trabalhar, obedecer, não contestar... significava, enfim, submeter-se à continuidade de um sistema social opressor onde eram

---

imperiais. TAVARES, Luis H. Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBa; Campinas: Unesp Editora, 2003. Capítulo, O Levante dos Periquitos. p. ver ainda: LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas" *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, nº 9, pp. 173-206, 1995.

[179] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2, fl. 37.

[180] Este termo é utilizado por Carlos Guilherme Mota na tipologia que faz das formas de pensamento no seu já citado *A Idéia de Revolução no Brasil*.

parte prejudicada, e de um regime político excludente, onde o seu acesso aos canais de representação política continuariam controlados pelas elites representada pelos grandes proprietários. Restava-lhes o avesso da noção de cidadania baseada nos "ideais franceses" e perseguida por muitos dos participantes de movimentos radicais na Bahia a partir de 1798.

O patriotismo das elites não se estabeleceu de forma harmoniosa e nem foi aceito pelas camadas populares tranqüila e pacificamente. A ele se contrapôs um patriotismo popular, radical, antilusitano e mesmo antielitista, identificado e combatido pelas elites baianas via Conselho Interino de Governo, formulador do patriotismo oficial. A identidade coletiva de cunho nacional não se constituiria, na Bahia e durante a Guerra, a não ser sob tensões de identidade de classe.

3.2.2. O Trato das Lideranças Radicais

Um dos assuntos recorrentes nas correspondências entre autoridades e nos ofícios do Conselho Interino é a preocupação com algumas lideranças "radicais", ou ainda aqueles indivíduos que, destoando do discurso "patriótico" das autoridades, eram capazes de ameaçar a "ordem" e tranqüilidade da Província.

Neste sentido, o Conselho e os proprietários atacaram em duas frentes. Numa, algumas lideranças locais, geralmente militares de patentes intermediárias, os quais, provocando levantes nas tropas sob sua liderança, foram destituídos de seus cargos e presos; em outra, indivíduos ou grupos de indivíduos que disseminavam idéias consideradas perigosas para a estabilidade conservadora da província e que passaram a ter seus movimentos acompanhados pelas autoridades do dito Conselho.

As "lideranças" não necessariamente faziam parte de camadas mais pobres da sociedade. No entanto, para a aristocracia e as autoridades baianas, estes líderes eram potenciais estopins do descontentamento popular, como se possuíssem alguma capacidade de induzir a plebe, ou mesmo pelo exemplo de rebeldia, pudessem motivar as massas escravas, libertas e livres pobres, em direção à subversão. Fizeram questão de identificá-los e neutralizar suas possíveis ações. Queriam ter o caminho livre para a implementação da independência conservadora, no dizer de Morton[181], que tanto almejaram.

[181] MORTON. F. W. O. *op. cit.*

Em seu estudo sobre *A Idéia de Revolução no Brasil (1789- 1801)*, Carlos Guilherme Mota[182] discute as características do pensamento revolucionário no período imediatamente anterior à independência, chegando a propor uma "Tipologia do Pensamento Revolucionário". Dois elementos citados pelo autor merecem destaque. Em primeiro lugar, a afirmação de que "radicais" e "revolucionários" assim o são em seu contexto, fundamentalmente porque suas "idéias e comportamentos contrastavam agudamente com a mentalidade dominante, que até então *não* fora posta em dúvida de maneira expressiva".[183]

Outro destaque apresentado por Mota é que a posição política – ações e idéias dos que aqui chamamos de "lideranças" – é informada pela origem "social e racial"[184] dos mesmos. É sobre estes aspectos que estarei analisando dois casos de "lideranças radicais", observando em que medida distanciaram-se da linha política hegemônica que conduzia à ruptura conservadora e em que sentido seu alinhamento com o povo preocupou as autoridades locais e provinciais.

Entre os líderes locais, o caso que mais incomodou o Conselho Interino foi, certamente, o que envolveu o Alferes José Clarque Lobo, que se indispôs com as autoridades das Vilas do Recôncavo Sul e com um grupo de proprietários autodenominados "rudes lavradores". Uma série de correspondências endereçadas ao Conselho e as respostas deste traçam um quadro de instabilidade político-militar que durou desde os últimos três meses de 1822 a, pelo menos, janeiro de 1823. Várias pessoas tomaram partido, muitas delas constantes da Lista Patriótica de Camamu, se envolvendo de um ou de outro lado da contenda. Vamos aos fatos:

Em 26 de setembro de 1822, escreveram ao Conselho Interino de Governo, o Juiz Presidente Manoel A. Campello, os vereadores José Campello de Andrade e Jose Venâncio da Fonseca e o Procurador Antonio Felisberto Brum, pela Vila de Valença. Estavam preocupados com o andamento dos fatos ocorridos na região, principalmente com a situação de um proprietário, o Capitão de Milícias José Gonçalves Régis[185] que, apesar de europeu, segundo atestavam os autores da correspondência, não teria atentado contra a causa da independência.

---

[182] MOTA, Carlos Guilherme. *A Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Ática, 1996 (4ª edição).
[183] Idem, *Ibidem*. p. 60.
[184] Idem, *Ibidem*. p. 56-7.
[185] O nome de José Gonçalves Regis não aparece na lista de patriotas-proprietários de Camamu, assim como os autores da carta que agora cito, provavelmente por serem moradores de Valença.

Segundo eles, as tropas comandadas por Clarque Lobo, ao chegar em Camamu para ali aclamar D Pedro, nos moldes do que havia sido feito pelas Câmaras e "Povo" nas demais Vilas do Recôncavo, "se mostrou no decurso de sua Viagem, que era um bando de ladrões, atacando e roubando todas as Vilas e Povoações"[186]. Acusaram ainda, sendo corroborados por outros, posteriormente, que o dito Clarque promoveu uma espécie de justiçamento ou reparação antilusitana indistinta contra as propriedades de outros europeus, como podemos ver:

> "Este prezo [o capitão Regis] foi remetido a ferros em a maior ignorância para essa Vila, sem que sua prisão fosse talvez bem merecido, pois que não conto ter sido contra a Causa que felizmente adotamos: ele he aqui bem conduzido, o primeiro Proprietário que anualmente paga maior pensão de uma de suas Propriedades, foi o primeiro que formou em esta Vila em os diferentes Prédios, que edificou: he Europeu e por isso talvez se lhe acumulem [crimes] que não cometeu, sustenta e anima a Agricultura deste País, Suprindo anualmente em Seu cabedal aos Lavradores deste Continente"[187]

Clarque Lobo não demorou muito a apresentar sua defesa. Menos de uma semana depois, escreveu ele ao Conselho Interino de Governo uma correspondência em que contrapõe a idéia que faziam dele nos relatos anteriores citados. Contou, de maneira tranqüila, a diligência a Maraú em que fez prisioneiros alguns lusitanos, registrou a remessa, para os cofres do Conselho, de ouro encontrado – contrariando as acusações de que era um ladrão – e retrucou seus inimigos, dizendo-se apoiado pelo povo:

> "e levo ao conhecimento da V Exa por meio dessa proposição, qual seja e consista, que de mim faz este povo, que me olha como seu restaurador, e cada qual mais me afaga pelo bom modo com que me tenho portado; (...) O Senhor Alferes Antonio Francisco que estava destacado em Marahú, por eu lá prender dois homens da Sumaca com quem ele se comunicava (...), mandou pegar armas contra mim; mas a Tropa; sim pegou, porem foi para me defender, e postou-se a meo lado, gritando morra o maroto, que estava comprado, e as suas ações assim o davam a entender; por isso o mando com os presos..."[188]

Para os inimigos de Clarque Lobo, este apoio popular de que ele tanto se gabou não tem origem em seu carisma, liderança ou senso de justiça, mas na coerção que praticava contra a população. Numa correspondência de 21 de outubro de 1822, o Juiz Ordinário Marcelino Francisco de Mello narrou diversos acontecimentos envolvendo Clarque Lobo e suas ações de "déspota", como, por exemplo, disputa de poder entre o Alferes e o Juiz Ordinário, além de um episódio de apropriação de bens de portugueses pelas suas tropas. Para Mello, o suposto "poder" do dito Alferes-Coronel entre a população em geral tem origem em ações como a que transcrevo:

---

[186] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 633-3.
[187] Idem.

> "Também tendo notícia O povo que se havia feito a nominata de Coronel de Milícias para esta Vila na pessoa do dito Alferes José Clarque Lobo; querendo o dito povo impugnar esta ação do que ele teve noticia no dia de anos de S A R, dia em que assim se queria praticar mandou logo aprontar força de gente e uma peça que se acha Carregada de metralha, e a fez conduzir pela rua abaixo e o mandou por na porta da matriz desta Vila, onde se achava todo o povo, e logo com o [ilegível] aceso para fazer fogo ao povo se este declarasse que o não queria por coronel de Milícia, ficando por isso frustado o que intentava o povo"[189]

As acusações não paravam por ai. Ingerência, usurpação e despotismo colocaram Clarque Lobo contra dois principais alvos: os portugueses e as autoridades instituídas da Vila de Camamu – muitos deles relacionados nas listas de patriotismo – como revela-nos o trecho que segue:

> "Ancorado na Barra grande um Bergantim, e depois vindo para a boca do rio desta Vila e saltando o Capitam dele na mesma; lhe ordenou o Juiz Ordinário o acompanhasse te a bordo da sua Embarcação por quanto ele por obrigação de seu Cargo, queria ir proceder a exame, revista, e vistoria, a fim de vir no conhecimento da Equipagem e Carga que trazia, e que logo não praticou pelo dito Alferes Clarque, se opor dizendo que o Juiz não tinha jurisdição alguma, chamando ao mesmo Capitão da dita embarcação, lhe disse que não obedecesse ao dito Juiz por quanto o Governo de toda esta Vila existia nele Clarque, chegando a tal excesso que te alegava a si obrigar a pagar dividas, e seus devedores não tinham logo dinheiro os mandava meter no tronco, e deste não saía sem que primeiro pagassem. As fazendas de vários Europeus que se achavam ausentes que foram apreendidas pelo dito Alferes foram por este vendida a maior parte delas, e alguns restantes retomadas."[190]

A posição das autoridades de Camamu, em sua maioria proprietários, não poderia ser outra diante da imagem que construíram frente aos membros do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia: "Finalmente Ilmo. Sr. a este Alferes o consideramos um Lobo devorador que por isso estávamos como temidas Ovelhas com as mãos atadas sem nos saber resolver por sermos rústicos lavradores, e sem quem nos aconselhasse a benefício do povo oprimido."[191]

José Clarque Lobo acabou sendo preso em princípios de novembro, mas o seu processo de prisão provavelmente não foi tranqüilo. Com razão em suas explicações ou não, o fato é que se encontrava preso o Alferes rebelde já em novembro e assim continuou até pelo menos o final do mês de janeiro, pois, no dia 31 daquele mês, o Conselho Interino encaminhou oficio determinando sua transferência da cadeia de Camamu para o Quartel General, em Cachoeira.[192]

---

[188] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 633-3.
[189] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 633-3.
[190] Idem.
[191] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 633-3.
[192] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 636-1, fl. 55.

Todavia, a paz não estava garantida em Camamu: outra liderança, o "capitão mandante" João Tavares de Mello, substituiu Clarque Lobo como fonte de preocupações para as autoridades de Camamu. Na mesma correspondência em que comunicou a prisão de Clarque Lobo, Antonio José de Mello contou:

> "estando este [Raimundo Monteiro de Mattos, Capitão de uma das Companhias, nomeado por Antonio José de Mello] cumprindo exatamente o seu dever, he esbulhado dele por João Tavares de Mello, que acompanhou aos ditos Inspetores até o Rio das Contas, apelidando-se Capitão mandante, não tendo em parte alguma do mundo nomeação, apenas não passa de Paisano, tendo só nesta Vila, o nascimento; e habitação na nova Boipeba, para onde uma de volta, cujo absurdo mostra o Oficio Nº 2º, e estranhando-lhe eu o procedimento de arrogar a sê direito, que lhe não competia, não só não cedeu do seu anárquico procedimento; que assim o devo chamar por ter lançado mão de todo o Armamento, que se achava em poder de Marcolino Gomes da Silveira, Membro de uma Comissão que aqui foi criada por aqueles Inspetores, mas também repartiu pelo Povo, argüindo-me de facioso e inconfidente, como mostra o Oficio Nº 3º para assim poder colocar o seu despotismo. Temo prendê-lo por não haver algum levante entre Povo, em que estão todos os parentes deste rebelde Revolucionário, e outras muitas da mesma facão formando dois partidos, deixando livre a VV. Excelências o conhecimento, e punição deste absurdo sendo prestes no pronto remédio a tão grandes males, para exemplo dos tumultuosos"[193]

A gravidade da situação de desobediência e não reconhecimento por parte de Tavares de Mello da autoridade do Capitão nomeado torna-se maior na medida em que este tomou as armas sob a guarda do Juiz Ordinário Marcelino Gomes da Silveira e distribuiu entre pessoas do "Povo", chegando o mesmo a afirmar que temia reprimi-lo pelo medo de oposição popular.

Os documentos não esclarecem se havia ligação, ou de que tipo ela era, entre Clarque Lobo e Tavares de Mello. Também não conseguimos registros posteriores sobre o destino do último, mas parece patente que deve ter sido perseguido nos meses subseqüentes, tanto quanto tinha sido o seu antecessor. De fato, representava um problema concreto para as autoridades e os proprietários e o seu plano de "manter a ordem" e o Conselho Interino, comprometido com este objetivo, soube que "partido" tomar. Isto porque homens como Clarque Lobo e Tavares de Mello desafiavam a ordem instituída, criavam inquietações entre os menos abastados e despossuídos, mas, principalmente, se aproximavam perigosamente destes que não podiam, aos olhos dos poderosos, ser acordados: o povo.

Quanto aos líderes radicais que disseminavam a "anarchia" entre as tropas e a população civil do Recôncavo, estes foram alvo de uma espécie de vigilância político-ideológica pelo Conselho Interino de Governo. Alguns, já conhecidos militantes radicais, obtiveram uma atenção especial das autoridades num momento delicado como era o caso

de 1822-1823. Um dos alvos do Conselho foi ninguém menos que o Cirurgião Sabino Vieira, que viria a ser o principal líder da revolta federalista de 1837-1838, a "Sabinada". Sobre ele, Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque escreveu:

> "Consta-me partiram para esta Vila o Tenente Coronel [ilegível], e o Cirurgião Mor Sabino, que nos lugares para onde Transitaram, desacreditaram fortemente o General, pessoas nossas Amigas notarão que, os ditos sujeitos queriam adquirir partido, isto é mui perigoso e precisa Vossas Excelências somarem em consideração estes indivíduos, que já foram causa de estorvo da expedição do Reino."[194]

Sabino não tinha em 1823 o conturbado currículo político que acumularia na próxima década e meia, até chefiar o movimento que levaria seu nome – a Sabinada. No entanto, já se apresentara como um dos "radicais" durante as movimentações no conturbado período imediatamente anterior ao conflito, em 1821-22, quando se opôs à posse de Madeira em fevereiro de 1822.

Segundo Paulo César Souza, a biblioteca de Sabino Vieira era digna de atenção pela vasta lista de livros encontrados. Obras importantes, de autores avançados mesmo para 1838, ano do processo que sofreu. Entre os autores que lia, encontram-se Tocqueville, Rousseau e Voltaire, leitura considerada subversiva para a época. Possuíam até certa condição e, apesar de mulato, havia se formado como cirurgião em 1817. Ainda segundo Souza, em finais da década de 1820, Sabino pleiteou a vaga de cirurgião-mor do Hospital Militar, o que lhe foi negado sob a justificativa de que seria ele um homem de "espírito exaltado".[195]

As autoridades instituídas, que tiveram Sabino em suas próprias fileiras durante os conflitos de 1822-23, levaram em consideração para tal julgamento as atividades políticas de Sabino entre as tropas e a população em geral durante a guerra. Ele não era, passada a tensão dos conflitos, um aliado para as elites, e, mesmo nos momentos do conflito pela independência, só o fora com enormes ressalvas.

A preocupação das elites com as lideranças radicais não foi exclusividade do processo de Independência na Bahia. Estava em conformidade com a linha política conservadora implementada desde o Rio de Janeiro. Um "alerta geral" foi dado em alguns momentos, sendo o mais incisivo o constante na Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, datado de 11 de novembro de 1822. Esta portaria foi repassada pelo

---

[193] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 638-2.
[194] APEB. Seção Colonial e Provincial. Maço 633. Doc. 3.
[195] SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. A biografia de Sabino encontra-se entre as páginas 41 e 47

Conselho Interino de Governo da Bahia para muitas, senão todas as vilas da província.[196] O objetivo principal da portaria era:

> "vigiar e descobrir com todo o esmero e autoridade quaisquer ramificações do Infernal Partido dos demagogos e anarquistas que se empenham sobre as Ruínas do dia 30 de 8bro do mesmo ano da oculta Ambroza facção daqueles furiosos demagogos contra quem se estava Devassando [tão] dificilmente na Corte e Império."[197]

Na verdade, em sua origem, a portaria tem como Infernal Partido, aqueles identificados como portugueses, ou mesmo portugueses contrários à "Sancta Cauza". Foi assim que uma das Câmaras, m documento já citado, ao cumprir os objetivos de tal portaria, estabeleceu que:

> "Por cumprimento e execução da mesma Portaria e Acordamos em Câmara do dia 12 de M(ar)co corrente, e o mesmo do seu recebimento se procedesse na Devassa que determinava a mesma portaria pelos fins nela exarados; por bem da qual feitas as diligências recomendadas foram presos por serem compreendidos na prova de Testemunhas, o Capitão Joaquim Simões da Silva Manoel dos Santos Ribeiro, e Fernando du (Bois) de Castro, e o não foram sendo tão bem compreendido, o Capitão Manoel Ferreira Res, Antonio Furtado de Mendonça e João Norberto Soares por já se acharem presos por Ordem de VV Exas, e nem Joaquim Jose Moreira por haver antes de ausentado, e feitas as diligências para ser prezo não se pode descobrir o seu destino, todos estes filhos da Europa, e moradores nesta vila e seu termo, foram apreendidos, e seqüestrados os bens dos que a tinham na forma de terminada no Decreto de 11 de Dezembro de 1822, passado, por entender-mos serem estes, estes os súbditos de Portugal incursões na perfídia contra nossa Sancta Cauza do Brazil e do Império"[198]

O documento, tendo origem nas preocupações próprias dos acontecimentos no Rio de Janeiro, identificava como alvo imediato de vigília os elementos que se indispusessem contra a "Santa Cauza" – a Independência. No entanto, na Bahia, o Conselho Interino usou de diligências e repressão não apenas contra os portugueses, mas também, e, talvez, fundamentalmente, contra os potenciais líderes de "desordens e anarchias".

Seja nos casos como Clarque ou em outros como Sabino, o fato é que houve, indubitavelmente, uma preocupação das autoridades no comando da guerra, dos negócios e da administração da província. A isto se seguiram ações as mais diversas, no intuito de identificar e isolar possíveis líderes radicais. Para o Conselho, estes líderes não necessariamente precisariam ser formuladores e divulgadores de idéias políticas ou de propostas alternativas de governo, como parece ter sido o caso de Sabino. Bastava-lhes que

---

[196] Sobre a Independência nas vilas do interior da Bahia, mais especificamente no alto sertão, ver o recente estudo de Argemiro Ribeiro de Souza Filho: *A Guerra de Independência na Bahia: Manifestações Políticas e Violência na Formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)* Salvador: UFBa. (dissertação de Mestrado), 2003. Neste trabalho, Souza Filho discute a intensa disputa política entre "portugueses e *homens da terra*" no contexto da independência, naquela parte da província.
[197] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-7.
[198] Idem.

fossem "anarchicos", ou seja, divergissem e contestassem as autoridades instituídas, se envolvendo em episódios de rebeldia para que passassem a ser monitorados e perseguidos politicamente pelos atentos e preocupados membros das elites baianas.[199]

Apesar de todo o cuidado dispensado em relação a tais elementos no momento da guerra, a repressão não pôde ser de todo competente. Os líderes radicais, mesmo não tendo conseguido mudar decisivamente os rumos da construção do Estado independente em direção aos seus interesses, puderam aparecer, aqui e ali, forçando o Conselho Interino de Governo e as altas patentes do Exército Libetador a uma constante atenção com seus movimentos. Outrossim, alguns desses líderes puderam fazer carreira política posterior à guerra, não tendo sido anulados nestes episódios de 1822 e 1823. Sabino é a testemunha histórica da ineficácia, ao menos parcial, desta política.

3.3. O Conselho e o General: o Debate sobre o recrutamento de escravos

A guerra estabelecida obrigou os baianos à organização não só de uma instituição política capaz de acolher as vilas da antiga capitania que não estavam interessadas no processo recolonizador, mas também, e principalmente, a organização de um exército capaz de combater as tropas portuguesas estabelecidas em Salvador, mas que prontamente tentariam alargar seus domínios militares ao Recôncavo.

Primeiramente, foram formados no Recôncavo os chamados Batalhões Patrióticos. Utilizando as tropas milicianas e de linha já estabelecidas nas vilas da região e, somando-se a este contingente, os militares que se tinham retirado da Capital a partir de fevereiro de 1822 e outros "voluntários", sob o comando e liderança de grandes proprietários.

Além disso, muitas batalhas nesta primeira fase da luta tiveram a participação decisiva da população civil, mobilizando-se de diversas formas, com doações ou trabalho voluntário de apoio ao Exército Libertador, ou pegando mesmo em armas, como no caso da tentativa lusitana de tomar a Ilha de Itaparica em julho de 1822, quando "a gente da Ilha acudiu aos defensores, trazendo-lhes munições à proporção que elas se iam esgotando".[200]

---

[199] COELHO, Hilton Barros. *'Authoridades' e 'Anarchistas' no Império da Desordem: Conflitos e Reconfigurações do Poder Dominante na Bahia da Guerra à Consolidação da Independência*. Salvador: UFBa. (dissertação de Mestrado), 2004.
[200] AMARAL, Braz do. *Op. Cit.* p.240.

Durante esta fase, o recém-formado Exército estava subordinado diretamente ao Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, com sede em Cachoeira. Apesar de naturais vacilos pela falta de experiência de guerra, principalmente de suas lideranças, em afins de agosto já sitiava as tropas portuguesas em Salvador com razoável eficácia. Suas ações, no geral, respondiam às necessidades e decisões do Conselho, agindo de forma subordinada a este. Esta condição durou até fins de outubro, com a chegada à Bahia do General Pierre (ou Pedro) Labatut. Militar de carreira francês, depois naturalizado brasileiro, Labatut foi uma peça importante na "costura" política que iria reunir a Bahia ao Império brasileiro.

Antes de chegar à Bahia, o General Labatut arregimentou tropas pernambucanas, destituiu a administração da vila de Penedo e o Governo de Sergipe, fortalecendo as posições pró D. Pedro I nas antigas capitanias do norte brasileiro e a sua retaguarda na guerra que vinha fazer contra os portugueses na Bahia. A sua escolha para comandante-em-chefe do Exército Libertador havia sido feita em prejuízo do nome do General Alves Branco. Segundo Tavares, as causas da escolha não respondiam apenas à competência militar de um ou de outro, mas, também, a interesses políticos:

> "No aspecto das ligações com os chefes locais, a tática de José Bonifácio [em escolher Labatut] repelia a indicação de militar que alcançasse a Bahia comprometido com aqueles orgulhosos senhores-de-engenho, escravos e terras. Ao contrário, precisava de militar que só conhecesse o poder do príncipe."[201]

Labatut "trazia recomendações especiais do Ministro José Bonifácio para afirmar a autoridade do governo de D. Pedro".[202] Desta forma, devem ser entendidas as atitudes firmes do General, que, ao chegar à Bahia, eximiu-se de apresentar-se ao Conselho Interino, ou mesmo qualquer documento que comprovasse sua missão. Assim, "o severo autoritarismo do General correspondia também à postura do governo a que servia e às instruções que tinha de só reconhecer e obedecer ao governo de D. Pedro – e de afirmá-lo sempre como o único Poder Executivo para todo o Brasil".[203]

Em declarações às tropas, o General chegou a prometer punições de morte para aqueles que desertassem ou se amotinassem, o que não impediu que as duas coisas acontecessem com certa regularidade durante a guerra[204]. Sem dúvida, Labatut agiu de

[201] TAVARES, Luis H. D. *A Independência do Brasil na Bahia*. p. 115.
[202] Idem, Ibidem. p. 118.
[203] Idem, Ibidem. p. 119.
[204] "Soldados do Exército Pacificador! O vosso General em chefe vai lembrar-vos as Leis que impoem pena de morte aos que desgraçadamente incorrem nellas. Escutai com attenção! Todo soldado, que estando em

maneira decisiva para que as tropas reunidas sob o comando do Conselho Interino tomassem forma de Exército, o que não foi suficiente para que ele ganhasse a confiança e a aprovação das lideranças locais, representadas no Conselho. Ao contrário, a relação entre este e o General Labatut sempre foi de tensões e acusações mútuas.

No intuito de persuadir o Imperador da necessidade de demitir o General Labatut, o Conselho Interino chegou a compará-lo ao maior dos inimigos baianos, o General Madeira de Melo[205]. Em muitos momentos, a argumentação de que o General não era um brasileiro pesou contra o seu cargo de comandante: "Excelentíssimo Senhor, é um brasileiro quem deve salvar a Bahia, não um Estrangeiro sem Pátria, sem outro laço social que não o interesse".[206]

Uma afirmação como esta contém, de forma explícita, uma crítica à condição de mercenário do oficial contratado, o General Labatut. Os membros do Conselho Interino não pouparam nem mesmo o irretocável currículo do seu desafeto. Também a competência do General foi posta em dúvida pelos membros do Conselho, ao acusá-lo posto "que não cuida de atacar o inimigo, e sim de atacar o governo, e a tranqüilidade da Província."[207] e de demorar a proceder o ataque final a Salvador.

Constituiu-se prontamente uma disputa de poder entre Labatut e o Conselho Interino, que pretendeu limitar as ações do general como "chefe tão somente do Exército Pacificador", não o podendo "considerar Governador das Armas da Província".[208] Acusado de exercer "despotismos", Labatut mereceu a reprovação do Conselho que, em carta ao então Ministro José Bonifácio, acusou-o por estar, dentre outras coisas,

> "arcabuzando, sem nenhuma forma de processo, e somente ao seu arbítrio, a alguns paisanos: não esquecendo a barbaridade com que mandou de mesmo modo metralhar aos cinqüenta e um pretos, depois de presos (...) ação que tanto mais horroriza se torna, quanto é contraditória com a organização de um Brazil (...) de negros cativos, crioulos, e africanos, que o general tem formado, e está disciplinando, com a mais crassa impolítica, em notório dano a esta Província..."[209]

A crítica à morte dos negros cativos pelo General não constituía, para os proprietários e seus representantes, em uma questão humanitária, mas sim de arrumação e

---

campanha desertar do posto – será arcabuzado! Aquelle que for cabeça de motim, e levantar vozes atterradôras, e dominantes – será arcabuzado..." (...) *apud* TAVARES. *op.* cit. p. 121. Veremos com maior aprofundamento a questão das deserções e motins no Capítulo IV.

[205] "... dois homens desgraçadamente estão empenhados em sucumbir a Província, em arrastar para ela os danos, e calamidades, lembradas, e projetadas pelo inimigo comum o general Madeira, outro o general Labatut" APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2 fl. 39.

[206] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2.

[207] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2

[208] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2, fl. 36v.

organização das atividades econômicas levadas a cabo pela mão-de-obra escrava e, portanto, uma preocupação com a sua própria renda e sustento, extraída de trabalho cativo. A guerra que queriam os grandes proprietários baianos deveria, além de expulsar os portugueses da cidade de Salvador, garantir as bases materiais e políticas de continuidade de seus privilégios sociais.

Apesar do aparente sentimento de indignação que o fato tenha gerado entre os proprietários de escravos e, principalmente, do temor de que a morte sistemática de escravos pudesse desestruturar a principal força produtiva da Província, não foram as mortes dos escravos a sua maior preocupação em relação aos mandos e desmandos do polêmico general. Frente a isso, outro fato chamou mais a atenção das elites baianas: a possibilidade da utilização de escravos nas fileiras do Exército assustou verdadeiramente tais elites naquele momento. Labatut correspondeu-se com o Conselho Interino em 3 de abril de 1823 propondo "uma voluntária prestação de escravos para formar Corpos de primeira Linha, visto que estes indivíduos se tornam bons Soldados conseguindo a liberdade, como me convenço experimentalmente com a conduta dos Libertos do Imperador que disciplinei e instruí."[210]

Os grandes proprietários não consideraram nem um pouco interessante tal proposta. Ao contrário, prontamente fizeram oposição a ela e demonstraram isso em diversas correspondências que dirigiram ao Conselho Interino, e os ofícios que este encaminhou ao Ministro José Bonifácio. Queixava-se o dito Conselho de Labatut:

> "pelo alarme que tem derramado entre os Senhores de escravos por causa de estar organizando um Batalhão de escravos até Africanos pertencentes aos Europeus, chamando a este Batalhão de Libertos da Pátria, por causa de ter dado razão de que corresse a voz de que o escravo que se apresentasse para assentar praça ficava livre, por causa finalmente de haver com tal impolítico Plano promovido a fugida de muitos escravos do poder de seus senhores para os matos."[211]

A libertação de escravos para a sua incorporação às fileiras do Exército aparecia para as elites como uma ameaça não só de desorganização produtiva, principalmente das atividades agro-exportadoras – as que mais dependiam de braços escravos – mas, fundamentalmente, de desarrumação e até subversão da ordem social, onde se encontravam em situação de superioridade. Segundo Kraay, "para o Conselho Interino, a iniciativa de

[209] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2.
[210] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 1071 (cópia).
[211] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2.

Labatut era profundamente preocupante, não só por causa da ameaça de recrutamento de escravos ao direito de propriedade, mas também porque tocou a questão racial".[212]

Manter escravos, os ex-escravos e os livres de cor longe das armas e organização militar do nascente exército, mesmo que isso sinalizasse em curto prazo numa maior dificuldade nos combates com os portugueses, era, para tais elites, a garantia, ao menos para aqueles momentos de guerra, da manutenção da ordem.[213]

A "ordem" que defendiam os membros do Conselho Interino de Governo parecia não ser a mesma que buscava garantir Labatut. Assim, quando o General, já em finais de maio de 1823 – pouco mais de um mês antes do fim da guerra – alegava que "alguns oficiais de cabeças esquentadas fazem alguns motins, e aliciam soldados à revolta",[214] quis fazer marchar contra as tropas da Coluna do Leste para prender o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, os seus subalternos imediatos conferenciaram e decidiram pela inversão dos mandos, pela destituição e prisão de Labatut.

A guerra terminaria, como quiseram os grandes proprietários do Recôncavo baiano, com um brasileiro ao comando do Exército Libertador que adentrou a cidade do Salvador, aos Dois de Julho de 1823. Alguém bastante afinado com seus interesses – o Coronel Lima e Silva[215] – comandaria a libertação da Bahia. Este ato de "rebeldia" logo foi anuído pelo Conselho Interino, que há muito vinha tendo uma série de diferenças com o General Pedro Labatut. No entanto, este ato de rebeldia não significou, em hipótese alguma, rompimento com o Governo Central no Rio de Janeiro. A "opção conservadora" dos grandes proprietários baianos passava pela união com o Império de D Pedro I.

Assim, o Conselho oficiou já a 28 de maio, explicando sua atitude, e o próprio presidente do Conselho Interino, em relatório sobre o andamento da guerra, tratou de esclarecer ao imperador da necessidade de tal atitude[216]. No *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo*, escrito em 25 de junho de 1823, Miguel Calmon du Pin e Almeida reconheceu a importância da figura do General Labatut para a manutenção da ordem na Província, afirmando:

---

[212] KRAAY. Hendrik. "Em outra coisa..." *Op. cit.* p. 113.
[213] "e tudo quanto disser respeito a Europeus, pretos (...) e rapinas, e os escravos forem totalmente desarmados, e os forros desta classe, remetidos as Vilas sem exceção para servirem ao pé das Autoridades..." APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-7.
[214] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2.
[215] Uma breve nota biográfica sobre o Coronel Lima e Silva encontra-se em OLIVEIRA, Waldir Freitas de. O Coronel Lima e Silva e a Independência da Bahia. *Neon*, Salvador: Editora PAS, ano 1, nº 9, p. 20-1, setembro de 1999.
[216] APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-2. fl. 48v.

> "A glória de conter a licença das nossas tropas (digamo-lo assim por amor da verdade) estava reservada para o General Labatut; não porque sábio e prudente ele tomasse para isso uma única medida; mas porque o nome, e só o nome de um General, enviado para a salvação da Bahia pelo Nosso Adorado DEFENSOR, era (...) Talismã para chamar à ordem espíritos alienados"[217]

No entanto, no próprio Relatório, Almeida acusou-o de ser titular de "conduta desarrazoada, e ditatorial", alegando: "Motivos, motivos fortes, ainda não de todo perscrutados, nem por todos conhecidos, deram lugar à prisão de Labatut". O General, depois de preso, foi encaminhado a Maragogipe, e ali ficou até ser enviado para o Rio de Janeiro, onde foi julgado e absolvido pelo Conselho de Guerra.[218]

Neste caminho tortuoso da guerra, os grandes proprietários baianos tentaram, ao tempo em que pretendiam a desocupação da Bahia pelas forças portuguesas recolonizadoras, manter a ordem social ou a chamada "paz civil", conservando-a em seu secular proveito, com o arsenal político que lhes era disponível, mas também com a utilização da força, quando necessário. Finda a guerra, teriam que restabelecer a fronteira entre "soldado" e "escravo", além de expurgar das tropas um contingente de cor superdimensionado com os voluntários pretos e pardos, do que o episódio dos "Periquitos" foi a materialização, como sentenciou Kraay.[219]

Foi assim que reagiram, em uníssono, contra a proposta do General Labatut de utilizar escravos libertados nas tropas do Exército Libertador, chegando ao ponto de destituir e prender o general desafeto. Tiveram êxito definitivo no primeiro dos objetivos, mas a segunda vitória precisou ser reafirmada em vários outros episódios, ao longo da primeira metade do século XIX. Agiu aí, como sempre, na direção da desarticulação das classes sociais menos prestigiadas. Um exército negro-mestiço, armado e organizado, não poderia, de forma alguma, servir a seus propósitos.

* * *

Os grandes proprietários baianos, representados no Conselho Interino de Governo da Província e ocupando algumas das mais altas patentes do Exército Libertador, perceberam, no calor da guerra, que precisavam combater, além das tropas portuguesas que

---

[217] ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia:*. Salvador: Typographia Nacional, 1823 p.5
[218] AMARAL, Braz H. do. *História da Independência da Bahia*. p. 376-8.
[219] KRAAY. Hendrik. *op. cit.*

ocupavam Salvador, as camadas populares e sua movimentação política de contestação e desobediência para com os interesses e projetos que aqueles conduziam.

Articularam-se em torno de um projeto de independência conservadora que garantisse-lhes a continuidade das bases de seu poder e de uma sociedade escravista altamente hierarquizada, o que significava afinar-se com a política imperial costurada pelas elites das províncias do Sul. Esta "aliança" deveria garantir, não só a expulsão dos portugueses da cidade da Bahia, mas, também e fundamentalmente, a "manutenção da ordem".

Assim, as elites tiveram no povo um inimigo interno. Tiveram como problemas as insubordinações, civis e militares, das camadas livres e libertas pobres, além de escravos e populações indígenas. Este contingente popular, herdeiro de uma tradição rebelde, produziu, durante a guerra, espaços de atuação política onde pôde, se não construir uma independência radical, democrática e popular, ao menos demonstrar sua insatisfação com a manutenção dos privilégios de classe que não compartilhavam. É o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

> "O povo brasileiro não deve nada a ninguém. (...) esta guerra civil continuará até que cesse de existir um país em que em vez de governantes tem donos, em vez de povo tem escravos (...) [O povo] também tem seus heróis, que vocês não conhecem, os verdadeiros heróis, porque heróis da vida, enquanto os seus são heróis da morte."[220]

No dia 24 de outubro de 1822, o Capitão Manuel Pedro Ribeiro finalmente conseguiu concluir e enviar ao Tenente Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque um relatório das batalhas que ocupavam a ele e às tropas do Exército Libertador nas cercanias da Cidade da Bahia. Tinha começado a escrevê-lo três vezes, mas o calor das batalhas o havia impedido de concluir. Enviou-o ao chefe do Exército Libertador – que, antes da chegada do General Labatut, a 26 de outubro, ainda era o Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque –, junto ao relato que o Tenente Graduado e Comandante Manoel Alves do Nascimento fez, complementando o Capitão, das batalhas seguintes às narradas por Ribeiro. Os relatórios são ricos em detalhes e descrevem, na ótica de dois comandantes do Exército Libertador, as manobras e ações realizadas tanto pelas suas tropas como pelo exército inimigo entre os dias 20 e 23 de outubro de 1822.

O capitão registra, em viva narrativa, a tentativa dos portugueses de desembarcar em Plataforma e do firme fogo ocorrido de parte a parte, de batalhas no litoral da Baía de Todos os Santos e de idas e vindas das tropas do Exército Libertador a partir de Cabrito e Pirajá, no cerco à cidade. Relata a firme liderança que alguns oficiais apresentavam, mas também explicita a dificuldade que as tropas viviam com as baixas e as péssimas condições de saúde. Sobre este assunto, afirmou: "Estamos muito mal de Cirurgião, Botica nada, penso que quantos enfermos se entregarem ao Cirurgião podemos contar com eles na sepultura".[221]

O relatório do capitão ainda nos traz um registro raríssimo em sua narrativa: a confirmação da presença das mulheres nas fileiras do Exército Libertador, inclusive no *front*: "penso que amanhã enterraremos dois o da desgraça do outro dia [soldado que

[220] RIBEIRO, João Ubaldo. *Op. cit.* pp.563-5.
[221] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 633.

recebeu uma bala que destroçou-lhe a parte superior da coxa] e uma mulher de uma facada"[222]

Os relatórios trazem ainda outro aspecto importante para nossa discussão, na parte em que o Tenente Graduado e Comandante Manoel Alvarez do Nascimento nos informa de uma posterior batalha acontecida pela defesa de um engenho para as bandas de São Caetano. O Tenente, tendo recebido ordens do Capitão Florêncio de Blá para guarnecer tal posição, a qual estava prestes a ser atacada, se deslocou e se entrincheirou com seus comandados para o dito engenho. As condições de combate não eram perfeitas, posto que, vindo de um combate recente, marchavam para Pirajá com o objetivo de consertar as armas que levavam quando foram requisitados para aquela missão. A batalha narrada parece ter sido dura. Segundo Nascimento, "ferviam tantas balas de parte a parte que era um dia do Juízo". Eis que aparece um personagem inusitado, dono de um nome enigmático: o Soldado Jacaré! A cena que se segue é de impressionar:

> "um soldado por alcunha Jacaré da minha Companhia, veio uma [bala] e deu-lhe nos peitos, chegando fria, arranhando coisa pouca, caiu em terra, apanhando o (...) Soldado a mesma bala a meteu dentro da Espingarda disparando o tiro derrubou um Lusitano que lhe tinha feito fogo. (...) neste fogo o Sargento Manoel do Espírito Santo derrubou 2, e o Soldado Jacaré 3, o Capitam Florêncio de Blá 2, o Cadete Faria 1, um Soldado do meu Corpo 1, 1 Soldado da Companhia de Florêncio de Blá outro, onde mais não pude descobrir por causa da fumaça da muita pólvora"[223]

Da batalha descrita, não é só a improvável façanha de um soldado que, atingido por uma bala no peito, usa a mesma dita bala para derrubar o seu oponente – e consegue! – que nos chama a atenção. A referência a um soldado como grande destaque de uma batalha é muito rara entre a documentação que cobre o período da guerra aqui tratada. O dito Capitão Pedro Ribeiro apenas havia destacado em sua narrativa, o Tenente Artilheiro Maxado, o próprio Tenente Manoel Alvarez e, o máximo de sua referência, os "bons homens do Alferes Farias".

O Soldado Jacaré, além de ser o único registrado nominalmente (outros dois são citados, mas seus nomes não aparecem), é dono de um feito que o Tenente considerou digno de narração. Além do mais, o Soldado Jacaré é apontado como o melhor dos artilheiros, posto que, superando oficiais e o próprio Capitão Florêncio de Blá, aparece como o que mais baixas causou nas tropas portuguesas.

---

[222] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 633. Sobre a participação das mulheres e a construção da memória de sua participação nas guerras de independência na América Latina, ver: PRADO. Maria Lígia Coelho Prado. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. Capítulo 1, A Participação das Mulheres nas Lutas Pela Independência da América Latina. p. 29-51.
[223] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 633.

O documento trabalhado escapou de uma prática corrente entre os responsáveis pelo registro da guerra, qual seja, a de omitir a participação de elementos ou mesmo o conjunto de pessoas oriundas das camadas populares durante a guerra pela Independência. Esta omissão só não era regra nos casos em que esta participação foi identificada e tratada como "desordem" ou "anarchia", ou seja, atitudes desalinhadas com os interesses daqueles que preferiam uma independência conservadora em prol de seus privilégios – os grandes proprietários baianos – passando a ser, portanto, alvo de repressão.

No entanto, a presença popular neste cenário é inegável. Aliás, a guerra seria impossível sem a participação popular. Porém, existe um aspecto desta participação que extrapola a presença física e a investida de elementos populares nas fileiras do Exército Libertador, ou mesmo fora dele, pela "Sancta Cauza". Este aspecto é a tensão exercida por elementos das classes populares que, se pretendiam uma outra independência ou se não chegaram a se articular a este ponto, pôde ser identificada pelas elites como um inimigo político e combatida, como já foi visto no capítulo anterior.

Evidenciadas a experiência política das classes populares nas décadas que antecederam a independência e a atuação das elites frente à "ameaça" que a movimentação do povo podia parecer, resta-nos aqui fazer um levantamento das frentes de participação popular durante a guerra de independência e analisar se esta participação foi orientada, de alguma forma, por qualquer indício, mesmo que incompleta ou imparcialmente, de identidade coletiva, seja étnica, nacional ou de classe.

O objetivo aqui não é construir qualquer espécie de "tipologia" da participação popular, mas um levantamento das formas ou situações onde esta, estando presente, atuou durante a guerra, seja favorecendo o cerco e expulsão das tropas portuguesas, ou mesmo, na "contra-mão" da "Sancta Cauza", prejudicando, aos olhos das autoridades e comandantes, o seu andamento.

Esta aparente incoerência de ações por parte do povo, pró e contra os planos de independência das elites que pretendiam a desocupação da cidade da Bahia, foi um dos traços que caracterizaram a atuação popular durante a guerra. Não se poderia esperar outra coisa: exigir unidade de ações, um programa coeso ou um partido revolucionário que tivesse como base a experiência política popular é, para o momento da Independência, uma "covardia histórica", ou, como prefere Thompson, uma "ortodoxia do 'progresso do peregrino'", ao que critica uma leitura da história "à luz de preocupações posteriores, e não como de fato ocorreu. Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações

anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos."[224]

Assim, este capítulo pretende analisar os espaços e limites da participação popular durante a Guerra de Independência na Bahia, buscando investigar, dentro das possibilidades históricas em que estavam obviamente inseridos, a experiência e a ação políticas deste povo.

A separação que faremos adiante – o povo fora e dentro do exército – é apenas para efeito de análise, visto que, muitas vezes, a atuação popular transcendeu tal divisão. Exemplo disso é que nos primeiros combates, gente comum, por assim dizer, enfrentou tropas portuguesas de maneira espontânea, sem estar alistada ao Exército Libertador. Outrossim, um soldado que desertasse passava a estar e a agir de "fora" do exército. Ainda neste capítulo, analisaremos a situação das populações indígenas e sua atuação, contribuindo ou prejudicando a "Sancta Cauza", no decorrer da guerra.

4.1. O Povo Fora do Exército

A participação popular nos conflitos contra os portugueses, quando não aconteceu diretamente ligada ao Exército Libertador, se deu em duas instâncias. Uma, mais constante, sob forma de manifestações de rua. Outra eventualmente, quando, sem estar alistados ao Exército, lutaram com as armas que tiveram contra tropas portuguesas.

Comecemos pelas últimas: são menores e se concentram no período em que o Exército Libertador não estava ainda formado de maneira a ocupar os pontos principais do Recôncavo. Assim, na batalha que consideramos aqui como a primeira pela guerra de independência, a 25 de julho de 1822 em Cachoeira, apesar de já haver tropas milicianas reunidas na noite anterior e ajuntadas pelos Coronéis José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão e Rodrigo Antonio Falcão Brandão (este "Coronel agregado"), no distrito de Belém,[225] a luta em grande parte foi levada adiante por civis. Amaral revela que, na dita batalha do Funil de 29 de julho do mesmo ano, "a gente da Ilha acudiu aos defensores, trazendo-lhes munições à proporção que elas se iam esgotando".[226]

Algumas listas patrióticas, além de outros documentos, indicam também a participação de pessoas comuns nas batalhas, principalmente nas vilas litorâneas e

[224] THOMPSON, E. P. *op. cit*. p. 13.
[225] TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

povoados das ilhas da Baía de Todos os Santos, onde barcos portugueses poderiam, eventualmente, efetuar incursões militares na tentativa de furar o cerco e garantir o seu abastecimento.

Além das batalhas em geral, esta população não alistada no Exército Libertador também participou de diversas formas, em prol da expulsão dos portugueses, apesar de, em certos momentos, ter agido de forma dúbia, e noutros, a favor dos lusitanos. As doações já mencionadas e que serviram para o suprimento das tropas e o transporte dos alimentos e outros gêneros necessários para o sustento da guerra, foram amplamente realizadas por populares.[227]

A participação civil-popular na Guerra de Independência foi importante e contribuiu para a vitória no cerco e expulsão dos portugueses, corroborando com os planos do Conselho Interino de Governo e do Exército Libertador. No entanto, algumas ações populares caminharam em direção contrária, atrasando o avanço da campanha em curso e a estabilidade do nascente regime: as manifestações de rua, presentes durante a guerra, sinalizaram o descompasso entre a proposta política levada a cabo por aquelas instâncias – o Conselho e o Exército – e os anseios políticos das camadas populares.

Braz do Amaral refere-se ao apedrejamento da procissão de São José em Salvador, aos 19 dias de março, antes da guerra, mas depois dos acontecimentos de fevereiro de 1822, quando já os lados "português" e "brasileiro" estavam já se delineando. Não era uma procissão qualquer. Além de São José ser um dos santos de maior devoção em Portugal, a procissão foi usada pelos lusitanos para comemorar a incorporação de tropas vindas do Rio de Janeiro e desembarcadas no dia anterior (18 de março), dando maior capacidade militar ao partido da Praia. O autor acaba afirmando que os agressores fizeram-no "por inspiração própria, ou por inspiração de gente de esfera superior".[228] A senhora de engenho Maria Bárbara Garcês, tendo sido testemunha ocular dos fatos, relata em carta ao seu esposo, o deputado baiano às Cortes em Lisboa, Luis Paulino: "Pois Madeira, num de seus ofícios à

---

[226] AMARAL, Braz do. *Op. Cit.* p.240.

[227] Sobre o abastecimento durante a guerra e a importância das classes populares no abastecimento durante a guerra, ver a conferência de Richard GRAHAM no Seminário Internacional Independência do Brasil: História e Historiografia (1 a 6 de setembro de 2003 – IEB/USP: *"Ao Mesmo Tempo Sitiantes e Sitiados": Barqueiros e a Luta pela Subsistência em Salvador.* (inédito). Uma versão provisória pode ser encontrada no *site* <http://www.ieb.usp.br>.

[228] Idem. *Ibidem*. p. 159.

Junta, diz que, defronte do teatro, os moleques de antemão tinham feito ajuntamento de pedras. Que horrorosa calúnia. (...) Era só por ser procissão de europeus."[229]

Mais adiante, em outra carta, Maria Garcês ainda desmente os boatos da possibilidade de alguém ter feito algum pagamento aos "moleques" para que apedrejassem a dita procissão e o fato de terem "ajuntado" pedras para a agressão – segundo ela, haviam obras no local, não havendo necessidade de tal preparação.[230] Seja uma mera "brincadeira" de costume ou uma ação mais "politizada", o nosso interesse recai no fato de que a população manifestou desrespeito às autoridades portuguesas em um momento de afirmação de seu poder militar, além da importância simbólica que a procissão – ato de identidade católica européia – tinha neste cenário.

Durante a guerra, movimentações populares de rua se avolumaram pelas vilas da Bahia. Além do mais, tais ações tinham, em tempos de guerra, um peso político considerável, dada a fragilidade em que se encontravam as instituições públicas no momento em questão. Ou seja: qualquer movimentação popular tornava-se mais perigosa e acabava tendo desdobramentos políticos, mesmo que em seu âmago a sua razão fosse aparentemente pouco politizada.

Assim, na conturbada vila de Camamu, numa correspondência de 22 de fevereiro de 1823 assinada por um Juiz Ordinário, três vereadores e o procurador da Câmara, comunicou-se ao Conselho Interino os seguintes acontecimentos:

> "Representamos a VV. Exas. que na tarde do dia dezesseis do corrente mês defronte da porta do Juiz ordinário desta Vila e Secretário da Conceição da Caixa Militar, João Jose Tarcio, Europeu; se ajuntou de fronte da porta do dito, um tumulto de quarenta homem, pouco mais, ou menos, *pessoas insignificantes*, e passarão a dizer, queriam tirar a Vara ao dito Juiz, gritando, morra Juiz, e dizendo algumas palavras injuriosas, argüido isto por alguns cabeças do motim, mal afeitos ao dito Juiz, em razão de ser Europeu, não sendo, Exmos. Senhores, este Juiz, e Secretario merecedor de semelhante insulto, pois tem servido nesta [terra] a todos os cargo públicos consto da a honra e zelo; e presentemente servindo o Cargo de Juiz ordinário, e Secretário [...] da Caixa Militar, Com louvável procedimento probidade, e tem dado todas as provas de um fiel Vassalo de Sua Majestade Imperial e amante da Santa Cauza que defendemos, e por ela tem feio tudo quanto esta [iligível] seu alcance e cabe na sua possibilidade.E porque *Semelhante absurdo não deixa de Ser despotismo ou ousadia feita aos Magistrados, e ficando isto sem exemplo passarão a fazer o mesmo insulto, a nos, ou a outra qualquer Autoridade* em cujos termos representamos a VV Exas todo o acontecido, para nos determinar, o que devemos obrar com acerto pois nada pretendemos fazer sem ordem de VV Exas"[231] (grifos meus)

O Juiz João José é um dos que constam na lista de Patriotas de Camamu, tendo sido doador da maior soma em dinheiro – 600$000, ou 42,3% do total das doações em dinheiro

[229] FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). p. 35.
[230] Idem. *ibidem*. p. 49.
[231] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-4.

– além de farinha e "serviços pessoais por 9 meses, desprezando o serviço de suas lavouras".[232] O fato de ser europeu não justificaria, por si só, a balburdia que se causou defronte a sua casa, uma vez que ele não era o único europeu residente na vila. Aliás, tinha sido dos mais patriotas, segundo a lista. Gritos de "europeu" podem ter sido usados como pretexto pelos agitadores ou pelos "cabeças" e foram menos importantes que o fato de ser o juiz uma autoridade, como podemos inferir das preocupações de seus congêneres de Camamu.

Mesmo que não fossem europeus, acreditavam-se potenciais alvos da fúria popular, pelo fato de serem autoridades. Para eles, o ato não podia passar sem uma reação enérgica, pois, "ficando isto sem exemplo passarão a fazer o mesmo insulto, a nos, ou a outra qualquer Authoridade". Os autores perceberam uma distinção irremediável entre si próprios, "Authoridades" e os autores dos insultos: "pessoas insignificantes".

A população civil era, para as elites, uma ameaça. Para ser mais exato, a ameaça tinha cara: as classes populares e sua rebeldia contra as autoridades. No entanto, onde a fragilidade desta disputa entre elites e povo mais se expôs foi onde estes últimos puderam armar-se e minimamente se organizar. O Povo ficava mais perigoso e "ousado" quando no Exército, como veremos agora.

4.2. O Povo no Exército

Os espaços fora do Exército Libertador, como vimos, foram usados pelo povo baiano durante a guerra, fosse para contribuir com a "Sancta Cauza" ou para expressar suas insatisfações com as decisões isoladas das autoridades instituídas ou com a condução geral da guerra. No entanto, é inegável que o espaço privilegiado de atuação de homens pobres livres e libertos foram as fileiras do Exército. Ali se estabeleceu uma experiência política impar para os elementos alistados, em sua maioria de origem popular, alocados em uma organização corporativa altamente hierarquizada e que os armava e os treinava, mesmo com todas as ressalvas possíveis ao improviso em que se formou o Exército Libertador e à precariedade de condições que os soldados ali encontraram.

O Exército Libertador nunca foi, durante a guerra (até porque não havia sido antes dela e não o seria depois), uma instituição homogênea e nem se destacou por ser

[232] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-7.

harmoniosa. Num momento em que a identidade étnica orientava de forma decisiva a vida de homens e mulheres, a origem nacional os diferenciava e a ocupação profissional anterior à carreira militar lhes dava experiências de vida muito pouco comuns entre si, o Exército não poderia representar em suas tropas senão esta múltipla diversidade. As tropas podiam reunir, num mesmo regimento, pessoas de diferentes origens étnicas, regionais, sociais e nacionais, apesar do esforço, em tempos de paz, de separar os batalhões pela cor dos soldados.

Além disso, clivagens de classe, além de todas as outras citadas, separavam a maioria de oficiais de origem aristocrática ou possuindo com ela ligações estreitas, da maioria dos soldados, em grande parte homens pobres livres, libertos e alguns escravos libertados para servir – em sua maioria homens de cor. O Exército Libertador constituiu-se num espaço de tensões e estas tensões se materializaram de forma mais contundente na questão disciplinar.

A preocupação das autoridades com a disciplina das tropas está presente em vasta documentação, parte dela já aqui apresentada. O rigor dos comandantes com seus subalternos foi cobrado, durante o tempo em que durou a guerra, pelo Conselho Interino. Assim aconteceu com o Capitão Graduado Comandante da Fortaleza de Paraguaçu, que, ao solicitar permissão para se dirigir pessoalmente a Cachoeira e ter com o referido Conselho em setembro de 1822, recebeu como resposta uma reprimenda:

> "o Conselho determina que Vossa Senhoria declare primeiro quem fica no comando dessa Fortaleza cuja boa guarda e tão necessária, e urgente: E outro sim manda declarar a Vossa Senhoria que de Cidadãos da Vila de Maragogipe, e de lugares vizinhos á essa Fortaleza, fazem da conduta de Vossa Senhoria, não só desamparando a Fortaleza para residir alguns dias em Maragogipe como extorquindo Gados, e *não castigando severamente os seus Soldados, que assim atacam o primeiro dos direitos do Cidadão livre de Propriedade*: O Conselho adverte a Vossa Senhoria que não deve sair dessa fortaleza nem um só instante pelo iminente risco que corre a segurança desta Vila, e Distrito, e por ventura de toda a Província, mormente agora que os nossos inimigos comuns irritados pólas vantagens, que deles temos conseguido sem nenhuma perda de nossa parte, podem tentar alguma expedição regular. E finalmente que *he de mister toda a energia e disciplina, não só para que o Cidadão não veja atacada a sua propriedade como não sofra mesmo o menor vexame*."[233] (grifos meus)

Os trechos grifados são reveladores do que estou afirmando. O primeiro confirma que os próprios soldados do Exército Libertador eram fonte de "anarchia" e perigo à ordem estabelecida que as elites desejavam manter. Daí a preocupação com a "propriedade", palavra citada duas vezes no documento. Os soldados são perigosos no momento em que, sem comando atuante, passaram a ameaçar a propriedade alheia.

[233] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1618, fl. 19-19v.

Apesar de o Conselho fazer referência ao "inimigo" – os portugueses – temos a confirmação da atenção dispensada ao controle dos possíveis soldados rebeldes, adiante na correspondência, quando nela se reafirma a necessidade de "disciplina" para o controle das tropas. O perigo do ataque português é só uma, quem sabe, possibilidade, talvez apenas mais um argumento retórico, enquanto a indisciplina e o ataque à propriedade por parte dos soldados são uma realidade que deve ser combatida com a presença inibidora do seu comandante.

A importância que se dava à intensa vigilância dos soldados baianos por parte dos seus comandantes é outro elemento que merece ser destacado. A essa vigilância, autoridades e oficiais superiores deram o nome de "disciplina" e tentaram a todo custo mantê-la, quando não implementá-la, como forma de controle social deste contingente de homens pobres livres, libertos e alguns escravos, dos quais foi formado o Exército Libertador. Comandos mais enérgicos significariam uma menor incidência de ataques a propriedades e à ordem. A disciplina das tropas, prestando-se à estabilidade e ao "sossego público", falava contra as condições de serviço que os voluntários, maioria entre os soldados, tinham que enfrentar.

Merece aqui um parêntese para analisar brevemente a questão do "voluntariado" no Exército Libertador e o impacto que este contingente voluntário teve na condução da guerra. Reside aí a grande contradição do Exército Libertador, que já mencionamos: a aplicação de "disciplina e energia" por parte dos comandantes, tão desejadas para a manutenção da boa conduta dos soldados e o conseqüente "socego publico" levava, na outra ponta da equação, a um maior número de pedidos de baixa, deserções e motins por parte dos soldados, muitos deles voluntários.

Aliás, um dos aspectos que caracterizaram o Exército Libertador foi o grande número de voluntários em relação àqueles soldados que já serviam nas tropas de linha antes da Guerra. Comparando essas tropas com o Exército português podemos ver a desproporção entre a experiência militar de uma e de outra corporações inimigas.

Enquanto os cerca de dez mil soldados e oficiais portugueses eram, presume-se, quase todos de linha – muitos deles, inclusive, veteranos das guerras européias em que Portugal se envolveu no período anterior à década de 1820 –, o Exército Libertador contou apenas com alguns oficiais e soldados que, a partir de fevereiro de 1822, deslocaram-se para o Recôncavo para organizar a resistência ao propósito recolonizador, com nenhuma ou quase nenhuma experiência militar em batalha.

Montamos uma tabela (ver: anexos, Tabela 2) onde pode ser visto o que afirmamos: o número de voluntários nas tropas brasileiras era superior ao contingente com alguma experiência de caserna, muito menos de batalhas. Podemos chegar a este número seguindo o seguinte raciocínio: comparando-se o número de soldados nos períodos imediatamente antes e depois da guerra, teremos um patamar médio do que seria o contingente normal do Exército, seja ele luso-colonial ou brasileiro-imperial, na Bahia.

Subtraindo-se o contingente português reunido às tropas de Madeira quando da incorporação das tropas vindas do Rio de Janeiro em 18 de março de 1822 e do Reino – 750 homens em 3 de agosto de 1822 e 2.500 homens que iriam a Montevidéu, em março de 1823[234] – ao Exército luso na Bahia, chegamos ao contingente português original em 25 de junho de 1822. Se, de posse deste número, o subtrairmos do contingente militar na Bahia antes da Guerra, teremos o máximo de soldados brasileiros com qualquer experiência militar anterior à guerra. Somemos as tropas vindas com Labatut e enviadas pelo Imperador e o resto era de voluntários.

Considerando os números aqui relacionados como aproximações um tanto grosseiras, é certo que estes números dificilmente estariam tão distantes da realidade a ponto de tornar inverídica a afirmação de que a maioria dos baianos em luta eram voluntários. De fato, muitos baianos tornaram-se voluntários e este contingente formou a maior parte dos homens baianos em guerra.

Além disso, como já foi dito, até os soldados que já faziam parte das forças militares coloniais não tinham experiência significativa em combate. Porém, este não era o único problema que atingia os soldados baianos. A disciplina militar também era, para a maioria, inédita. Aos que já a conheciam, é possível que o seu rigor houvesse aumentado durante a guerra. Também é sabido que soldados se bateram contra os rigores disciplinares, antes e depois da guerra, e aceitá-los nunca significou submeter-se passivamente, da mesma forma que a eficácia dos rigorosos códigos de conduta militar em garantir a disciplina não podem ser exagerados.[235]

No período da guerra, esta tensão entre soldados e oficiais pela disciplina e controle aumentou por dois fatores: a maior necessidade de controle disciplinar que se pode esperar em tempos de guerra e o maior número de voluntários existente no Exército Libertador. Veremos adiante que o Batalhão de Caçadores Voluntários ocupou constantemente as

[234] AMARAL, *op.* cit. p 183 e 316.

autoridades do Conselho Interino com motins e deserções ao longo da guerra contra os portugueses.

Dois aspectos devem ser destacados como problemas enfrentados pelos soldados no Exército Libertador que contribuíram para um número maior de deserções e motins: a falta de farda, armas e mantimentos e as condições de saúde e higiene no front. Quanto ao problema das armas e munições, é interessante notar a relação que um relatório sobre as tropas de Valença e Morro de São Paulo, enviado ao Conselho Interino de Governo em 26 de agosto de 1822, faz entre a disciplina das tropas e a falta de munição:

> "É evidente, que se manifesta na tropa de linha da guarnição um descontentamento marcado, tanto em razão da falta de munições como pela ausência do seu Chefe: contudo até agora não tem tido sinal nenhum de revolta, e a chegada da pólvora há de evitar novo ânimo, a estimular os espíritos aqui muito abatidos."[236]

O relatório aponta para o descontentamento das tropas causado, também, pela falta de munições. Segundo ele, só dois dos vinte e quatro soldados do seu comando possuem armas em condição de uso, e, apesar da falta de munições e da ausência do comandante, reina a paz. No entanto, para que o "descontentamento" não se transformasse em "revolta", fazia-se necessária a chegada da pólvora. Podemos elencar duas possibilidades sobre que tipo de relação a falta de pólvora devesse ter com a disciplina dos soldados. Por um lado, talvez os soldados se sentissem mais ameaçados pelos inimigos, supostamente bem armados. Por outro, o que é também possível, as tropas baianas se sentissem desprestigiadas frente às tropas oriundas de outras províncias porque era para elas que faltavam armas, e não para os batalhões "estrangeiros".

A falta de armas e a péssima condição das que estavam em uso foram uma constante para as tropas baianas no período colonial. O aumento do contingente para a guerra só piorou a situação. Dos voluntários, poucos se apresentavam e se engajavam com suas próprias armas. Num levantamento realizado por Francisco Roiz da Costa Veiga, provavelmente nos primórdios da guerra, na Vila de Cachoeira, dos 103 adultos do sexo masculino que se apresentaram como voluntários, apenas 8 possuíam armas[237].

Com isso, fica patente o desabastecimento de armas e munições, o que representou mais um foco de preocupações para autoridades e comandantes. A população militarizada

---

[235] Segundo Hendrik Kraay, a disciplina e as penalidades eram fruto de intensa negociação entre comandantes e soldados. KRAAY, Hendrick. *op. cit.* especialmente as páginas 61 a 69.
[236] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 634-4.
[237] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 633-1 (o documento não apresentava data). Vimos acima, ainda, o caso de um regimento em que a porcentagem de soldados armados não chegava aos dez por cento.

sinalizou descontentamento e pressionou-os a ponto de considerarem uma séria ameaça à ordem pública a falta de armamentos e munição para as tropas. A situação era um tanto quanto delicada e caía naquele já referido dilema: armar elementos das camadas populares significava constituir uma grave ameaça à ordem.

Da mesma forma, a falta de alimentos para a tropa ocupou autoridades e, de certa forma, a guerra pela cidade do Salvador foi também uma guerra de abastecimento. O fato de ela ter sido uma guerra entrincheirada e imóvel aumentou a importância que tinham o controle de áreas produtoras e o transporte de gêneros para as tropas, principalmente no *front*.

Assim, a atenção dada à alimentação e suprimentos foi muita, fazendo com que o número de documentos produzidos sobre o tema tenha sido grande. A maioria deles, solicitando às Câmaras das vilas baianas o envio de donativos, ou cobrando das autoridades providências para o pronto abastecimento das tropas. Foi assim que a 2 de dezembro de 1822, o Conselho Interino de Governo, em resposta a solicitação do General Labatut, encaminha-lhe a seguinte correspondência:

> "Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. O Conselho Interino de Governo desta Província recebeu o Ofício de Vossa Excelência datado em 29 passado, requerendo quatro parelhas de bestas com arreios, farinha e milho, panos e papel de que sente falta. O Conselho assegura a Vossa Excelência que ficam as ordens, para se lhe remeterem as parelhas, que pede; quanto a farinha, que já adotou a medida, vista a presença das Barcas inimigas, de transportar a farinha em canoas do Porto da Encarnação para o Acupe, ou Vila de São Francisco, e daí para Cotegipe, esperando por este meio, bem que difícil, [socorrer] a falta, que Vossa Excelência já sofre. Quanto ao milho, que manda remeter pelo Iguape, e daí para Cotegipe, com escala por São Francisco, a quantidade que por aqui já se acha em depósito"[238]

Com tal quantidade e qualidade das fontes é possível, até, acompanharmos, como no documento acima, as rotas de abastecimento das tropas do Exército Libertador, estivessem atuando no cerco a Salvador ou na manutenção da ordem nas vilas da província. Também podemos identificar quais os gêneros que eram os mais procurados durante a guerra. A preponderância dada na alimentação dos soldados à farinha de mandioca e à carne bovina é patente, apesar de encontrarmos registros referindo-se ao milho, como acima, e alguns outros gêneros.[239]

Estas correspondências, não raro, explicitavam preocupações das autoridades e comandantes com as desordens que a falta de comida pudessem vir a causar. É o caso da correspondência que, em 24 de setembro de 1822, o Secretário do Conselho Interino de

[238] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 638, fl. 25-25v.

Governo, Francisco Montezuma escreveu a Antônio Dias de Miranda, Capitão-mor de Conquista do Sertão da Ressaca. Nela, Montezuma indica a Miranda que ele: "deve de concorrer quanto em si couber para que vá adiante a heróica resolução, fazendo descer para baixo todo o gado, afim de que pela venda deles possamos ser supridos de carne, bem como as desordens do Rio d'Contas"[240]

A relação entre fome e desordem, e a solução das duas concorrendo para a "heróica resolução", ou "Sancta Cauza", esteve presente em outras correspondências de autoridades e comandantes, o que demonstra que estes entendiam que parte do seu intento dependia dos humores das classes populares, o que, por sua vez, tinha relação direta com o suprimento de sua alimentação básica, notadamente o abastecimento de farinha e carne de boi.

Outro fator de desestímulo aos componentes das tropas do Exército Libertador eram as condições de higiene e saúde vivenciadas pelos soldados durante a guerra. Já se falou neste trabalho da quantidade de baixas por doença, elevadas pelo tipo de guerra de que se tratou: uma guerra imóvel, onde a fome e as doenças mataram provavelmente mais do que as balas trocadas pelas partes beligerantes.

As condições de atendimento aos feridos eram precárias por falta de material, remédios e pessoal qualificado. Tais condições aumentavam os horrores da guerra, gerando uma situação de saúde e higiene mais crítica do que a já precária em tempos de paz. Soldados sentiram estas dificuldades de perto e sinalizaram, usando inclusive como argumento para se afastar do *front*, sua preocupação com tal situação.

Encontramos, entre os documentos que se referem às questões de saúde, um atestado médico, apresentado como pedido de dispensa das tropas do Exército Libertador. Nele, o Alferes Claudionor José de Albuquerque foi dado como "enfermo (...) da parte esquerda precedido de uma contusão que nele deu de uma pancada que esta lhe impede de afazer as funções naturais"[241] Como o atestado encontrado é uma peça única e possui um texto bastante sucinto, não se sabe se o Alferes estava por meio dele sendo dispensado temporária ou definitivamente das atividades de guerra. Também não fica definido se a tal contusão na perna foi decorrente de um ferimento de guerra ou um pretexto para não ser

[239] Sobre a alimentação da população em geral no período que estudamos, ver: BARICKMAN, B. J. *op. cit.*, especialmente as páginas 90 a 96.
[240] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1618, fl. 13v.
[241] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 417. fl 83.

recrutado. Como Claudionor já era Alferes e a data do atestado é de 30 de outubro de 1822, ele provavelmente já teria servido no Exército Libertador.

Outros, como os que se dirigiram ao Conselho Interino de Governo a 11 de setembro de 1822, ainda nos primórdios da guerra, pediram dispensa temporária, a fim de se curar.

> "Dizem Manoel Pereira, Vitoriano Correia, Floriano Dias, e José Barbosa moradores se Conquista da Pedra Branca que sendo por V S convocados a bem da justa causa de muito bom grado vieram, e se tem prestado a tudo que lhes tem sido determinado, e porque agora se lhes ordena para irem conduzir os doentes Sebastião Pires Crispim da Roxa, Vicente Pereira, Manoel da Roxa, José Pereira, e Bernardo dos Santos e outros visto que nesta Vila senão podem curar em razão de ter naquele lugar seus próprios curativos querem que V S lhes mande pagar seus soldos afim de poderem ir comendo pelo caminho, e se tratarem na doença, e logo que fiquem bons não duvidam prestasse da mesma forma que o fizeram, sendo que seja necessária a comparência dos Suplicantes para a marcha"[242]

Corroborando com a idéia de que fome e doença eram os grandes carrascos da Guerra da Bahia, o pedido de dispensa temporária – ou, porque não dizer, "licença médica" – foi solicitado alegando-se como motivo, doença, e não ferimento ou "moléstia".

Interessante ainda notar que os suplicantes pedem para ir se tratar em suas vilas de origem, onde teriam maior condição de cura, pois lá possuíam "seus próprios curativos". Decerto o Exército Libertador tinha menos condição de tratá-los, ou por falta de medicamentos, como inferem no trecho acima, ou por falta de profissionais de saúde dignos de sua confiança. Preferiam ir curar-se em suas casas.[243]

Com a falta de confiança na estrutura médica do Exército por parte dos soldados, não é de se estranhar que os pedidos de baixa durante a guerra fossem altos. Quem informa é o próprio Secretário Geral do Conselho Interino, Francisco Montezuma. Na ata de 29 de março de 1823, por ele escrita, os membros do Conselho reclamam do fato de estarem, em plena guerra...

> "aparecendo já cidadãos e Paes de famílias pedindo baixa para seus filhos, que deram voluntários para corpos de 1ª linha e deserções igualmente em alguns destacamentos, o que podendo transtornar o andamento da Augusta causa, que temos proclamado e defendemos pondo-lhe tropeços e comprometendo a segurança publica."[244]

---

[242] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-7.

[243] Os hospitais da Bahia do século XIX, mesmo em tempos de paz, não dispunham de condições mínimas de higiene e assepsia, o que fazia com que, invariavelmente, se preferisse curar em casa. Isso pode ser verificado em BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do Século XIX. Salvador (1832-1889).* Salvador: UFBa (dissertação de mestrado), 2000. No campo da literatura, João Ubaldo Ribeiro faz, por intermédio do seu personagem Zé Popó, uma descrição de um hospital de guerra, durante a Guerra do Paraguai: "Assim, recusou-se a beber água até o dia seguinte, quando o transportaram para um hospital, onde havia um pouco mais de limpeza, mas não muita, sendo comum que os feridos que podiam andar pedissem para não ficar nos hospitais de campanha." *op. cit.* p. 482.

[244] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 636, 39.

As condições adversas que os soldados encontraram no Exército Libertador extrapolaram a corporação e envolveram as suas famílias, do que podemos inferir algumas possibilidades, as quais não se excluem. Uma, de que os braços dos voluntários no Exército estivessem fazendo falta nos serviços familiares, principalmente se lavradores.[245] Outra, que a família dos soldados estivesse a par da situação adversa em que seus filhos se encontravam nas fileiras da corporação e, sensibilizadas, passassem a fazer os pedidos de baixa de que Montezuma reclamava.

Por uma ou por outra razão, o certo é que muito do arroubo "patriótico" que levou milhares de baianos a se apresentarem como voluntários para fazer guerra ao Madeira se esmaecia na medida em que a guerra avançava, a ponto de eles próprios ou suas famílias preferirem o caminho de volta.[246]

Permanecer no Exército Libertador era uma pena para muitos soldados, mesmo considerando a possibilidade de permanente negociação entre estes e seus superiores. A rígida disciplina à qual não estavam acostumados, a falta de alimentos, munição e remédios e a arrogância de seus comandantes fizeram com que muitos desistissem da luta. Outros, talvez identificando seus superiores como inimigos, passaram a lutar de outra maneira: amotinando-se.

4.2.1. Motins e Sublevações[247]

A ocorrência de movimentos de desobediência e desafio às autoridades civis e militares foi uma constante entre as tropas do Exército Libertador durante a Guerra de Independência na Bahia. Algumas vezes, estas ações tomavam corpo de motim, desautorizando os comandantes e autoridades locais e chegando a desafiar o próprio Conselho Interino de Governo. De alguns destes motins e sublevações é possível conhecer motivos e alguma reivindicação que fizessem os soldados amotinados.

---

[245] Vimos no Capítulo III um grupo se autodenominar como "rudes lavradores".

[246] Um estudo que envolve patriotismo, voluntariado e deserção é: RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)Voluntários da Pátria: a Bahia na Guerra do Paraguai*. Salvador: UFBa. (dissertação de Mestrado), 2001.

[247] Nos dicionários consultados não há diferença entre os significados das duas palavras. No entanto, é senso comum que o termo motim só é utilizado para movimentos militares de rebeldia. Aqui, as palavras serão utilizadas como sinônimos, e se limitarão a referir movimentos de rebeldia dentro das forças armadas, apesar de, no vocabulário da época, a palavra "motim" aparecer como sinônimo de "desordem".

Motins, assim como atos generalizados de indisciplina, não foram novidade para as tropas baianas. Aliás, alguns dos mais importantes movimentos rebeldes urbanos haviam saído das tropas de linha, onde grande contingente de homens pobres livres e libertos eram reunidos. Mal remunerados, mal tratados e pessimamente armados, os soldados foram, durante o período colonial, um foco de rebeldia. Não é demais lembrar que dois dos quatro enforcados por participar do movimento de 1798 na Bahia eram soldados de linha.

Durante todo o período em que durou a Guerra de Independência, vários foram os motins e sublevações. Talvez o maior foco de desordens do Exército Libertador tenha sido o Batalhão de Caçadores Voluntários, também protagonista de deserções. Já em 10 outubro de 1822, o Secretário do Conselho Interino de Governo, Francisco Montezuma, escreveu ao Major Comandante do Batalhão uma correspondência com o seguinte teor:

> "Sendo presente ao Conselho Interino do Governo desta Província a parte que Vossa Mercê deu com data de hoje de que ontem no porto do Alambique alguns soldados do seu corpo tendo por cabeça os soldados Gonçalo Ribeiro, Manoel Pereira da Costa Braga fizeram o mais escandaloso motim pretendendo arrombar a casa da esquina da mesma rua, perpetrando assim o maior e mais execrando atentado que pode cometer um soldado a quem a Nação paga para cuidar da sua interior e exterior segurança, e mais comprometendo a honra dos seus camaradas na opinião de seus concidadãos, e a Augusta causa, o que tão corajosamente nos temos votado. O Conselho querendo dar um exemplo que sirva de manter a disciplina nos corpos, tão necessário quanto dela só é que pode resultar o público repouso, sem toda via deixar de muito atender aos sentimentos de piedade, que amam os governos Paternais. Ordena que Vossa Mercê formando seu batalhão para dar frente dele cinqüenta pranchadas em cada um dos dois soldados cabeças de motim acima citados, fazendo ler-lhes este ofício, e explicando-lhes os seus deveres: Assim como declare com baixa do posto de Sargento ao Soldado Antonio Joaquim, por não prender logo os amotinadores, ouvindo dar-se-lhes a voz do Conselho Interino do governo."[248]

A começar pela pena: cinqüenta pranchadas. Segundo Kraay, as penalidades reservadas aos soldados tinham como fonte um código marcial editado em meados século XVIII para a organização do Exército Português, sob influência militar germânica com valores absolutistas. Lá, além do castigo físico e do trabalho forçado, estava ainda prevista a pena de morte.[249] O castigo físico, aliado à publicidade da sua aplicação (a sugestão é de que sejam dadas as pranchadas na frente do batalhão), buscava dar aos demais soldados a idéia do que os esperava, caso escolhessem o motim como caminho: o rigor exemplar do poder instituído.

Uma sociedade escravista estava acostumada a manifestações públicas de castigo e a semelhança entre a punição de um soldado amotinado com a de qualquer escravo rebelde só contribuíam para aumentar a humilhação do castigo. Kraay lembra que as semelhanças

[248] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 636, fl. 92.
[249] KRAAY, Handrik. *op. cit*. p. 61.

encontradas entre soldados e escravos na submissão a uma rígida disciplina e a castigos indignos foram referidas por soldados rebeldes e desertores como argumentos justificadores de sua rebeldia.[250]

Outro ponto a se evidenciar é a relação que Montezuma faz da exigibilidade da disciplina do soldado pelo fato de ser ele remunerado. É, para ele, obrigação dos soldados "a quem a Nação paga para cuidar da sua interior e exterior segurança", um comportamento digno de sua função. Junte-se a isso a imagem e a "honra dos seos camaradas", bons soldados, que seriam afetadas, frente à comunidade, pelas ações de desordem que produziam os amotinados.

O sentido do castigo é, para o Conselho Interino de Governo, "um exemplo que sirva de manter a disciplina nos corpos, tão necessário quanto dela só é que pode resultar o público repouso", apesar de prever atenção "aos sentimentos de piedade, que armão os governos Paternais". A difícil conjunção da piedade com os castigos corporais expõem a complexa equação "disciplina *versus* rebeldia", permeada por cores paternalistas, contradição onipresente nas relações entre comandantes e soldados dentro do Exército Libertador.

A identificação dos "cabeças" e a sua exemplar punição foi outra atitude freqüente por parte das autoridades na contenção de motins e futuras movimentações de rebeldia. Geralmente quando algum oficial, sargento ou alferes – estes últimos com maior freqüência – participavam dos motins, eram eles identificados como os "cabeças" e procedia-se a sua punição, as vezes solitária, outras com os soldados. No caso acima, foram identificados como amotinados apenas os soldados Gonçalo Ribeiro e Manoel Pereira da Costa Braga.

Porém, mesmo quando os superiores hierárquicos não eram identificados como líderes ou meros participantes dos motins, levavam reprimendas e até punições, por não ter evitado ou contido o motim em suas tropas. No caso sobre o motim do Batalhão de Caçadores Voluntários, o Conselho Interino enviou para o Major Comandante do Batalhão e para o Sargento Mor encarregado da Policia, Antonio Joaquim, a 9 de outubro, uma circular, a que se segue:

> "O Conselho Interino de Governo desta Província manda estranhar muito a Vossa mercê não ter ate agora já uma hora e quarto da tarde dada a parte do motim feito ontem, muito principalmente pelos seus Soldados junto ao Quartel do Capitão mor Interino desta Vila e seu Distrito; assim como de não

[250] Idem. *Ibidem*. p. 68.

ter notado já quais foram os presos, quais os cabeças, segundo lho indicara o Secretario do Concelho."[251]

Era necessário aos comandantes deixar explícito para o Conselho que eles não faziam parte ou não tinham facilitado o motim de seus homens, para que não fossem também severamente punidos junto com os rebeldes. O caminho mais seguro para isso era apurar e punir, com rapidez e rigor, os "cabeças" e participantes de motins, sinalizando assim para o Conselho que serviam ao "partido da ordem".

Em todo caso, os motins e sublevações que permearam toda a guerra tiveram, finalmente, um episódio marcante, no momento em que já estava vencida a ocupação portuguesa: o chamado "Levante dos Periquitos", analisado mais adiante.

4.2.2. Deserções

Aqueles que não puderam ou não quiseram se articular para o embate e enfrentar o perigo que significavam os motins e sublevações, mas também não se sentiram à vontade dentro do Exército Libertador, tiveram uma outra opção: a deserção. As correspondências entre os comandantes do Exército e as autoridades do Conselho Interino de Governo são prolíferas em casos ocorridos durante todo o tempo em que a guerra durou.

A bem da verdade, a deserção, assim como os motins, não foi uma invenção dos soldados do Exército Libertador durante o cerco à cidade do Salvador. No entanto, esta atitude se revestiu de cores próprias durante o evento que estudamos. Como já foi dito, o Exército era uma experiência militar nova para a maioria dos seus quadros. Lavradores, artesãos, outros sem ocupação fixa, passaram, de maneira abrupta, a vivenciar a disciplina e o rigor militares, somados às péssimas condições a que estavam sujeitos durante a guerra.

O tratamento dispensado aos desertores deveria ser, portanto, condizente com a gravidade da situação que a guerra significava, garantindo o cerco eficiente da cidade e desaconselhando os possíveis futuros desertores. Assim, as deserções, individuais ou em grupo, recebiam, em linhas gerais, o seguinte destino:

"Havendo participado ao Conselho Interino d'Governo desta Província o Comandante do ponto do Dourado terem dele desertado os oito Soldados do Regimento de Cavalaria do Comando de V S Manoel José [Anacleto], Manoel [ilegível] Pereira, Francisco Dias Velho, Manoel Barboza, Bento Ferreira, Joaquim Ferreira, Manoel Rodrigues, e Manoel Domingues, manda o mesmo Conselho

[251] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1618, fl. 23v-24.

ordenar a V S, que faça imediatamente prender os sobreditos Desertores, e remeter com segurança a esta Vila".[252]

As deserções preocupavam as autoridades das cúpulas do Conselho Interino e do Exército Libertador por duas importantes questões: uma, a condução da campanha; outra, a manutenção da ordem e da "paz civil". Isto porque muitas deserções eram seguidas de crimes por parte dos desertores, o que desestabilizava a já conturbada vida da província e desautorizava o nascente Estado Imperial, causando confusão entre a população em geral.

O combate às deserções foi, em grande monta, uma campanha pela afirmação do poder que nascia. Assim, em 18 de dezembro de 1822, o Conselho Interino de Governo da Província da Bahia editou circular aos Capitães Mores das Ordenanças das Vilas de São Francisco, Santo Amaro, Maragogipe, Valença e ao Sargento Mor da Vila de Jaguaripe, além de outras localidades, com o seguinte teor:

"O Conselho Interino de Governo desta Província desejando obstar, quanto lhe for possível, os males que podem resultar da reunião de alguns maus Soldados, que esquecidos de seus deveres hão desertado e divagando pelo Campo, tem já perpetrado excessos em menos cabo da Publica segurança. Ordena ao Capitam mor Interino das Ordenanças desta Vila expressa as Ordens necessárias aos Capitães das Companhias do seu Terço para que facão prender a todos os soldados de primeira, e segunda linha, embora Voluntários, que tiverem desertado dos Corpos estacionados nos diferentes Distritos do Recôncavo, evadindo-se das Guarnições atualmente existentes, ou recusando a marchar para os Pontos que se lhes tiver ordenado, uma vez que sejam encontrados dentro do termo da sua Jurisdição, prestando para o mesmo fim, todos os socorros que lhe forem deprecados: e outro sim, que logo, que se efetuar a prisão de algum ou alguns os remeta imediatamente ao Comandante do Destacamento de Itaparica e Antonio de Souza Lima para lhes dar o destino que ao Concelho tem parecido conveniente".[253]

No entanto, o controle e repressão estabelecida aos soldados desertores carecia de maior eficiência. A situação das tropas, fossem de primeira, segunda linha ou voluntárias não permitiu um controle absoluto e o fim das deserções. E isto se agravava nas vilas do interior, a ponto de José Baptista Camargo, escrevendo da vila de Jacobina, ter proposto o perdão dos desertores para que não se seduzissem pelas idéias do "partido Europeu" e se bandeassem contra a "Causa". É Camargo quem argumenta, em 16 de março de 1823:

"Não só os mesmos soldados desertores, como outros, que se ocultam das funções regimentais, uma grande parte se transferirão para outros lugares, que ignoro, e se acha este termo falto de homens. Receio entrar na empresa de prender os desertores lembrando-me, de que o partido Europeu se pode aliar com estes, e atacarem esta Vila não obstante constar-me, que muitos desertores desejam reunirem-se a mim a recolherem-se a suas praças, o que não fazem temendo o castigo. Reflito ao mesmo tempo, que estes homens nunca tiveram conhecimento de subordinação, e sendo [ilegível] são homens estúpidos, por isso talvez ousassem cometer o crime de deserção".[254]

[252] APEB, Seção Colonial e Provincial. maço 1620, fl. 55v.
[253] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1618, fl. 28.
[254] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-4.

A complacência de Camargo é um misto de um sentimento "humanista" com um receio mais pragmático. A população civil que havia militarizado-se durante a guerra não estava acostumada, segundo afirma, com as regras da carreira militar, principalmente em campanha, já que "estes homens nunca tiveram conhecimento de subordinação". No entanto, mais adiante justifica seu receio:

> "O Arraial de Carinhanha termo da Vila da Barra, dizem que se acha ocupado pelo partido Europeu, que famigerado está disposto a cometer qual quer oposição brasileira, de maneira que a dita Vila da barra se acha ajustada, tendo em si uma débil força. Pode acontecer, que o ar pestífero desse nefando parti(do) [ilegível] grassando lhe o que é que me seja preciso defender esta Vila de qual quer invasão hostil pela falta de Soldados deste Regimento, que me não parecem."[255]

O medo da invasão de grupos de portugueses armados, reunidos aos antigos soldados a serviço da Causa da Independência, agora desertores, e a falta de informações confiáveis sobre a situação em Carinhanha não era exclusividade de Camargo e a idéia do perdão aos desertores foi discutida com outros que com ele concordaram, já que concluía desta maneira porque: "Tudo isto [fora] reflexionando com alguns homens cordatos, assentamos ser melhor, que não se trate de prisão contra os desertores, antes convocados por meio de perdão".[256]

Os elementos saídos das fileiras do Exército como desertores geravam apreensão nas autoridades civis e militares, não só pelas baixas que significavam obviamente para qualquer exército, mas também, e, talvez, principalmente, pelo efeito desorganizador que tinham fora do âmbito direto das batalhas no *front*. E isto se dava de duas maneiras. Ou os desertores, geralmente grupos deles, se transformavam em bandos de assalto a propriedades e vilas, ou, reunidos a portugueses, índios, escravos ou mesmo ao populacho em geral, transformavam-se em foco rebelde de desestabilização do poder estatal que se propunha construir.

As deserções acabavam pressionando politicamente os comandantes e mesmo o Conselho Interino. Segundo Kraay, as deserções demarcavam os espaços da atuação dos comandantes enquanto controladores de seus subalternos e eram a mais importante arma de negociação destes.[257] A deserção foi também usada pelos soldados durante a Guerra como arma política para sinalizar os limites dos poderes dos comandantes e das autoridades baianas.

---

[255] idem.
[256] idem.
[257] KRAAY, Hendrik. *op. cit*. pp. 69-71.

Neste sentido, o Exército Libertador era um foco de tensões e seus comandantes, assim como as autoridades do Conselho Interino de Governo, encontravam-se com uma equação difícil de resolver. De um lado, disciplina e "ordem"; de outro, resistência e "anarchia". Que medida utilizar-se de expedientes disciplinares sem produzir motins, sublevações e deserções? Era uma receita que não tinham pronta. Aliás, como vimos, não foram unânimes e oscilaram entre posições rígidas e punitivas e outras, complacentes e educativas.

Autoridades e comandantes encontraram uma população arredia dentro e fora das fardas (considerando que o Exército Libertador as possuísse integralmente). Aqueles que desertaram das fileiras do Exército Libertador saíam, também, de uma experiência disciplinar com a qual muitas vezes não compactuaram. Era contra esses valores do autoritarismo e da repressão que muitos deles haviam-se apresentado como voluntários ao chamado patriótico. Outros, talvez mais pragmáticos, pela fome e ou necessidade, haviam de estar pesando os prós e contras de servir ao Exército e, se desertavam, é porque consideravam mais valioso a sua condição de não soldado que às condições a que estavam submetidos nas tropas, fossem de primeira e segunda linhas já a algum tempo servindo ou voluntários de última hora alistados para a guerra.

Aqueles que participavam de motins, quando identificados e presos, o que aconteceu em sua grande maioria, ficavam isolados e temporariamente fora de "jogo". Já os soldados que desertavam, saíam do Exército minimamente organizados e, o que é pior, armados! Elementos das classes populares armados e fora do seu controle era tudo que as elites baianas não desejavam na hora da expulsão dos portugueses e da consolidação de seu projeto de Estado, conservador e excludente.

4.3. Índios

Dentro deste processo complexo de formação e reconfiguração de identidades coletivas que foi a Guerra, mais dificuldades encontraram as populações indígenas. Ao menos aquela parcela que não se incorporava – ou de forma deliberada se recusava a se incorporar – à dinâmica social baiana relacionada à economia colonial e seu entorno. Portanto, torna-se mais complicado dimensionar a contribuição das populações indígenas

para a experiência histórica do povo baiano neste momento, apesar da sua já reconhecida importância para a campanha militar de libertação da Bahia.

A situação das populações indígenas na Bahia nas primeiras décadas do século XIX era bastante delicada. O avanço das frentes agrícolas levou ao aldeamento de diversas tribos e uma intensa desterritorialização de populações já aldeiadas. A penúria e a miséria passaram a ser parte constante da dinâmica destas populações. Wanderley Pinho chega a afirmar que o "elemento índio agonizava nas matas do sul da Província"[258]. Este mesmo autor registra o grande massacre no Sertão da Ressaca, na primeira década deste século, além da revolta de Pedra Branca, em 1834.

No lapso temporal da guerra, a presença indígena pode ser percebida de duas formas. Em uma, como parte constituinte e importante do Exército Libertador e, portanto, peça importante na libertação da Província; em outra, como um "problema" de segurança civil, igualando-se aí, como prioridade, aos escravos fugidos e soldados desertores no trato impetrado pelo Conselho Interino de Governo e pelo próprio Exército.

A presença de índios nas fileiras do Exército Pacificador já foi registrada por diversos autores. Braz do Amaral, por exemplo, cita que "Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (...) foi o primeiro (...) que acampou em Pirajá, trazendo índios armados de flechas entre os homens que o acompanhavam."[259] Encontramos na documentação o registro de índios fazendo parte das tropas no acampamento de Pirajá, dentre outros. Em Santarém, a 18 de outubro de 1822, conta-nos Caetano Ferreira Borges, em trecho longo pela grande quantidade de informações, que:

> "[puseram-se] os Índios desta Vila (...) como fiel Patriotas, e não tendo estes quem lhe desse o alimento [ilegível] a determinação retirarem-se para suas diferentes habitações mas vendo eu o perigo e desamparo em que ficávamos determinei que a conta do Concelho desta dita Vila se matasse gado e que se sustentasse aquela gente visto que O Capitão Mor se achava nessa Província, e assim se sustentarão com a diminuta ração de duas libras de carne, e uma décima de farinha, nem só os ditos Índios como cinqüenta Portugueses que se achavam reunidos aos mesmos Índios e assim se conservou esta ordem até o dia primeiro de setembro em que marchou desta Vila para a do Camamu o Illustricimo Coronel Henriques Passon com as Tropas Auxiliadoras ordenanças desta dita Vila, Índios, e Portugueses deixando provido o mesmo Coronel que os Índios que ficarem no serviço reabrirão as suas rações em mão de um Quarteleiro Português Manoel da Silva Sampaio (...) e depois proveio o mesmo Senhor que só recebiam rações vinte homens Índios, e vinte Portugueses obrigado eu como procurador do Senado a dar providência houvessem aqueles mantimentos a mão do predito Quarteleiro, e assim se tem conservado até o dia doze do corrente outubro o que tudo consta da Portaria inclusa, se bem que durante o tempo das vinte rações tão bem vieram em defesa da Pátria mais Índios de fora dos que estavam alistados que por serem uns homens pobres nos dias de suas chegadas lhes mandava dar rações a um de carne e farinha, e noutras tão somente de farinha,

[258] PINHO, Wanderley. *op. cit.* p. 292. Sobre o Sertão da Ressaca, seu povoamento e a resistência indígena na região, ver: SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.
[259] AMARAL, Braz do. *op. cit.* p. 238.

> e como no dito dia doze do corrente foram suspensas as rações dos quarenta homens constantes da portaria inclusa pelos Comandantes Portugueses desta dita Vila querendo eu me opor me intimidarão que aquelas despesas feitas seriam de haver dos meus bens, portanto nada mais seguido que a dita portaria me dirige, e como o Senhores de Gados não são os mais opostos a estas ditas rações e por isso não seção de me caluniar e intimidar (...)"[260]

Preocupado com suas contas pessoais, que, segundo ele, não suportariam o sustento destas tropas voluntárias indígenas, Borges apresenta elementos importantes para nossa análise. Em primeiro lugar, a inusitada presença de portugueses e índios, lado a lado, nas tropas do Exército Libertador! Também, revela a existência de suprimento de alimentos para as tropas por parte de um português. Teria sido voluntária, ou uma jogada política para se livrar de perseguições patrióticas?

De resto, o que nos interessa agora é a participação indígena nas tropas. O que teria atraído os indígenas à "Causa", justamente no momento em que recrudesciam as disputas entre estes e a "civilização branca" por terras e recursos naturais? O trecho apresentado indica a possibilidade de que a penúria em que se encontravam tenha levado os índios a se aproximarem das tropas, onde, bem ou mal, teriam ao menos – se bem que não de forma garantida – as rações próprias das tropas. Muitos se alistaram "por serem uns homens pobres" e dificilmente haveriam de se identificar patrioticamente com aqueles que estavam empenhados em tomar-lhes as terras, provocando-lhes a miséria.

A aproximação dos índios com as camadas pobres urbanas, o que foi fartamente possível a partir da sua experiência compartilhada nas tropas do Exército Libertador, assumiram, frente aos seus comandantes e às autoridades do Conselho Interino de Governo, a gravidade que as desordens civis possuíam para a consecução de seu projeto. Mereceram, portanto, o tratamento que tais "desordens" também tiveram durante a guerra.

As populações indígenas foram, na medida em que foi possível ao Conselho Interino, isoladas dos contingentes populares e impedidas de participarem das tropas do Exército. Mas não deixaram de, como outros, se manifestar e incomodar as autoridades. Ocorreram, durante o tempo da Guerra, episódios de desordem relacionados às populações indígenas das aldeias.

A 9 de janeiro de 1823, o Juiz da vila de Santarém escreveu ao Conselho "pedindo providencias para se cortarem os abuseiros procedimentos dos índios, que matam gados e roubam o vizinhos e se embriagam", ao que "O mesmo Conselho mandou responder (...)

[260] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 633-3.

ordenando-lhe que faça prender, e proceda nos termos da Lei: contra aqueles, que atentarem contra a ordem pública e danificarem os seus concidadãos"[261].

O caso envolvendo índios aldeados que ocupou maior tempo dos membros do Conselho Interino, e, portanto, mais prolífero em termos de fontes, foi aquele que envolveu os índios Aramarizes. Desde o começo de novembro de 1822, e pelo menos até o início do ano seguinte, estes índios passaram a assustar a população do povoado de São João da Água Fria, município de Inhambupe. As notícias que chegavam a Cachoeira, capital provisória da Bahia, eram preocupantes e as narrações, dramáticas:

> "A distância de dezesseis léguas, que nos separa dessa Vila de Cachoeira não foi capaz de calar os gemidos de aflição que por meio de uma representação levamos as respeitáveis Presenças de V Exas. O luto do dia 5 de Dezembro em que fomos hostilizados pelos Índios dos Aramarizes vindo com dor o Ajudante da Polícia Vazado mortalmente de uma seta foi incendiado por outra de paz, quando e por este Arraial entrou a Tropa de Ordenança comandada pelo digno Alferes José Antônio de Souza Lopes tranqüilizarão-se os ânimos e as famílias enxugando as lagrimas julgarão agora seguras suas vidas, honras e bens garantidos pela Proteção de V Exas"[262]

As estratégias dos Aramarizes para hostilizar a população não indígena da região variava dos ataques diretos, como é o caso exposto, a ações mais ousadas e dissimuladas, envolvendo inclusive a falsificação de documentos, como demonstrado pelo Capitão-mor Interino de Água Fria, João Gomes de Cardoso, em correspondência ao Conselho Interino datada de 4 de novembro de 1822. Segundo ele:

> "Os Índios aldeiados no Saco dos Aramaris, termo da nova Vila do Inhambupe em numero de vinte, trinta, e mais homens Índios, mestiços e cabras armados uns de arco e flecha, outros com armas de fogo vão sem pejo a casa dos Proprietários de Engenho, e lavradores de tabaco com um papel de letra falsa do Tenente Coronel da Força armada da Torre, tomando gados, e mantimentos a força de armas. A aqueles, que conhecem a falsidade do papel, matam os gados, repartem-os entre si, e assim vai ficar de todo a terra desolada; por que os habitantes deste termo tem e efetivamente dado para todas as Subscrições pedidas, gados, dinheiros, e tudo que he necessário para bem da causa, más lhes he muito pesado acabarem o resto dos seus bens com aqueles Índios aldeiados, que não estão em atual serviço da Santa Cauza,"[263]

A resposta do Conselho Interino havia de ser rápida e enérgica, para o pronto estabelecimento da ordem e a melhor continuidade da campanha contra a ocupação de Salvador, ordenando que:

> "apronte imediatamente uma escolta de gente armada para os prender, dispersar, ou perseguir; oficiando um Nome deste Conselho ao Capitão-mor de Inhambupe para tomar também a esse respeito as medidas que forem necessárias ao pronto estabelecimento da Ordem, e extirpação dos malvados"[264].

---

[261] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 636-1, p. 13.
[262] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 636-1.
[263] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 638-2.

Era necessário resolver tal questão o mais rápido possível para concentrar forças no cerco da cidade. No entanto, a limitação de armas e homens tornou-se um obstáculo significativo, uma vez que outras demandas exigiam armas e homens, além do próprio cerco.

> "quando me propunha mandar as pessoas determinadas por VV Exas., vir me obrigado ter muita gente armada para repelir a força, e obstar o dano, que causariam os pretos, e Índios de quem os povos temiam grandes, e irreparáveis insultos (...) o que me obrigou ter destacamentos em Brejões, onde há mais de mil cativos, e he a boca do Recôncavo, alem de outros lugares necessários, e antes que eu desse essas providencias, ali apareceram soldados desertores reunidos com outros facciosos, violentando homens pacíficos a dar somas de dinheiros com simulados Ofícios em nome do Exmo. Concelho. (...) Além do exposto tem havido muita necessidade de dar muitos soldados para conduzirem presos que vem remetidos dessa Vila, e outras para conduzirem gados de Donativos, que tem descido para as Vilas de Santo Amaro e São Francisco."[265]

As ações dos índios em Água Fria correspondem temporalmente ao momento em que são dispensados das tropas do Exército Pacificador pelo seu Comandante, o General Labatut, segundo informação de Wanderley Pinho. Estes mesmos índios que estavam "entre as primeiras tropas a se encontrar em Pirajá", agora eram dispensados[266]. No entanto, antes da chegada do General, o que só ocorrerá em finais de outubro de 1822, o Conselho Interino, após utilizar tropas formadas por índios, quer estes utilizassem arco e flecha ou espingardas, tratou de limitar a sua presença dentro do Exército Libertador. Indício desse movimento de "desindigenação" das tropas é o ofício encaminhado por Francisco Montezuma, secretário do Conselho Interino ao Sargento mor Comandante do Batalhão Cachoeirense, em 25 de setembro de 1822, pedindo àquele que "faça regressar para o batalhão de caçadores voluntários de guarnição desta vila os índios que aí se acham, por terem findado o tempo do seu destacamento"[267]. E a guerra mal começara...

Em documento anteriormente citado, João Gomes Cardoso referiu-se aos habitantes de Água Fria como vítimas de índios "que não estão em atual serviço da Santa Causa", o que indica que já estiveram, ou que poderiam estar a qualquer momento adiante. O fato de estarem misturados com "mestiços e cabras armados, uns com arco e fecha, outros com armas de fogo" corrobora com a possibilidade daqueles índios terem servido no cerco inicial à cidade. Esta idéia se fortalece com o depoimento de Ivã Gomes de Carvalho – Cel. mor do Termo de Água Fria. Ao se justificar pelo não envio de tropas para o cerco da cidade do Salvador, o Coronel acusa que "ali apareceram soldados desertores reunidos com

---

[264] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 636-1. p. 13.
[265] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 638-2.
[266] PINHO, Wanderley. *op. cit.* p. 292. AMARAL, Braz do. *op. cit.* p. 238.
[267] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 636, p.72.

outros facciosos, violentando homens pacíficos a dar somas de dinheiros com simulados Ofícios em nome do Exmo. Concelho".[268]

Seriam os mesmos papéis dos índios Aramarizes? Ou tal grupo de "desertores" são os próprios Aramarizes reunidos aos "mestiços e cabras armados"? Parece-me que a segunda opção é a mais plausível. Portanto, confirmam-se as duas formas pelas quais as populações indígenas causaram problemas aos intentos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia – a direta, através de ataques a vilas e fazendas e a efetivada através dos "falsos ofícios".

4.4. 1824: a Guerra depois da Guerra

Terminada a campanha militar contra os portugueses, que finalmente deixaram a cidade do Salvador no começo de julho de 1823, restava aos comandantes e autoridades estruturar o governo na velha capital e restabelecer a ordem, ali e no recôncavo, quebrada em 1822. Tudo parecia ajustado aos planos das elites de uma independência conservadora que liberasse a antiga capitania do jugo colonial para voltar a comercializar livremente seus produtos no mercado internacional e garantisse internamente a continuidade de seus privilégios de classe.

É neste clima que, em 9 de julho de 1823, exatos sete dias da libertação da cidade, o Governo Provisório instalado em Salvador, na figura do seu Presidente, Francisco Vicente Viana, escreveu ao Imperador, dando-lhe a notícia da libertação da cidade e dos últimos acontecimentos. Viana frisou o bom comportamento do Exército, o qual tinha sido, durante toda a guerra, o maior foco de insubordinações e desordens em que se envolveram as classes populares. Na dita correspondência, escreve:

> "É digno do maior louvor o Comportamento do Exército Pacificador na entrada da Cidade onde se conserva na melhor ordem e disciplina, mantido o sossego publico, e respeitada a propriedade individual, o que em grande parte se [deve] às medidas de prevenção tomadas pelo Comandante em chefe do Exército, em observância das Ordens de Vossa Majestade Imperial, e a devida cooperação do Governo o qual passa a por em prática os meios necessários para reanimar esta grande Cidade, ora carecida de tudo"[269]

A aparente paz que se estabeleceu na cidade libertada, combinação entre sossego público, ordem e respeito à propriedade privada, não duraria muito. A partir do

[268] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 638-2
[269] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-2, fl. 60v

estabelecimento do governo, seus órgãos públicos com cargos e funções – ou mesmo durante tal processo – reiniciaram a tensão e a insubordinação das classes populares. Não se pode garantir, apesar de ser possível, que tais setores tenham, frente ao grandioso feito e seus festejos, dado uma "trégua", ao menos aqueles mais próximos ao eixo Salvador Cachoeira, em suas renitentes turbulências.

Há de se considerar que se tratando de um relatório direcionado ao Imperador, muitos dos problemas vividos pelas autoridades fossem escamoteados. Logo as classes populares voltariam a se manifestar, frustradas com os rumos que a província, depois de independente, tomava. Os anseios políticos de democratização das instâncias representativas, do acesso a cargos públicos e da melhoria das condições das tropas, além da luta contra a discriminação racial, não encontraram eco no novo regime imperial.

A repressão à movimentação do povo recrudesceu nos primeiros meses pós-independência e a insegurança sobre sua condição futura atingiu principalmente as tropas. As autoridades estavam preocupadas com uma população armada, em certa medida organizada e potencialmente rebelde e, por isso, trataram de acompanhar e agir contra qualquer possibilidade de contestação aos seus planos.

Assim, ainda no ano de 1823, em 22 de outubro, o Governo Provisório de Província escreveu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, explicando-lhe sobre boatos relacionados a uma possível demissão do Comandante em chefe das Tropas, José Joaquim de Lima e Silva. A correspondência informa que: "vendo o Governo que os boatos cresciam cada vez mais, convidou ao referido comandante em chefe, e a todos os comandantes dos corpos para uma conferencia na qual se acordasse nos meios que se deveriam aplicar para obviar a *qualquer motim popular*..." (grifo meu).[270]

É de se perceber a relação que é estabelecida entre a demissão de um comandante e a possibilidade de manifestações populares. Um simples boato poderia correr, como um rastilho de pólvora, em relação a uma desordem. Contrastando as duas versões sobre os humores da cidade, separadas por apenas três meses, logo percebemos o quão distante estava a primeira da realidade. Até porque os temores de revoltas populares não eram infundados. Mais adiante, o relatório denuncia que "Nos sobreditos dias, e seguinte houve alguma desenvoltura pela Cidade baixa, praticada por *indivíduos da ínfima Plebe* o que foi logo providenciado, e presentemente se conserva a Cidade em sossego." (grifo meu).[271]

[270] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 637-2, fl. 87.
[271] Idem.

As preocupações maiores do recém estabelecido governo não se centraram na "ínfima plebe" civil, mas sim naquela em fardas e de armas na mão. As tropas ocuparam constantemente as cabeças e penas das autoridades, fazendo com que um grande número de documentos registrassem tais receios das autoridades. No mesmo documento anteriormente citado, o autor reserva grande parte do seu minucioso texto para descrever as inquietações dos soldados:

> "No dia seguinte [10 de outubro] comparecerão todos os Oficiais do Batalhão do Imperador e depois de protestarem a maior submissão ao governo, representaram, que muito lhes convinha regressar com a maior brevidade para essa Corte, visto ter se conseguido com tanta glória o motivo da sua Missão, e ter-se demitido o seu chefe, a quem queriam acompanhar e finalmente *para não acontecer que houvesse alguma indisposição entre os Soldados do seu Corpo e os da Terra, o que mostrava a experiência ser fácil de acontecer*, pedindo outro sim que fosse o mesmo Batalhão aliviado do Serviço nos poucos dias, que ainda se demorasse, para ficar desembaraçado, e poder cuidar dos arranjos para viagem ao que anuiu o governo (...) Pelo que até o fim do presente mês, ou princípios do Vindouro estarão todos os Corpos auxiliadores restituídos as suas respectivas Províncias." (grifo meu)[272]

Ainda era final de 1823 e o clima já era bastante tenso entre as tropas instaladas na Bahia e esta tensão era, em parte, causada pela permanência de rusgas internas. A insegurança entre os soldados e seu futuro levava a uma situação delicada. Tavares lembra "que se repetiam na Bahia do segundo semestre de 1823 e do ano de 1824 boatos e notícias sobre a desmobilização de batalhões e transferências de oficiais e soldados para outras províncias, propalando-se até que podiam ir 'para o frio de Montevidéu' [guerra da Cisplatina]".[273]

Foram registrados atritos entre os diferentes batalhões e estes atritos encontravam raízes étnicas e, como no caso citado, "regionais", as quais muitas vezes se confundiam. Em grande parte tal inquietação provinha dos soldados baianos voluntários que desejavam ser incorporados às tropas de 1ª linha, onde teriam um ordenado garantido e inserção social e temiam outra sorte que os deixasse sem perspectivas.[274] Tinham servido duramente na guerra e agora queriam o mesmo tratamento dos soldados de linha.

As tropas oriundas de outras províncias encontravam-se atentas ao momento de retorno, como neste episódio, causando, também, intranqüilidades. O problema posto a partir do final da guerra pode ser resumido da seguinte forma: um contingente de soldados baianos, em grande maioria negro-mestiço, pressionava as autoridades para garantir o que

[272] Idem.
[273] TAVARES. *op. cit.* p. 189.
[274] Sobre a inserção social dos mestiços, ver: PONTES, Kátia Vinhático. *op. cit*.

acreditavam ser de direito: a sua incorporação às tropas de 1ª linha, em condições condignas com a sua participação na guerra; as autoridades, interessadas e mesmo decididas em desmobilizar tal contingente, que acreditavam perigoso, optaram por protelar a saídas das tropas de outras províncias, para que funcionasse como uma espécie de anteparo entre si e a rebeldia das tropas baianas.

No entanto, esta estratégia tinha, como contra-indicação, mais insatisfação e tensões, como fica claro no documento citado, afinal de contas, a retirada das tropas da Bahia eram vislumbradas "para não acontecer que houvesse alguma 'indispozição' entre os Soldados do seu Corpo e os da Terra, o que mostrava a experiência ser fácil de acontecer". Mas as tropas ainda passariam o ano de 1824 a serviço na Bahia...

O que se pretende evidenciar é que, ao contrário do que pode até ter sido sugerido pela historiografia, existe um processo contínuo de insubordinações, deserções e rebeldia, mesmo depois de finda a guerra aos portugueses, que vai acompanhar a Província da Bahia até, pelo menos, dezembro de 1824, quando terá por fim a "Revolta dos Periquitos". Quem nos resume o movimento é o seu mais autorizado pesquisador, Luis Henrique Dias Tavares:

> "A Guerra terminara com o Dois de Julho. Mas continuara nas indefinições que vinham se desdobrando desde a unificação do Exército com a incorporação de oficiais e soldados voluntários (...) ao lado de oficiais e soldados veteranos. Tinham lutado com o mesmo destemor e sacrifício. Tinham conhecido a morte. Tinham sofrido fome e doenças nas trincheiras em que foram mantidos parados durante meses. Agora queriam garantias de incorporação no Exército com a mesma liberdade e igualdade dos veteranos."[275]

O "Levante dos Periquitos" foi provavelmente o fato político mais importante na Bahia de 1824. O inquieto 3º Batalhão de Caçadores, ao qual se reuniriam oficiais e soldados do 4º Batalhão, por pretexto de discordarem da nomeação de um novo comandante e na tentativa de voltar o seu comandante, invadiram a casa do Governador das Armas, o coronel Felisberto Gomes Caldeira, e o assassinaram. Caldeira era acusado de "despotismo e tirania" por soldados e mesmo por oficiais e havia substituído José Antônio da Silva Castro pelo major Manoel Joaquim Pinto Pacca no comando do 3º Batalhão, tendo o primeiro sido chamado ao Rio de Janeiro sob suspeita de tentar enfraquecer o já inconsistente governo de Francisco Vicente Viana na presidência da Província.

[275] TAVARES, Luis H. D. *op. cit*. 188-9.

Tal manobra vinha na linha do que o presidente da Província construía para equilibrar-se na difícil composição política em que se encontrava. Frente a uma política imperial cada vez mais centralista e uma elite vacilante entre a autonomia e a ordem, Viana mantinha-se no cargo utilizando manobras políticas ambíguas e alianças estratégicas e pontuais, cedendo quando se via isolado, intransigindo quando percebia estarem as circunstâncias ao seu favor.

Para os integrantes do 3º Batalhão de Caçadores, tal substituição era-lhes mais prejudicial. Segundo Tavares, a escolha de Pacca para o lugar até então ocupado por Castro, significava uma tentativa de Viana no intuito de fortalecer o seu campo de sustentação, o que levou os Periquitos a uma grande desconfiança:

> "Essa preferência por um militar 'do outro lado' podia indicar a próxima desmobilização dos Periquitos, a rebaixa de patente de muitos oficiais do 3º e 4º Batalhões, e do Corpo da Artilharia, como também a possível dispensa de outros oficiais, que passariam em seguida à condição de 'simples paisanos'."[276]

Os fatos a partir de 25 de outubro – quando os Periquitos invadiram a residência do coronel Gomes Caldeira e o matar – até 6 de dezembro de 1824 – quando finalmente depõem armas e são enviados para Recife – estão bem descritos na citada obra de Tavares. Após o atentado contra Caldeira, as tropas dos 3º e 4º Batalhões se aquartelaram e os demais Batalhões, fiéis à ordem, retiraram-se para o norte da cidade. Merece registro o fato observado pelo cônsul francês Guibernaud e relacionado por Tavares de que os 3º e 4º Batalhões eram identificados por aquele como sendo as "tropas de cor", enquanto os 1º e 2º Batalhões eram considerados "brancos", os primeiros tendo se revoltado, os outros, ficado do lado da ordem.[277]

O governador chegou a despachar de uma corveta ancorada no porto e a cidade ficou, por assim dizer, nas mãos dos revoltosos. Isolados, sem um objetivo claro e nenhuma estratégia do que fazer com a cidade, atingidos por uma série de deserções e sem um grupo de comando ou liderança que pudesse direcionar o movimento, os Periquitos não encontraram formas de avançar em suas propostas, que, aliás, não ficaram bem definidas.

Pode-se concluir que talvez não as tivessem, além das imediatas reivindicações que apresentavam, principalmente a de ter de volta o seu comandante que, aliás, fez questão de anunciar que nada tinha haver com a insubordinação de seus antigos comandados. Foi absolvido.

---

[276] Idem. ibidem. p. 210.

Os atores da revolta o fizeram orientados por sua experiência rebelde, vivida intensamente durante a guerra. Havia uma continuidade entre a rebeldia popular durante a guerra e o Levante dos Periquitos. O próprio levante de outubro teria sido ensaiado em abril, pelo mesmo 3º Batalhão de Caçadores. O que eclodiu a 25 de outubro de 1824 não foi um fato isolado, mas o ápice de uma atividade rebelde constante. Além e antes do Levante, esta atividade se fez presente, envolvendo não só as tropas, mas escravos e homens livres pobres.

Quando tomamos nas mãos a documentação referente ao segundo semestre de 1823 e o ano de 1824, o que temos são vários casos de insubordinação e inquietação nas tropas e na população civil pobre, que não podem, pela força da sua constância, serem tomados como meros movimentos isolados. Assim, já no começo de 1824, o presidente da Província, Francisco Vieira Viana, despachou para diversas vilas do interior dando providências para conter as "desordens" que nelas tinha lugar. A 9 de fevereiro, escreveu para o Juiz de Fora de Maragogipe, recomendando

> "serem presos alguns dos malfeitores, que andam roubando, e cometendo insultos pelo Termo dessa Vila e tenho eu por esta ocasião de louvar lhe as medidas, que tem tomado para obstar semelhantes procedimentos contrário a boa Ordem, e sossego públicos, lhe recomendo, que continue exatamente nas mais oficiais diligências para serem presos todos os ditos malfeitores, ou pelo menos afugentados"[278]

Maragogipe parece ter sofrido constantemente episódios de "desordem", pois em 31 do mesmo mês, outra correspondência pedia providências "a fim de serem presos, e afugentados os Ladrões, que juntos em bandos tem atacado, e roubado aos pacíficos Lavradores do Termo desta Vila".[279]

Em 11 de fevereiro de 1824, ele escrevia ao Ouvidor Geral do Crime sobre o fato de que: "na Ilha de Itaparica tem havido algumas desordens, das quais podem seguir-se grandes inconvenientes e [desassossego] aos moradores daquela Ilha por se acharem divididos em partidos os habitantes dela, fomentados por oficiais de segunda Linha de sua Guarnição"[280]

Diferente dos ofícios anteriores, neste já aparece explicitamente a participação de ex-combatentes da Guerra nos episódios de desordens. O envolvimento de soldados e até

---

[277] Idem. *Ibidem*. p. 224.
[278] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1621, 14v
[279] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1621, 6v-7
[280] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1621, fl. 14-14v.

oficiais do Exército em episódios de roubo, saques e tumultos havia sido bastante comuns durante a guerra e continuaria assim após a expulsão dos portugueses.

Em 30 de janeiro de 1824, o Capitão-mor das Ordenanças da Vila de Cachoeira recebeu correspondência assinada pelo presidente Viana, onde ele responde à notícia de que naquela vila tinham acontecido "insultos, e roubos praticados por desertores debandados, e vadios, que a eles se tem agregado". O capitão reclamara da "falta de gente que tem de ordenanças capaz de repelir qualquer acontecimento contrário á boa ordem, e sossego público, por haver despedido quarenta ordenanças de fora da Vila, que nela conservava para sua guarnição em razão de não ter mais quem os suprisse de Etapes".[281]

Os atrasos de soldo também geraram, assim como durante a guerra, insatisfações entre os soldados. Os de Itaparica foram tema de intensa troca de correspondências entre o Presidente da Província – Francisco Vicente Viana, o Governador das Armas – Felisberto Gomes Caldeira – e o Governador da Ilha de Itaparica, Antônio de Souza Lima. A 27 de maio de 1824, Caldeira escreveu a Viana:

> "O Regimento da Ilha de Itaparica; que corajosamente a custa de grandes fadigas, e gotas de sangue defendeu a posição que ocupava inda não recebeu 5 reis de seus Soldos, e por isso muitos indivíduos daquele Corpo com justiça principia a queixarem-se da indiferença, com que tem sido tratados (...) [portanto] haja Vossa Excelência de mandar (...) quando menos vinte contos de reis *para contentar a soldados*, que com tanta honra servirão, quando a Pátria deles precisou, quanto *serão perigosos pelo descontentamento em que se acham*."[282] (grifos meus)

Passada a guerra, os soldados do antigo Exército Libertador continuavam a se rebelar, sendo necessário "contentá-los" para que não se tornassem "perigosos". Enfim, os mesmos problemas que as autoridades encontraram durante a guerra para controlar as classes populares, nas tropas ou não, perpetuaram-se após o seu fim. Desordens, deserções, saques, assaltos se generalizaram, exigindo das autoridades e comandantes uma série de atitudes visando o controle da situação, em prol do sossego público, da ordem e da propriedade privada.

Quando o Levante dos Periquitos aconteceu e a cidade do Salvador ficou à mercê dos rebeldes, talvez tenha sido maior a surpresa para os próprios soldados do que para as autoridades da Província, acostumadas em lidar com rispidez os focos de rebeldia, que já não eram novidade em finais de 1824. Os soldados, homens pobres, negros e mestiços, apesar de insatisfeitos com a política imperial e seu desprestígio e discriminação, não vislumbravam tomar a cidade e não souberam o que fazer com ela. Sabiam, sim, e com

[281] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 1621, fl. 4, 4v e 5.

desenvoltura, rebelar-se, destituir comandantes e reclamar soldos e melhores condições de trabalho. Haviam aperfeiçoado estas habilidades "rebeldes" durante a Guerra de Independência.

[282] APEB, Seção Colonial e Provincial, maço 3364.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "O povo está presente no processo de Independência, quando mais não seja como um caminho que não foi seguido – um caminho deliberadamente evitado".[283]

Os fatos analisados neste trabalho representam as formas de participação popular na Guerra de Independência do Brasil na Bahia. Uma guerra da envergadura da que aqui se apresentou – mesmo com as ressalvas do Capítulo I –, tendo durado mais de um ano e envolvendo diretamente todas as vilas do entorno da Bahia de Todos os Santos e muitas do interior da Província da Bahia, representando um contingente em armas de mais de 20.000 pessoas e outras inumeráveis em diversos outras frentes de atuação, seria impraticável sem a presença maciça e decisiva das camadas populares.

Justiça seja feita, esta presença sempre foi registrada e aludida, seja pelos historiadores ou pela memória popular. Não há registro historiográfico ou de outro gênero que omita tal presença. No entanto, ela foi referida muitas vezes de forma genérica e superficial, como se tal participação fosse natural para um povo supostamente brioso e ordeiro no caminho da sua liberdade, e não o fruto de uma construção política cheia de tensões e conflitos próprios da sua dinâmica social.

Ao chegar mais perto deste povo, traçamos um quadro histórico mais complexo. Um povo que foi deliberadamente impedido de ter acesso às instâncias de poder e decisão pelas autoridades e comandantes – ligados inevitavelmente aos grandes proprietários baianos – para que a Bahia se alinhasse à independência conservadora que já triunfara a partir das províncias do Sul.

As elites baianas não "passearam" por sobre o povo, ou simplesmente o manipularam, em prol de seus objetivos políticos de manutenção de seus privilégios de classe, agora sob o novo regime imperial. Em tal caminho encontrava-se uma crucial contradição: ganhar a guerra, expulsando os portugueses de Salvador e integrando a Província da Bahia ao Império do Brasil significava, inevitavelmente, armar e organizar um contingente populacional potencialmente rebelde: as classes populares, constituídas de pobres livres, libertos e escravos.

---

[283] SANTOS, Joel Rufino. *Op.cit.* p. 81.

A extrema vigilância e disciplina a que estiveram submetidos os soldados e a população civil em geral, parte da estratégia das elites baianas para seu triunfo na ruptura conservadora, tirava, nas palavras usadas pelas autoridades, o estímulo que levava o povo a se apresentar como voluntários e soldados. Apelaram para um discurso patriótico, mas encontraram pela frente uma interpretação mais radical do que o desejado. Sentindo-se ameaçados, os comandantes do Exército Libertador e os representantes do Conselho Interino de Governo tiveram que aplacar um patriotismo popular que possuía fortes cores étnicas e de classe e, para isso, utilizaram, além de um discurso patriótico oficial, a violência para ditar o patriotismo que queriam.

O Exército Libertador foi, portanto, e não desmerecendo as ações populares em outros espaços, um lugar privilegiado de atuação popular, tendo sido, inclusive, palco de rebeldia. Episódios de indisciplina, deserções, motins e sublevações foram ato recorrente durante o tempo de guerra aos portugueses no Exército Libertador – justamente a instituição que deveria manter a "ordem" e o "sossego público".

Estes atos de rebeldia soldadesco-popular tiveram como principais alvos, quando foi possível identificar tais alvos, as atitudes autoritárias, isoladas ou gerais, dos seus superiores ou ainda do próprio Conselho. Ou, simplesmente, uma insatisfação localizada por parte dos soldados que, se em tempos de paz poderiam ser comparados aos escravos, graças às humilhações, castigos corporais, alimentação precária e baixa remuneração, em tempos de guerra viram tais condições recrudescerem, em prejuízo dos soldados. A disciplina e o rigor implementados pelo Exército Libertador aos seus guerreiros foi demais para os voluntários, fazendo com que muitos desistissem do seu heróico patriotismo, tornando-se desertores e rebeldes.

De toda sorte, estas movimentações populares durante a guerra nos trazem algumas reflexões. A mais óbvia delas é a negação do que chamamos no Capítulo I de "mito do consenso". Ocorreram atritos dentro do campo dos partidários da Independência que traduziam as tensões e contradições já existentes numa sociedade baiana altamente hierarquizada e excludente, social e politicamente, em prejuízo das camadas populares; e não uma "trégua" ou acerto entre pobres e ricos contra o invasor português. No entanto, esta rebeldia não foi gratuita, tendo sido orientada pelas experiências históricas compartilhadas por livres pobres, libertos e escravos.

A discordância ou descontentamento de tais camadas constituiu numa sinalização política em favor de uma independência que tivesse entre suas prioridades a inclusão

política de grande parcela da população, até então desprestigiada. O fim da escravidão e das desigualdades raciais, a luta por liberdade, acesso à terra e a direitos políticos – mesmo longe de uma real possibilidade de materialização – já faziam, há algum tempo, parte da pauta política das classes pobres baianas. Ao lutar contra a opressão colonial e a favor da sua própria liberdade durante a Guerra de Independência na Bahia, puderam experimentar o autoritarismo das elites, direcionado incisivamente para evitar qualquer possibilidade de acesso popular às instâncias de poder.

O novo regime pelo qual lutaram as classes populares durante a Guerra seria, novamente, o velho, excluindo-as política e socialmente e o povo esteve sensível a estes fatos, respondendo com rebeldia. No entanto, esta rebeldia teve seus limites. Primeiro, porque nunca atingiu níveis tais que inviabilizassem a campanha contra a ocupação militar portuguesa da cidade da Bahia. Os rebeldes foram muitos entre as classes populares, mas suas ações foram, dentro e fora do Exército Libertador, mesmo que não evitadas, neutralizadas com certa eficiência pelas autoridades e comandantes.

Uma das explicações vem do fato de esta rebeldia não ter se articulado e não ter se solidificado o suficiente para contrapor e suplantar o projeto conservador de independência levado a cabo pelos grandes proprietários baianos, por uma outra independência de cores populares, garantindo-lhes o acesso a trabalho, terra e direitos políticos e sociais. Porém, marcaram profundamente, dentro das suas possibilidades históricas, o processo de formação do Estado brasileiro na Bahia com seus atos durante a independência, orientados por uma tradição rebelde, que não começara durante a Guerra e não encontraria ali o seu último episódio.

Estas reflexões fazem com que esta dissertação levante mais perguntas do que as respostas que tenha produzido. Muito disso porque se faz impossível a observação de certos movimentos históricos num período tão curto de tempo a que se dedicou este trabalho. Também pelo fato de que este tema está necessariamente entrelaçado a outros que este trabalho não pôde alcançar senão de forma superficial ou provisória. Ademais, porque outras nuances só não poderiam escapar a um trabalho de uma envergadura maior, que avançasse no marco temporal, mas também no tempo dispensado à pesquisa bibliográfica e das fontes sobre o tema aqui visitado.

No âmbito estrito da guerra, por exemplo, é importante uma análise da relação entre os soldados vindos de fora da Bahia e os baianos – voluntários ou veteranos – que combateram lado a lado. Que tipo de relação travaram? A resposta sobre o grau de

solidariedade ou de hostilidade que tiveram poderia iluminar o estudo sobre a rebeldia militar e sobre a formação das identidades coletivas, principalmente as de caráter nacional, étnico e de classe.

Os soldados baianos se sentiam desprestigiados em relação aos outros e isso refletiu-se no episódio dos Periquitos. Também, assim como o Batalhão de Caçadores Voluntários foi o maior foco de rebeldias, outros batalhões e regimentos, oriundos de outras províncias também se rebelaram, mesmo que em episódios menos numerosos.

Além disso, a tese de que na Bahia os grandes proprietários optaram por uma "independência conservadora", costurando com as elites das províncias do Sul a adesão da Bahia à unidade monárquica em torno de D. Pedro, precisa ser aprofundada. Estas idéias têm sido mais repetidas do que "testadas", e poucos são os trabalhos que analisam, por exemplo, que tipo de tensões internas as elites baianas sofreram, que filiações ideológicas estavam presentes entre elas, ou de que forma as movimentações populares precipitaram tais ou quais posições políticas que os grandes proprietários baianos tenham vindo a tomar.

Uma das questões que extrapolam o tempo estrito da guerra e que merecem uma pesquisa aprofundada é o antilusitanismo. Isso em dois aspectos, os quais devem se interpenetrar. Um, a formação da identidade nacional "brasileira", como sucessora de outras identidades coletivas e sua relação com o antilusitanismo. Outro, a investigação, extrapolando no tempo o que indicamos aqui para os anos de luta pela independência, deste antilusitanismo como experiência de classe, ou seja, analisar o quanto da superação da identidade portuguesa por uma outra – seja brasileira ou baiana, e o ataque a elementos que assumiam ou eram identificados como portugueses – alimentou as diferenças e antagonismos entre elite e povo, entre o que indicamos neste trabalho como "patriotismo de elite" e "patriotismo popular".

Outro ponto ainda a esclarecer é a relação política de identidade e alteridade entre escravos, libertos e livres pobres. Que a experiência da escravidão era decisiva para a visão de mundo destes personagens, cada qual a sua maneira, não há dúvidas. O que falta é desvendar se ela impediu, e até que ponto assim o fez, que se forjasse uma identidade de classe entre as camadas populares que aqui chamamos povo e que era constituída essencialmente por aqueles. Quanto à identidade étnica, algum avanço já foi feito, mas, mesmo neste ponto, não são muitos os trabalhos que a ele se dedicaram.

Por fim, há a demanda de melhor estudar a relação entre as lideranças – consideradas radicais – e a "plebe" nos movimentos rebeldes, desde o 1798 até 1838. Esta,

em vários episódios, rebelou-se sob a liderança de “radicais” como Sabino ou Barata, e isto não podemos negar. No entanto, os fatores que faziam-na pender para uns movimentos rebeldes, e para outros não, continuam intactos. O povo, ao que tudo indica, era levado não só pelas belas palavras, pelas emoções instintivas de liberdade ou pela urgência da fome; mas também por uma espécie de “pauta revolucionária” que foi por ele constituída ao longo do período aludido.

Enfim, ao apontar tais caminhos e afirmar os espaços de participação popular durante a Guerra de Independência, este trabalho pretende ter contribuído para a compreensão da formação e identidade desta entidade política e a luta que a caracterizou: o povo.

FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial / Provincial (manuscritas)[*]

Nº	***NOME***	**PERÍODO**
247-3	Correspondências Recebidas do Chanceler da Relação	1807-21
417	Correspondências Recebidas dos Capitães Mores	1790-1822
493	Senado da Câmara de Ilhéus	1818-22
633	Dossiê sobre a Independência (ofícios, cartas, relações, decretos, certidões, etc.)	1822-23
633-1	Dossiê sobre a Independência (ofícios, comunicações, nomeações, abaixo-assinados, etc.)	1822-23
633-2	Dossiê sobre a Independência (ordens, ofícios, portarias, etc.)	1822-23
633-3	Dossiê sobre a Independência (ofícios, juramentos, etc.)	1822-23
634	Dossiê sobre a Independência (ofícios)	1822-23
634-4	Dossiê sobre a Independência (ordens, posses, manifestos, atas)	1822-23
635	Dossiê sobre a Independência	1822-23
635-1	Dossiê sobre a Independência	1823-24
636	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822
636-1	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822
637	Correspondência Recebida pela Junta Provisória de Governo	1821-23
637-1	Correspondência Recebida pela Junta Provisória de Governo	1821-23
637-2	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino e Junta Provisória	1822-23
637-3	Correspondência Recebida pela Junta Provisória de Governo	1822-24
637-4	Correspondência Recebida pelo Conselho Interino de Governo	1823
637-6	Correspondência Recebida pelo Conselho Interino de Governo	1822-23
637-7	Correspondência Recebida pelo Conselho Interino de Governo	1822-23
638	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo para o General Labatut e Juntas Provisórias de Governo das Províncias do Brasil	1822-25
638-2	Correspondência Recebida pelo Conselho Interino de Governo	1822-23
1071	Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1821-24
1617	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822-23
1618	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822-23
1619	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822-23
1620	Registro de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo	1823
3792	Correspondência Recebida pela Junta Provisória de Governo	1823
3793	Correspondência Recebida pela Junta Provisória de Governo	1822

2. Impressas

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia:*. Salvador: Typographia Nacional, 1823.

FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). *Cartas Baianas, 1821-1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Albert Roussin: Testemunha das Lutas pela Independência da Bahia (1822)*. Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. V.41, 1975.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado v.1*. Brasília: Senado Federal, 1972.

[*] Só estão aqui relacionados os maços de que foram transcritos documentos, não necessariamente citados aqui. Não constam os maços consultados, nos quais não encontramos documentos de interesse para a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Civismo na Bahia: Comemorações do Dois de Julho (1889-1923)* Salvador: UFBa/Mestrado em História, 1997.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia:*. Salvador: Typographia Nacional, 1823.

AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Petrópolis: Brasiliense, 1995.

ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial.* São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado).

_____. Bahia: 1823. *Revista da Bahia*. Salvador: EGBa, 2000. p.72 – 79.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: UFBa/CEAO, 1998.

_____. A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência. *Revista Clio*. Recife: Pós-graduação em História-UFPE, nº 19, pp. 7 a 27, 2001.

_____. "*A Bahia de Todos os Santos: um Sistema Geo-histórico Resistente"*. Anais do IV Congresso de História da Bahia. Salvador, 2001.

_____. "Por uma história política da economia escravista" Revista Resgate, n° 7 (UNICAMP, 1997), pp. 101-112.

ÁVILA, Salvador de. Frei Bastos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº 86, Salvador, 1976/77. pp. 329-37.

BARICKMAN, Bert. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. "Pernambuco e o Império (1822-1824): Sem Constituição Soberana não há União" *in*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. pp. 214-249.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUALINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sd.

COELHO, Hilton Barros. *'Authoridades' e 'Anarchistas' no Império da Desordem: Conflitos e Reconfigurações do Poder Dominante na Bahia da Guerra à Consolidação da Independência*. Salvador: UFBa. (dissertação de Mestrado), 2004.

EDELWEISS, Frederico G. *A Antroponímia Patriótica da Independência*. Salvador, C.E.B. UFBa, 1981.

FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). *Cartas Baianas, 1821-1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GRAHAM, Richard. *"Ao Mesmo Tempo Sitiantes e Sitiados": Barqueiros e a Luta pela Subsistência em Salvador.* (versão provisória). Seminário Internacional Independência do Brasil: História e Historiografia (1 a 6 de setembro de 2003) – IEB/USP: disponível em: <www.ieb.usp.br>.

GUERRA FILHO, Sérgio. "A Participação Popular no Dois de Julho". In: *Jornal 2 de Julho*. Salvador: Editora 2 de Julho, agosto de 2001.

HOBSBVAWN, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

JANCSÓ, Istvan. & PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira", in: Carlos Guilherme

Mota (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Uma hipótese para o estudo das origens do déficit democrático da identidade nacional brasileira*. (inédito).

_____ (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KRAAY, Hendrick. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador: Mestrado em História, n° 23, pp. 49-87, 2000.

_____. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra de Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 109-126, 2002.

_____. "Identidade Racial na Política, Bahia, 1790-1840: O Caso dos Henriques". *in* JANCSÓ, Istvan (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 521-546.

_____. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil (Bahia, 1790s-1840s)*.Stanford: Stanford University Press, 2001.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas" *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, nº 9, pp. 173-206, 1995.

MALERBA, Jurandir. *Esboço Crítico da Recente historiografia sobre a independência do Brasil (desde c. 1980)*. p. 9. Disponível em: <http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Malerba45.pdf> Acessado em 04/01/2004.

MATA, Eugénia. VALÉRIO, Nuno. *História Econômica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Presença, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Sociedade e Conjuntura na Bahia nos Anos de Luta pela Independência*. Universitas, 1973.

_____. *Para uma História Crítica da Cidade do Salvador no séc XIX: os Testamentos e Inventário como Fonte de Estudo da Estrutura social e de mentalidade*. In *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia v.* 42. Salvador: APEBa, 1973.

_____. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Keneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. *In*: MOTA, Carlos G. (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MILLS, C. Wright. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1956.

MOREIRA, Virlene Cardoso. *A Freguesia de São Félix: transporte e dinâmica comercial (1857-1889)*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBa, 2002.

MORTON, F. W. O. *The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. Oxford University, 1974 (tese de doutorado).

MOTA, Carlos Guilherme. *A Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Ática, 1996 (4ª edição).

_____ (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____ (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, s/d.

_____ (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
NOVAIS, Fernando A. MOTA, Carlos G. *A Independência Política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
OLAVO, Antonio. *Calendário 2000 Brasil: 500 Anos de Resistência Negra, Indígena e Popular*. Salvador: Portfolium, 1999.
OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terras, homens, poder e economia*. Salvador: Uneb, 2003.
OLIVEIRA, Waldir Freitas de. O Coronel Lima e Silva e a Independência da Bahia. *Néon*, Salvador: Editora PAS, ano 1, nº 9, p. 20-1, setembro de 1999.
PINHO, Wanderley. *A Bahia, 1808-1856*. *In* HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.
PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos: Políticos e Rebeldes baianos*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBa, 2000.
PRADO. Maria Lígia Coelho Prado. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. Capítulo 1, A Participação das Mulheres nas Lutas Pela Independência da América Latina. p. 29-51.
PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
_____. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
REIS, Arthur César Ferreira. *A Inconfidência Baiana*. *In:* HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I, Volume 2*. São Paulo: Difel, 1973. pp. 411 a 417.
REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (edição revista e ampliada).
_____. *O Jogo Duro do Dois de Julho: O "Partido Negro" na Independência da* Bahia *In:* REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
_____. *A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais, Bahia: 1824-1840*. Revista de História nº 108. São Paulo, 1976.
_____. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Sáculo XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)Voluntários da Pátria: a Bahia na Guerra do Paraguai*. Salvador: UFBa. (dissertação de Mestrado), 2001.
ROWLAND, Robert. "Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional do Brasil independente". *in:* JANCSÓ, Istvan (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 365-388.
RUY, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
_____. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador (2ª edição ampliada), 1996.
SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Nova Fronteira, 1995.
SANTOS, Joel Rufino dos. *O Dia em que o Povo Ganhou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
SHARPE, Jim. "*A História Vista de Baixo*". *In* BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: EDUNESP, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *"Gente da terra brasiliense da nasção". Pensando o Brasil:a construção de um Povo*. *In:* MOTA, Carlos G. (org.) Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse de terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A Guerra de Independência na Bahia: Manifestações Políticas e Violência na Formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)* Salvador: UFBa. (dissertação de Mestrado), 2003.

SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TAVARES, Luis Henrique Dias. A Independência como Decisão da Unidade do Brasil. *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 8, 1982.

_____. *O Levante dos Periquitos*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Baianos, 1990.

_____. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798("A Conspiração dos Alfaiates")*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBa; Campinas: Unesp Editora, 2003.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1 - A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984.

_____. "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿Lucha de Clases sin Clases?". *in* Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1972.

Foto 1. Quadro: “Encourados do Pedrão”. Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Foto 2. “Primeiros Passos para a Independência da Bahia”, de Antônio Parreiras (1930) Acervo do Palácio Rio Branco. Fundação Pedro Calmon

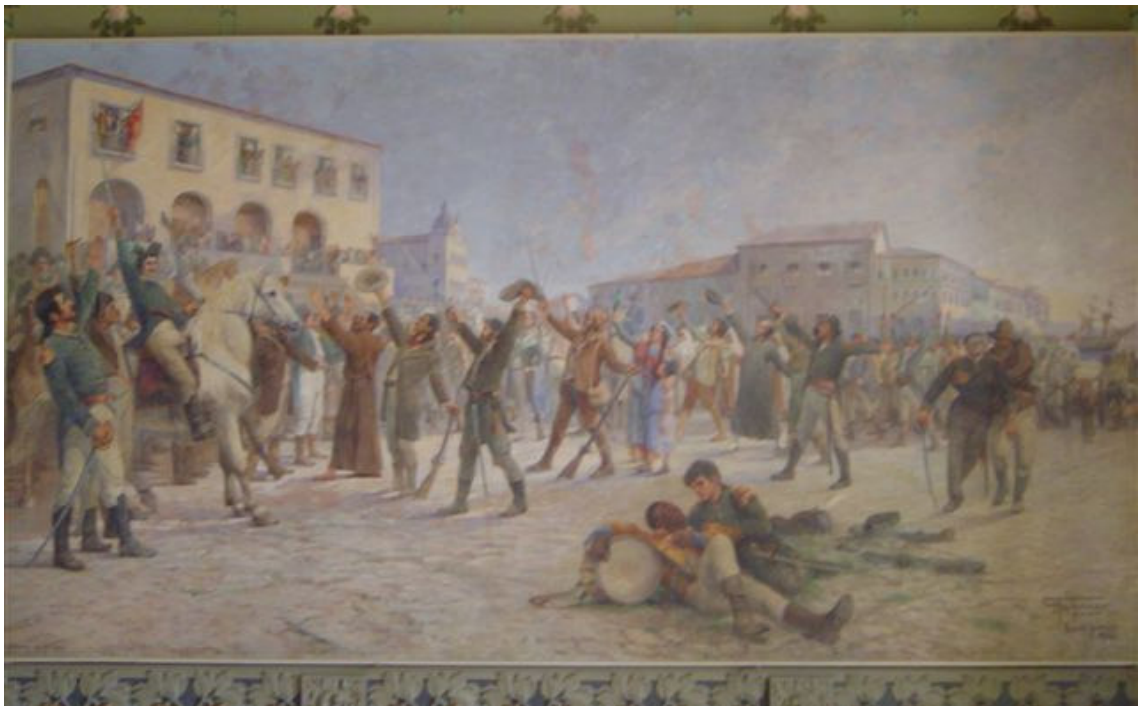

TABELA 1: Patriotas de Camamu

	Nome	ocupação	doação	observação
1	Luis Ferreira Borges	juiz ordinário da com. da cx. militar		"honra e zelo" – obediência
2	João Joze Tarcio	juiz ordinário e secretário da Comiss. da cx. militar	600$000 e farinha	serviços pessoais por 9 meses, desprezando o serviço de suas lavouras
3	Eugenio Joze de Almeida	vereador	serviços pessoais	"zelo, exatidão"
4	Antonio Feliciano Barboza	vereador, agente das doações de 800 reis para concerto de embarcações	farinha e dias de seus escravos	
5	Adrianno Joze Jorge	vereador, tesoureiro da cx. militar	serviços pessoais	
6	Manoel Joze dos Santos	procurador da Câmara	farinhas	
7	Domingos de Almeida Carmo	membro da comiss. da cx. militar	serviços pessoais e farinhas	
8	Antonio Nunes Machado	membro da comiss. da cx. militar	serviços pessoais	'exacto"
9	Areangelo Teixeira Borges	membro da comiss. da cx. militar	serviços pessoais	
10	Raimundo Montuno (Monteriro?) de Mattos	capitão, agente de empréstimos da cx. militar		"compreo exactamente com os seos deveres"
11	Manoel Antonio Fernandes	Ajudante, agente de empréstimos da cx. militar	mantimentos, serviços de seus escravos	'muito ágil no referido emprego"
12	Antonio Joze de Mello	capitão mor	milheiros de telha para se cobrir o Quartel	
13	Joze Antonio de Almeida Araiua	Capitão	30$000, serviços pessoais e de seus escravos	
14	Caetano Affonço Monteiro	capitão	serviços pessoais e farinhas	
15	Joze Golçalves? Beirão	tenente	serviços pessoais	
16	João Tavares Borges	capitão	10$000	
17	Marcelino Gomes da Silveira	???	???	"comprio com os deveres de seo emprego"
18	João de Souza Ciro		dúzias de taboados para a fortaleza e farinha	
19	Joze Tavares Borges		250$000 e serviço de seus escravos	"no entulho de um rio para repellir o inimigo"
20	Manoel Rodrigues Fragozo		9$000, farinha e serviços pessoais	
21	Antonio Pereira de Andrade		serviços pessoais	
22	Francisco Joze da Silva		farinha	
23	Sebastião Joze Jorge	juiz almotacel	serviços pessoais e gado	
24	Joze de Pina e Souza		10$000 e serviços pessoais	
25	Leonarde de Souza e Oliveira	capitão	32$000	
26	Theodoro Dias de Carvalho		10$000	
27	Sebastião Pacheco de Jesus		10$000	
28	João Ribeiro do Amaral		10$000	
29	Manoel de Sousa Costa		60$000	
30	Domingos Francisco da Silva		240$000, gados e farinhas	
31	Joze Tavares de Carvalho		10$000	
32	Joze da Costa de Oliveira		10$000	
33	Antonio da Silveira		10$000	
34	Francisco Antonio da Silva		30$000	
35	Joze Saoares Antunes		10$000	
36	Mathias Pereira Guimarans		10$000	
37	Custodio Joze Lopes		10$000	
38	Antonio Dias da Roza		25$000	
39	Antonio Joze Ribeiro		60$000	
40	Antonio de Paiva Tavares	tesoureiro da cx. militar		
		capitão: 5 membro da cx: 9; sem ocup: 20; juiz: 3 vereador: 3	dinheiro (1:416$000) 21; farinha: 9; serviços pessoais: 11; escravos: 4; gado: 2 nada: 3.	

fonte: APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-3.

TABELA 2:

a	número das tropas coloniais em Salvador antes da guerra (aprox.) (baianos e portugueses)	7.000
b	tropas portuguesas depois dos reforços	9.000
c	reforços portugueses	3.250
d	tropas portuguesas sem os reforços (b-c)	5.750
e	tropas brasileiras em depois dos reforços	14.000
f	reforços brasileiros	2.850
g	tropas brasileiras sem os reforços (aprox.) (=tropas baianas) (e-f)	11.000
h	baianos nas tropas antes da guerra (a-d)	2.500
i	número aproximado de voluntários engajados (aprox. para menos) (g-h)	8.000